

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 05/2023

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO

<b>Presidente:</b>	- <i>Francisco José Esteves</i>
<b>1.ª Secretária:</b>	- <i>Luísa Maria Almeida Torres Belchior</i>
<b>2.ª Secretário</b>	- <i>José António Costa Ferreira</i>
<b>Hora de Abertura:</b>	- <b>09.30 Horas</b>
<b>Ata da 3.ª Sessão Ordinária 30 de junho de 2023</b>	- <b>Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros</b>
<b>Outras presenças:</b>	- <b>A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente <i>Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues</i> e pelos Senhores Vereadores:</b> - <i>Carlos Duarte Travanca</i> - <i>Vítor Manuel Correia</i> - <i>Francisco José Clemente Sousa</i> - <i>Orlando Ferreira Pires</i> - <i>Vera Cristina Quintela Pires Preto</i> - <i>Nélia Alexandra Pires Pinheiro</i>
<b>Local da Reunião:</b>	- <b>Grande Auditório do Centro Cultural de Mirandela</b>

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

### **Informações da Mesa da Assembleia Municipal.**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Bom dia a todos, vamos dar início a esta 4.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal e aproveito para desejar e ter a espetativa que as férias tenham sido excelentes, para todos vocês e gostaria de cumprimentar o Executivo, na pessoa da sua Presidente da Câmara, cumprimentar os Senhores Deputados aqui presentes, público presente e *online* e comunicação social e vamos dar início aos trabalhos desta Assembleia Municipal.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Muito obrigada Senhor Presidente, reitero as saudações, muito bom dia a todos.

Feita a chamada, passo às restantes informações, relativamente ao expediente, informo que o mesmo se encontra para consulta junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, para consulta em horário regular.

Relativamente à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

A Senhora Deputada *Camila Padrão Fraga* é substituída pelo Senhor Deputado *Emanuel Sérgio Batista*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fradizela *Manuel Maria Figueira* é substituído pela Senhora Secretária *Patrícia Alexandra Sousa Lino*;

O Senhor Deputado *António Manuel Neto Gouveia* é substituído pelo Senhor Deputado *Bruno Leonel da Cruz Morais*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Asnes *Manuel João Fraga* é substituído pelo Senhor Secretário *Luís António Costa*;

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Múrias *Cláudia Viviana Afonso* é substituída pela Senhora Secretária *Patrícia Paula Ruivo dos Santos Romão*.

## **Registo de Faltas.**

*Camila Padrão Fraga, José Eduardo Evaristo Cabanas, Manuel Maria Figueira, António Manuel Neto Gouveia, Manuel João Fraga, Cláudia Viviana Afonso.*

### **Apresentaram justificação de Faltas:**

- *Camila Padrão Fraga*: Sessão de 29 de setembro de 2023.
- *José Eduardo Evaristo Cabanas*: Sessão de 29 de setembro de 2023.
- *Manuel Maria Figueira*: Sessão de 29 de setembro de 2023.
- *António Manuel Neto Gouveia*: Sessão de 29 de setembro de 2023.
- *Manuel João Fraga*: Sessão de 29 de setembro de 2023.
- *Cláudia Viviana Afonso*: Sessão de 29 de setembro de 2023.

**DELIBERAÇÃO:** A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dos membros mencionados.

### **1 - Atas - Leitura, discussão e votação da Ata da 3.ª Sessão Ordinária de 30 de junho de 2023.**

----- Efetuada a votação e estando 50 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da 3.ª Sessão Ordinária de 30 de junho de 2023.

## **1.º Período de Intervenção do Público**

### **2 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.**

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Votos de bom trabalho a todos os Membros da Assembleia Municipal.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *EDUARDO LIBÓRIO* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Primeiro quero dar um “puxão de orelhas a todos”, isto era para começar às 09.30 horas e não às 10.00 horas, eu às 10.00 horas já devia estar noutra sítio e estou aqui.

Eu moro na avenida das Amoreiras, e não tenho lugar para estacionar, não tenho estacionamento, o que me trouxe cá foi, eu na altura devia ter feito barulho, não fiz, porque querem por aqui estacionamento nesta zona, onde por vezes estaciono, ou quando for a pagar vai levar às pessoas que estacionam aqui irem para outros sítios, principalmente para a rua onde estaciono, que é a rua da Central, por isso vou deixar de ter lugar.

Eu trouxe aqui, pesquisei, vou entregar a cada líder de cada Grupo Municipal, aqui no GAM é-me pedido 138,77 € para o dístico anual, está aqui da empresa EMEL, em Lisboa os residentes não pagam, no Funchal também não pagam, em Vila Real pela primeira viatura pagam 36,00 € anuais, pela segunda viatura pagam 50,00 € anuais.

Outro ponto, haver lugar para estacionar, como defendem os comerciantes, não é sinal de que o comércio vai funcionar melhor e temos o caso da rua Alexandre Herculano (rua das farmácias), há muitos lugares para estacionar e o comércio não funciona, assim como no Mercado, há lugares livres e ninguém vai lá.

Por outro lado, aconteceu-me ontem, sai à 13.00 horas, fui fazer algumas compras às grandes superfícies, porque só entrava às 16.00 horas a essa hora tive que ir estacionar o meu carro, das duas uma, ou punha moeda no parquímetro ou na rua da Central, que vou deixar de ter. É ponto assente que os lugares vão ficar ocupados com os carros que estão noutras zonas. O que me leva eu estar aqui a intervir, eu acho que a situação como está é boa, ou então arranjam dísticos de estacionamento para moradores a um preço acessível.

Já agora, não faz sentido aqui em frente à Biblioteca haver aqui uns lugares para o pessoal aqui da Biblioteca, penso eu, pois se exigem que o morador ande a pé, quem vem aqui deve andar a pé na mesma, ponham a viatura não sei aonde, estacionem e venham a pé, não faz sentido estes quatro ou cinco lugares aqui reservados.

Como andei a pesquisar o estacionamento, uma pessoa estaciona o carro e não coloca lá a vinheta a polícia multa as pessoas como veículo mal estacionado e pelo que pesquisei na lei não é assim, a pessoa se estiver dentro do lugar, se não estiver a ocupar dois lugares, se não estiver em cima do passeio não está mal estacionada, está estacionado com estacionamento indevido ou abusivo, a coima não são 30,00 €, mas sim o valor que perfaz aquele lugar no dia total de estacionamento tarifado, que será em Mirandela,

cerca de 8,00 € e pouco. A Polícia está aqui numa situação abusiva ao passar a multa, pelo menos é assim que eu interpreto a lei, vocês deviam ver isso.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir não autoriza a transmissão da sua intervenção, nesse sentido solicitamos aos serviços de transmissão a interrupção temporária da intervenção do munícipe *Manuel Brízido*.

----- O Senhor Munícipe *MANUEL BRÍZIDO* de Mirandela disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Senhor Presidente, coloco à Senhora Presidente, neste lugar e agora qual o ponto de situação relacionado com o brinquedo, de nome tirolesa no parque bairro Tua Sol? Brinquedo, alguém intitulou isto como brinquedo.

Senhora Presidente, ou já fez, ou vai fazer dois anos neste sofrimento, já chega, vamos parar com isto, porque isto um dia pode descambar seja para que lado for.

Senhora Presidente, em relação ao brinquedo, a Senhora hoje se quiser pode dizer alguma coisa em relação a isto, tem na sua posse como eu tenho, se não vamos aguardar, vou-lhe dar um prazo, daqui até à próxima Assembleia Municipal, que será em dezembro e depois cá estaremos para por tudo preto no branco em cima da mesa. Sabe bem do que é que estou a falar.

Senhora Presidente, quero perguntar-lhe aqui, nesta Assembleia Municipal, quem é que manda na minha carteira, é a Senhora ou sou eu? Por que razão é que me faturaram 48 dias de água no mês passado? Do 23 de julho ao 30 de agosto de 2023, na minha carteira quem manda sou eu, quem gere as minhas contas sou eu também. Não tem gente para tirar as leituras, meta gente.

Senhora Presidente, da rotunda Machado Vaz até à rotunda ao ir para o Lidl, já não se vê nenhum tracejado no chão, quem conhece conhece, quem não conhece está sujeito a levar uma multa, pergunto: Não há dinheiro para colocar ali o que deve ser no chão, para que as pessoas, quem não é de cá saber quando é linha contínua, ou quando é linha descontínua.

Senhor Presidente, na avenida Sá Carneiro, onde era a farmácia continua a ser a farmácia, de uma ponta à outra ponta, existem regos valados, como lhe queiram chamar, onde se estragam muito os carros, tanto a nível de amortecedores, travões, como até pneus, pergunto se não há dinheiro para meter um bocado de alcatrão para que isso não aconteça. Quem lá passar tem conhecimento que isto existe.

Senhora Presidente, do Aeródromo até à ponte de Vilarinho, marcas no chão não há, o inverno está aí a chegar, do Senhor *Melo* até ao cruzamento que dá para o Rego de Vide acontece a mesma coisa. Pergunto: Não há dinheiro ou não há funcionários, ou não há material para limpar as bermas do Senhor *Melo* até ao cruzamento que dá para o Rego de Vide?

Em relação ao Rego de Vide, é uma vergonha uma estrada acabada de ser feita, ou refeita de novo, que venham os ramos para cima das faixas de rodagem e que ninguém toma medidas, enquanto não houver um acidente ninguém vai tomar medidas. As valetas estão sujas e já agora pego e pergunto-lhe: Será que uma estrada feita de novo, refeita de novo, a Câmara não tinha dinheiro para mandar fazer uma grade, ou umas grades para a ponte do Cobre? É lamentável que isto aconteça, mas infelizmente está a acontecer e aconteceu.

Senhor Presidente, Mirandela parou no tempo, vejamos a nível de festividades em Mirandela o que aconteceu este ano, estamos a ser ultrapassados por vilas e até aldeias, quem passou por Valpaços? Os grupos musicais que lá estiveram, tudo isto foi suportado pela Câmara Municipal de Valpaços. Deixamo-nos ultrapassar por tudo e por todos. Vergonha.

Senhora Presidente, pergunto-lhe: Quem tanto fala do parque Tua Sol e que gastou lá milhares de euros, pergunto-lhe, se for capaz de dizer a esta Assembleia mas não vai dizer, eu vou dizê-lo, Senhora Presidente sabe quanto gastou no parque bairro Tua Sol? 73.972,61 € (setenta e três mil novecentos e setenta e dois euros e sessenta e um cêntimos), com mais algumas árvores que lá colocou, que oscile a 100.000,00 € (cem mil euros), o que lá pode ter gastado no parque. Está aqui. Pergunto-lhe, isto foi uns dias antes que adjudicou a obras, se a Senhora perdia as eleições como é que seria?

Senhora Presidente, quero perguntar-lhe aqui na presença de todos os presentes, disseram-me que iam começar o muro em setembro, porque é que ainda não o começaram? A Câmara Municipal não tem dinheiro? Porque é que não fazem um pedido, ou não fazem algo junto de Serralves a ver se alguém dá alguma coisa para fazerem o muro? Não é tempo de fazerem já o muro?

Vou terminar dizendo o seguinte: “O outono despe as árvores e veste as mulheres bonitas”.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Agradecer as questões que foram colocadas, passarei a responder por ordem de intervenção, apesar da primeira intervenção também estar disponível por vídeo.

Em relação ao Regulamento de Estacionamento de Duração Limitada do Município de Mirandela, nós tínhamos em 2017 um Regulamento, depois houve uma atualização do Regulamento em 2021, que totalizam os lugares pagos, 340 lugares.

Temos várias zonas, a Zona A – avenida das Amoreiras, avenida dos Bombeiros Voluntários e avenida 25 de Abril, com 184 lugares, a Zona B – rua Pedro da Manta, rua Alexandre Herculano, rua da República, rua D. Manuel I e rua dos Távoras, com 106 lugares e a rua D. Afonso III com 50 lugares de estacionamento tarifado.

Relativamente às alterações que houve para o regulamento de 2021, houve algumas alterações que foram aprovadas aqui na Assembleia Municipal, com um período mínimo de cobrança de 15 minutos, a tolerância de 15 minutos para o término do horário

pago, os horários são de segunda a sexta-feira das 09.30 horas às 12.30 horas e das 14.30 horas às 18.30 horas, ou seja, tínhamos perante a alteração de 2017, uma hora de estacionamento gratuito em relação ao horário anterior, de 2017.

A Tabela de Taxas a aplicar nas zonas de estacionamento de duração limitada, no que concerne aos cartões de residente e aos comerciantes, bem como equiparados a residentes, encontra-se disponível e não foi alterada, ou seja, não foi revista e atualizada, ficou no mesmo montante que aquilo que tinha sido aprovado à taxa anual do artigo 12.º do Regulamento de 2017.

A isenção dos pagamentos de taxas, mantivemos os mesmos e adicionamos alguns, as viaturas de cidadãos deficientes devidamente identificadas, os veículos autorizados pela Câmara Municipal e também adicionamos a questão dos veículos de pessoas com deficiência estacionarem, não só em lugares reservados, mas em todos os lugares tarifados.

A questão do estacionamento e a regulação do estacionamento, obviamente que deve ser a preocupação de todos, iniciamos há alguns anos, até em anteriores Executivos, a regulação do que é o estacionamento na cidade, abrindo também toda a possibilidade de os comerciantes terem lugares disponíveis. Até tenho de partilhar convosco, que há determinados comerciantes que pedem para o sábado de manhã haver estacionamento tarifado em zonas comerciais, concretamente na avenida das Amoreiras.

Esta é uma discussão importante, que as cidades têm que fazer, sabemos que Mirandela tem alguns problemas de estacionamento, até porque muitas das zonas residenciais, partilham-se com zonas comerciais e as zonas residenciais, muitas vezes, como é o caso julgo, do município *Eduardo Libório*, não têm espaço de garagem disponível, tendo obviamente que usar o estacionamento público e por isso, na altura, em 2021, houve duas novas zonas que foram aprovadas em Reunião de Câmara e Assembleia Municipal, designadamente aquela zona junto ao Parque Império, porque tinha sido solicitado também dos comerciantes daquela zona, que se viam impedidos de que os clientes tivessem lugar de estacionamento, uma vez que havia moradores que deixavam muito tempo os lugares de estacionamento ocupados. Essa foi uma zona e outra zona foi os lugares de estacionamento de um dos lados deste espaço, junto ao Centro Cultural, onde estamos e por isso também havia o pedido para que houvesse lugares de estacionamento tarifado.

Sem ser muito volumosa a receita, mas que é significativa para a Câmara Municipal os lugares de estacionamento, julgo que, devíamos evidentemente fazer uma reflexão sobre o estudo de mobilidade, sobre o estacionamento dos lugares de estacionamento que são permitidos e portanto, depois da aprovação em 2021, destas novas duas zonas, podemos eventualmente, criar novas zonas, retirar novas zonas e até podemos, se for essa a intenção, criar taxas e pagamentos diferenciados conforme as zonas da cidade.

Esses são mecanismos que estão ao nosso dispor, obviamente que, tudo o que diz respeito a questões relacionados com os ruídos, as taxas de licenciamento que dizem respeito ao ruído e as questões relacionadas com o estacionamento tarifado, não é possível, há sempre um conflito de interesses naquilo que é o acesso aos clientes dos comércio e aquilo que é a possibilidade dos residentes poderem estacionar perto das suas residências, com toda essa legitimidade e portanto, aquilo que eu gostaria de vos dizer é que, relativamente ao Regulamento de Estacionamento de Duração Limitada podem, eventualmente, ser criadas diferenças de pagamento de dístico de residentes, conforme o lugar em que há pressão do estacionamento. Uma delas, naturalmente, que é a avenida das Amoreiras, todos conhecemos as razões, o comércio ficou satisfeito em haver estacionamento e tanto é que ao sábado por não haver estacionamento, não conseguimos estacionar na avenida das Amoreiras e isso penaliza os comerciantes e portanto, temos que fazer o equilíbrio entre aquilo que é o comércio e aquilo que são as necessidades dos próprios residentes.

Relativamente ao dístico de residentes, o valor já estava fixado em 2017, não houve qualquer alteração, na eventualidade e paga-se menos uma hora, é verdade, mas na eventualidade de nestas áreas com menos pressão de comércio, como é esta nova área, eventualmente, levaremos à Câmara Municipal, uma proposta para que o dístico de residente possa ser por um valor inferior e todos sabemos, muitas vezes que as residências não têm só um carro, têm dois, três ou quatro carros, o número médio de carro por habitação, dependendo de zonas do país andará à volta de 2,6 carros por habitação. Haverá residências que têm três carros, outras têm dois ou um carro e portanto, temos que eventualmente fazer essas condicionantes.

A nossa proposta é que haja evidentemente, um estudo destas duas zonas novas, para que pudéssemos acoplar também os interesses dos residentes, mas, volto a dizer, também dos comerciantes. É essa a nossa decisão, fazermos chegar até à próxima Assembleia Municipal, aprovado em Reunião de Câmara, naturalmente, uma proposta de decisão e por isso, julgo que respondi ao Senhor município *Eduardo Libório*.

Relativamente ao Senhor município *Manuel Brízido*, tomamos boa nota das suas preocupações, serão analisadas e respondidas ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, por escrito, que fará chegar ao Senhor município.

## Antes da Ordem do Dia

### 3 – Período Antes da Ordem do Dia.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Senhora Presidente, as notícias que têm chegado a público sobre a instalação ou não da sede da Direção Regional de Agricultura do Norte em Mirandela, sabemos que tem sido um processo bastante moroso, conturbado, enfim, não sei se há vontade política clara de dizer aos mirandelenses e aos agricultores, aquilo que verdadeiramente vai acontecer, acho que há aqui um discurso encapuçado, não só de quem decide, o Governo, mas também dos agentes políticos locais, nomeadamente por parte da Câmara Municipal de Mirandela.

Senhora Presidente, eu encontrei uma Portaria, tinha tomado boa nota em devido tempo, em 2021, que no Orçamento de Estado o Governo aprovou uma Portaria, a Portaria n.º 208/2017, de 13 de julho, em que designadamente, determinava que, o

despovoamento do interior tinha que necessariamente ser combatido com a instalação de institutos públicos, assim como, a deslocalização de funcionários públicos para estes territórios.

O Governo PS, no Orçamento de 2021, disse perentoriamente, ao ponto de tornar lei este desígnio. Pergunto Senhora Presidente, se é este Governo PS, que em 2017 aprova esta Portaria, que fez desta preocupação lei, pressupondo uma prática nos Orçamentos seguintes e no dia-a-dia do exercício político por parte dos Governos, se é este Governo também, que em 2023, mete esta Portaria na “gaveta”, mente aos territórios do interior, às expectativas das pessoas e das empresas e nomeadamente, em Mirandela a não fixação da sede da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte.

Pergunto Senhora Presidente, se isto é fazer política? Se tem conhecimento, tem com certeza, desta Portaria? Quais são as suas posições? E ao ponto de confrontar o Governo e os seus congéneres Ministros e Secretários de Estado que tutelam esta área, ao ponto de, ora tomam o despovoamento do interior combatido através da deslocalização de institutos públicos e os seus funcionários e que em 2023, pura e simplesmente ignoram decisões tomadas em Conselho de Ministros e aprovadas na Assembleia da República.

É apenas esta preocupação, Senhora Presidente, porque é um assunto da maior importância para o concelho e para os agricultores da região, que me deixa bastante preocupado, a mim e à Bancada do PSD e acho que somos todos muito poucos para elevar a nossa voz e fazer ver ao Governo Central, que não podemos de maneira nenhuma ficar esquecidos.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

“Depois de na última Reunião desta Assembleia, no passado dia 30 de junho, terem sido aqui apresentadas sérias preocupações quanto à integração da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte no novo Instituto Público denominado Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte e nada mais aconteceu que nos permita perceber o que vai ser feito desta importante estrutura do poder descentralizado do Estado.

Embora na letra da Lei que aprova a Orgânica dessas Comissões de Coordenação Regionais esteja bem explícito que os seus Estatutos são aprovados no prazo de 60 dias úteis, num simples exercício de contagem num qualquer calendário, encontramos a data de 28 de agosto, como limite para este novo Instituto apresentar o que tem de ser apresentado publicamente...!!!

Contudo, tal não aconteceu, que se saiba, até hoje, dia 29 de setembro do ano de 2023!!!

Apenas sabemos que a Comunidade Intermunicipal, constituída por nove Municípios do distrito de Bragança, no passado dia 19 de setembro, veio a público manifestar desagrado pela situação e informar ter aprovado uma Moção, por unanimidade, que pede a permanência da Direção Regional de Agricultura em Mirandela.

Desconhecemos, por outro lado, a posição oficial das restantes CIM's desta vasta região norte, a dos responsáveis dos partidos políticos e a da esmagadora maioria dos deputados à AR que representam os cerca de 80 círculos eleitorais da área de atuação da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte...

Também não sabemos muito bem, embora se tenha agora acabado de perceber qual é a posição oficial do PSD, mas dos restantes Partidos e dos Grupos de Cidadãos aqui presentes, também não sabemos muito bem qual é a sua opinião.

E, a terminar, cumpre ainda lembrar um aspeto já referido na nossa última reunião:

*- as decisões sobre este assunto não dependem do Governo, nem de nenhum Ministro, estão nas mãos de alguém que foi eleito, também pelos membros desta AM, em 13 de outubro de 2020 – o Senhor Presidente da CCDRN, distinto Prof. António Cunha – cargo que será novamente sujeito a escrutínio eleitoral, nos termos previstos no DL n.º 36/2023, de 26 de maio, que converte as CCDR's em Institutos Públicos.*

Senhor Presidente,

Nesta circunstância, sem mais delongas, nos termos do disposto no Regimento desta Assembleia Municipal de Mirandela, apresento requerimento, na forma escrita, solicitando os bons ofícios de V. Ex.ª no sentido de obter da parte do Exm.º Senhor Presidente da CCDRN – que é o único que pode responder – os necessários esclarecimentos, devidos por direito constitucional, para informar este plenário, que representa todos os mirandelenses, sobre as decisões que irão ser tomadas quanto ao futuro dos Serviços de Agricultura aqui sediados há mais de 100 anos e que são de inquestionável importância para a cidade, para o concelho e para a região.

Muito obrigado Senhor Presidente e digníssimos Membros da Mesa pela atenção que o assunto mereça da vossa parte.”

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Será feito o encaminhamento devido, conforme solicitado

O Senhor Deputado *AGOSTINHO BEÇA* (PS) solicitou a leitura do Requerimento para que toda a Assembleia pudesse tomar conhecimento do seu teor.

----- Foi presente um Requerimento subscrito pelo Senhor Deputado *AGOSTINHO BEÇA* (PS), em 29 de setembro de 2023, com o seguinte teor:

#### “REQUERIMENTO

Exm.º Senhor  
Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Mirandela  
Dign.º Dr. *Francisco José Esteves*

Mirandela, 29-09-2023

Assunto: **Integração da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, IP – DL n.º 36/2023, de 26 de maio**

Relativamente ao assunto em epígrafe, nos termos do disposto no art.º 36.º e com o direito consignado na alínea b) do n.º 1 do art.º 65.º, ambos do Regimento desta Assembleia Municipal de Mirandela, se **requer** a V. Ex.ª a efetivação das diligências necessárias junto do Exmo. Senhor **Presidente da CCDRN**, tendentes a obter respostas às perguntas que a seguir se apresentam:

1. Quando será conhecida a redação final dos Estatutos do novo Instituto – CCDRN, IP? Será passível ainda de acolher contributos de entidades competentes?
2. Nessa redação foi tida em conta a Resolução da Assembleia da República, publicada no passado dia 27 de abril, que recomenda ao Governo que todos os novos serviços e organismos da Administração Pública que venham a ser criados sejam instalados no interior do País?
3. O que vai acontecer aos Serviços de proximidade, às duas Direções de Serviço, às três Divisões sediadas em Mirandela e às Delegações Regionais dos distritos de Bragança e Vila Real?
4. Que competências e atribuições terão os Serviços que permanecerem em Mirandela?
5. Haverá funções para todos os cerca de 110 trabalhadores que estão hoje em Mirandela?
6. O que acontecerá aos trabalhadores não afetos a Serviços que permaneçam aqui?
7. O que será feito da Quinta do Valongo, património público com cerca de 100 hectares de terra arável e irrigável e ao edificado lá existente que, por força do disposto no art.º 6.º do DL n.º 36/2023, de 26 de maio, passará a integrar o património próprio da CCDRN, IP?

São estas as principais questões que se oferece apresentar de momento, que refletem as reais preocupações dos cidadãos mirandenses a quem assiste o pleno direito de colocar e às quais se pede que **V. Ex.ª acrescente as que lhe aprouver e considere pertinentes** para o cabal esclarecimento das decisões a tomar que poderão vir a afetar profunda e irremediavelmente o **futuro e desenvolvimento do Concelho e de toda a região**.

Mais se requer respeitosamente a V. Ex.ª que faça chegar, pelos meios habituais, a todos os membros desta Assembleia Municipal, os resultados das diligências que mande efetuar e das correspondentes respostas obtidas, ou da ausência das mesmas decorrido que seja o prazo regulamentar.

Espera deferimento,

O Deputado Municipal

Agostinho Beça”

----- O Senhor Deputado Municipal **VIRGÍLIO TAVARES** (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu gostaria de trazer aqui duas questões que eu considero muito importantes, relacionadas com a educação e com a abertura do ano letivo.

Assim, a primeira questão é sobre as AEC's - Atividades de Enriquecimento Curricular, como se sabe, as AEC's ao nível do 1.º Ciclo do Ensino Básico, são atividades de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural, que incida nomeadamente nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação. Também sabemos que a Câmara Municipal de Mirandela tem vindo a implementar, conjuntamente com as escolas, essas atividades e o problema que está aqui e eu questionava já a Senhora Presidente, vai haver, ou não AEC's para o 1.º ciclo, nas escolas do Município de Mirandela?

Se vai haver, porque razão, não sabemos se vai haver. Eu procurei, um aparte que é muito importante, procurei na internet ontem à noite, procurei no Município de Mirandela o que é que se passava com as AEC's em Mirandela em 2023 e só me apareciam dados de 2020, 2021, de 2023 não me aparecia nada. Por isso, mais uma pertinência nesta questão, que nós queremos saber.

Quando é que a Câmara Municipal pensa em colocar as AEC's em funcionamento, caso as haja? Pergunto isto, porque vários pais falaram comigo, vizinhos inclusivamente, angustiados porque não sabem onde deixar os filhos depois das 15 horas 30 minutos, ou não têm dinheiro para colocar os filhos nos ATL's – Atividades de Tempos Livres particulares que existem na cidade de Mirandela, por outro lado se as AEC's são parte da construção do enriquecimento do aluno na sua preparação para a vida, não se compreende por que razão não começaram quando as aulas do ano escolar se iniciaram. Poderia não ser no mesmo dia, mas houve ali um espaço de um fim-de-semana, já passaram duas semanas e não temos conhecimento que elas existam. Com tanto desemprego nessa área da educação, será que a Câmara Municipal tem dificuldade em arranjar professores das AEC's? era um assunto que eu gostava que a Senhora Presidente nos respondesse.

A segunda questão, tem a ver com uma turma do 1.º Ciclo, penso que de 2.º ano, da Escola *Luciano Cordeiro*, composta por 24 alunos, dois deles com necessidade de apoio especial, um com Autismo, outro com *Síndrome de Down*, ou Trissomia 21 e tem apenas um professor. Já foi, ao que parece, indicado um professor de apoio, mas não apareceu. A turma continua apenas com um professor. O que é que pode fazer esse professor com tantos alunos? Com 24 alunos e com mais esses dois alunos com necessidades especiais, como se pode dar aulas assim? Também um aparte, eu tive assim uma experiência enquanto docente, numa turma de 5.º ano, em que apareceu um aluno com essas necessidades especiais, que se levantava sistematicamente do lugar e fazia

as coisas mais disparatadas, que não vou aqui referir, nunca tinha tido essa experiência. O que é que eu poderia fazer, enquanto estava a atender esse aluno estavam os outros todos ali parados, isto estragava completamente a aula.

Eu queria pedir à Senhora Presidente, é evidente que este é um assunto a nível de escola, do Agrupamento, mas a Presidente da Câmara tem um papel, penso eu, importante porque poderia dar uma ajuda à Direção do Agrupamento para a resolução desse problema? Penso que sim, por exemplo, falando para o Ministério da Educação, ou diretamente com o Senhor Ministro, reforçando a necessidade sobre o problema e a urgência em resolvê-lo. E já agora Senhora Presidente, aproveitava esse contacto com o Ministério da Educação, se o quiser fazer, e transmita-lhe, e pode ser com certeza a Divisão da Educação, não tem que necessariamente ser a Senhora Presidente a fazê-lo, mas é um assunto que merecia ser tratado a nível superior. Dizia eu que já agora, se o quiser fazer, transmita-lhe que há ainda muitos alunos do 2.º e 3.º Ciclo, aqui no Agrupamento de Escolas de Mirandela, sem professor.

Faça alguma coisa pelos jovens que frequentam as escolas de Mirandela a este nível, por este andar vai ser mais um ano difícil para esses jovens de Mirandela, da comunidade escolar, depois dos anos atípicos da pandemia e do ano anterior, que nós sabemos, de greves e de faltas constantes que não só destabiliza completamente as famílias, mas também o próprio aluno e a aprendizagem não se faz.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu vou dividir a minha intervenção em três perguntas diretas à Senhora Presidente, porque acho que merecem uma resposta do Executivo em relação a estes assuntos.

Senhora Presidente, temos ouvido aqui em Mirandela rumores de que o acionista principal do Hospital Terra Quente vendeu a sua participação por cerca de 7 milhões de euros, a um grupo privado de saúde. Obviamente que nós não temos qualquer tipo de interesse nesse negócio, o que nos preocupa é saber se isto é verdade e se é verdade e a ser verdade, gostaríamos também de saber qual é o papel da Câmara Municipal acerca deste assunto, porque a Câmara Municipal, como todos sabemos, penso eu, que ainda continua a ter a sua participação no Capital Social do Hospital Terra Quente, ou se já foi alienado, não sabemos, portanto gostaríamos de saber dessa questão.

Outra pergunta que eu lhe fazia Senhora Presidente, era que, soubemos há muito pouco tempo, que houve uma reunião entre a Administração da Resíduos do Nordeste com a Comissão de Trabalhadores da mesma, acerca daquilo que estava em cima da mesa, a reivindicação destes trabalhadores pelo fim da precariedade do seu trabalho e gostaríamos de saber em que ponto é que está esta negociação e que resultado é que saiu desta reunião? Se finalmente vamos ter o fim da precariedade dos trabalhadores da Resíduos do Nordeste?

A outra questão que eu lhe tenho para colocar Senhora Presidente, tem a ver exatamente com a questão de que afinal a CDU tinha razão, quando no início deste ano trouxe a esta Assembleia Municipal o Parecer vinculativo da AT – Autoridade Tributária, sobre a cobrança indevida do IVA nas faturas da água relativamente à questão dos Resíduos do Nordeste. Demorou tempo de a Câmara Municipal chegar a essa conclusão, congratulamo-nos que tenha chegado a essa conclusão, pena é que, nas declarações que o Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires* fez à comunicação social, quando questionado sobre o pagamento, ou a entrega dos valores cobrados aos municípios desde a data em que a CDU apresentou esse Parecer vinculativo da AT, o Senhor Vice-Presidente dizer que não há retroatividade porque a ERSAR não subscrevia aquele Parecer.

Gostaríamos de saber se realmente a Câmara Municipal vai fazer a atribuição do dinheiro que foi cobrado do IVA nas faturas da água da Resíduos do Nordeste aos municípios de Mirandela?

E por fim, respondendo na questão da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, era só informar a Câmara Municipal de que não vai haver Direção Regional, porque a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte foi integrada na CCDR-N. Portanto, eu não sei qual é o esquema, ou o burburinho que há aqui nesta Assembleia. A partir do momento em que o PS e o PSD negociaram a divisão das CCDR's do país, em que a do Norte ficou para o PSD, a do Centro para o PS, a do Sul não sei para quem, portanto, está tudo dito. Eu não percebo qual é a celeuma de haver Direção Regional, porque os serviços do Ministério da Agricultura em Mirandela vão ser integrados na CCDR-N portanto, o que devia estar aqui em causa era aquilo que o PCP e a CDU fizeram na Assembleia da República contra esta fusão, não é depois da fusão estar feita, irmos pedir a "migalha" para ficar cá isto, ou aquilo!

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Felicitar o ilustre Médico mirandense, o Senhor Doutor *Francisco Esteves*, pelo novo cargo de Diretor Clínico do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro e também pela presidência do Colégio de Medicina Interna da Ordem dos Médicos.

Como mirandense e seu ex aluno, foi com grande orgulho e satisfação, que recebi estas notícias, estou certo que vai desempenhar os cargos com grande profissionalismo, como Vossa Excelência tão bem sabe fazer, desejo-lhe as maiores felicidades.

Não podia também deixar de felicitar este Executivo, pela transferência que foi ontem feita para as Juntas de Freguesia, para regularizar o que estava em atraso desde o mês de junho.

Felicitar também o Executivo pela iniciativa de retomar a hidroginástica, depois de várias vezes o Presidente da Junta de Freguesia de Frechas ter falado sobre este assunto nas Assembleias Municipais, finalmente fez-se luz!

Relativamente ao Carro da Saúde, não tive oportunidade de questionar a Senhora Presidente na última Assembleia.

E as pessoas estão a pensar que eu estou a complicar, isto não é complicar, é simplesmente clarificar e clarificar não é desconfiar.

Disse que teve um custo, nas despesas de 32.596,00 € em 2022, mas não me disse quantas pessoas utilizaram este serviço, porque este valor pode ser muito, ou pode ser pouco, Assim não se consegue efetivamente avaliar se o investimento está a ser bem utilizado.

Relativamente aos açudes, havia 2,3 milhões de euros disponíveis até 31 de dezembro de 2023.

Primeira questão: Qual é o ponto de situação relativamente ao açude de Frechas?

Segunda questão: Foi feito algum projeto? O mesmo foi submetido às entidades e as mesmas renunciaram? Se sim, qual o Parecer?

Relativamente às obras da praia fluvial de Frechas que a Senhora Presidente na última Assembleia Municipal me respondeu, que a última prorrogação terminava no final de agosto de 2023. Oferece-me fazer as seguintes considerações sobre esta matéria: Foi uma falta de desrespeito pelos moradores da Freguesia e de quem nos visita na época balnear, porque a obra ainda se encontra por concluir.

Na última Assembleia Municipal de 30 de junho, quando terminei a minha intervenção sobre esta matéria, a Junta de Freguesia de imediato recebe um *e-mail* que eu vou passar a ler, para vosso conhecimento:

“Empreitada: PROVERE - Rede de Praias fluviais de Mirandela (2ª fase) Lote 2 - Praia Fluvial De Frechas

Relativamente aos trabalhos a concluir em Frechas, a equipa que terminará os trabalhos (por conhecimento das especificidades da obra, será a mesma que até agora lá esteve), encontra-se esta semana na Mealhada a realizar um trabalho de Cofragem/Betonagem que sofreu alguns atrasos face ao inicialmente previsto, situação essa que além de atrasar a referida empreitada, nos impossibilitou de deslocar a equipa a Frechas esta semana como inicialmente estava previsto.

Nesse sentido, informamos que no decorrer da próxima semana os trabalhos acordados na última reunião ficarão concluídos em Frechas, agradecendo ainda o envio de toda a documentação abordada na referida reunião.”

Posto isto, eu pergunto: Quem está a mentir? Sim a mentir, porque o Senhor Vice-Presidente deu uma entrevista no dia 21 julho, para a Rádio Terra Quente, onde afirma que a obra não está concluída, porque os fornecedores não estão a entregar o material ao empreiteiro e afirmou que ficava concluída até ao início de agosto de 2023.

Uma última questão que gostava de colocar à Senhora Presidente.

Qual o ponto de situação relativamente à Estrada n.º 603, que liga Cachão/Vale Frechoso? E também, antes de mais, felicita-la pela prontidão que teve na tomada de medidas sobre este assunto para fechar esta estrada, visto que lhe enviei um *e-mail* no dia 5 de junho e dia 8 de junho a estrada estava cortada. Já tem algum estudo feito? Já tem alguma estimativa orçamental? Para quando se prevê a reabertura ao trânsito?

Só para terminar, queria deixar aqui uma consideração à Mesa, que fosse feito um Minuto de Silêncio em memória da Professora *Graça Calejo*, uma pessoa que esteve ao serviço dos mirandenses, como política, como Professora e também como empresária na Freguesia de Frechas, que sempre colaborou com a Junta de Freguesia de uma forma excelente. Eu deixava aqui à Mesa, quando achasse oportuno se fizesse um Minuto de Silêncio e que fosse enviado à família mais próxima, nomeadamente às filhas, um Voto de Pesar desta Assembleia Municipal.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Fazemos o acolhimento por parte da Mesa, isto se não houver rejeição por parte da Assembleia Municipal, de esta Assembleia poder expressar o seu Voto de Pesar pela morte da Professora *Graça Calejo*, que fez parte desta casa e que serviu Mirandela no âmbito da educação e da política, tendo mesmo exercido as funções de Vereadora da Câmara Municipal de Mirandela.

----- A Assembleia Municipal associou-se ao Proposto e efetuou um Minuto de Silêncio pelo falecimento da Professora *Maria da Graça de Araújo Faria Calejo Pires*.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

“Na passada Assembleia do dia 30 de junho, ouvimos todos nós aqui presentes, uma intervenção justa (do seu ponto de vista) e de grande relevo para o Executivo municipal, onde congratulava a Senhora Presidente sobre a proposta de localização em Mirandela da sede do novo Instituto Público criado pelo Decreto-Lei n.º 36/2023 de 26 de maio, denominado Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, I.P. Foi ainda manifestado o apoio e ressaltou-se que naqueles últimos dias, aquela proposta tinha ganho uma aliada de grande importância, nada mais, nada menos que a Senhora Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, Prof.ª *Isabel Ferreira*.

Conformaram-nos quando foi dito que era assumido que a integração da DRAP Norte naquele Instituto Público era um processo irreversível e que teríamos de entender e aceitar as dinâmicas e transformações organizacionais nos serviços periféricos da Administração, leia-se “é a vida meus caros.”

Também foi explanado uma situação (real e concreta diga-se de passagem) em que a saudosa DRAP Norte tem 593 trabalhadores e se estes irão integrar os mapas de pessoal da CCDR Norte, que tem pouco mais de 200 trabalhadores, quase todos concentrados no Porto, questionou-se “quem é que absorve quem?”. Justa reflexão, reconheço.

No entanto, após a ultrapassagem da data-limite para a elaboração dos Estatutos deste Instituto Público e da localização da sede, que terminou no passado dia 28 de agosto, ainda pouco ou nada se sabe.

Se a Senhora Presidente continuou a encetar esforços no sentido de deslocar a sede da CCDR-Norte para Mirandela, não foi suficiente para gerar uma onda de confiança e que fizesse tremor o centro de poder, leia-se Ministério da Coesão Territorial e Presidência da CCDR-Norte.

Depois, da pouca informação que foi saindo cá para fora, houve notícias de que existiria um *draft* dos Estatutos que colocaria a referida sede no local onde se encontra atualmente, o Porto. Ainda relativamente ao *draft*, não existia nenhuma referência a Mirandela e à unidade orgânica a criar em virtude do desmantelamento da DRAP Norte. Também sobre a hipótese de existir uma vice-presidência para a agricultura, nada ainda foi clarificado.

Caro Presidente, cara Presidente, não há outra forma de o dizer, estamos perante um desmantelamento do Ministério da Agricultura encapotado de reorganização administrativa. Estamos perante um dos piores ataques que a agricultura nacional sofreu em décadas de organização.

Quero acreditar que isto não passam de rumores e que de facto Mirandela irá ser integrada nos Estatutos a serem criados e que o centro de decisão no geral ou pelo menos do âmbito agrícola não saia daqui.

Deste modo, Senhora Presidente questiono:

- Quando e onde irá ficar a sede em Mirandela?
- Quando e onde ficará a vice-presidência para agricultura em Mirandela?
- Quando e onde o Executivo vai fazer algo pelos agricultores em vez de se resignar a exprimir meros desejos para páginas de jornais?
- Quando é que o Executivo assume que é contra o desmantelamento de serviços por inteiro em Mirandela e age, efetivamente, em conformidade com o que diz aos microfones?"

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

O que me traz aqui são algumas pequenas questões, hoje parece-me que é o dia das questões lançadas aqui nesta Assembleia, mas quero começar por acompanhar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, nos cumprimentos endereçados ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, muito nos orgulha enquanto mirandelense e muito nos orgulha enquanto Presidente da Assembleia Municipal e muito nos orgulha por ter feito parte das listas do Partido Socialista.

Isto são algumas perguntas que penso de resposta relativamente simples, mas são perguntas que, a nosso ver, fazem todo o tipo de sentido, têm todo o tipo de interesse e vêm também na sequência de uma Comissão Permanente tida na passada sexta-feira, em que foram discutidos alguns pontos em relação ao Plano de Ação do Plano Norte 2030 e também a algumas medidas macro que poderiam ser tomadas para a captação de emprego e investimento no nosso concelho e no seguimento disso, as nossas perguntas são bastante simples, em primeiro lugar nós gostávamos de saber se já há algum tipo de previsão temporal para a inauguração da expansão da Zona Industrial? Obra essa como já disse aqui algumas vezes e como já disse publicamente outras tantas, vem com 20 anos de atraso, sabemos perfeitamente que teve de ser requalificada, de forma a ser viável economicamente, mas que neste momento temos aparentemente um prazo relativamente breve, por isso gostávamos de saber se já há uma previsão concreta para essa abertura.

Outra obra que também muito nos apraz e muito nos diz como mirandelenses, que foi a requalificação da Estação dos Caminhos-de-Ferro, criando ali um eixo de interesse turístico e patrimonial, nós também gostávamos de questionar o Executivo se já há também uma data prevista para a abertura desse mesmo espaço e obviamente quando é que é essa data?

Queremos também fazer aqui uma pergunta muito concreta, sobre as consequências da intempérie que se abateu sobre Mirandela no dia 02 de setembro, Mirandela e a região toda de Mirandela e a nossa pergunta é muito simples, gostávamos de saber se há um levantamento dos danos que foram causados por essa atividade meteorológica extraordinária? Se há esse levantamento, em que sítios é que foi? E qual é que é o valor calculado para esses prejuízos que possam ter sido causados?

Quero também acompanhar, começo por acompanhar e termino a acompanhar, a proposição do Voto de Pesar para a Professora *Graça Calejo* que foi proposto pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira* e acompanhamos também o pedido pela nossa Bancada.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa *LUÍS ESTEVES* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Na qualidade de Presidente da Junta, traz-me aqui algumas preocupações que têm acontecido na nossa Freguesia, que já foram transmitidas ao Senhor Vice-Presidente e à Senhora Presidente e queríamos saber em que ponto é que estão.

Para começar, transportes escolares, as escolas receberam uma melhoria muito grande para criar melhores condições aos nossos alunos e neste momento nota-se que os alunos das aldeias chegam mais cansados. Na zona sul do concelho há dois anos havia três linhas de transportes, foi reduzida uma linha, acontece que os autocarros que neste momento fazem os transportes escolares têm de andar mais quilómetros, os alunos de Barcel estão a uma distância de 20 km de Mirandela e todos os dias andam 42 quilómetros de manhã e 42 quilómetros ao fim da tarde. Fazem 84 quilómetros todos os dias, há um momento, quando eles chegam ao cruzamento de Rego de Vide, que estão a 5 km de Mirandela e ainda vão andar mais 22 km. Eu acho que isto é demasiado para os alunos e quando se criaram melhores condições para os alunos, deveríamos também ver a questão dos transportes escolares.

Em relação à sinalização da Estrada 15-4, a vertical, que foi a concurso e essa obra nunca foi concluída, neste momento a sinalização horizontal também está a desaparecer em vários pontos da Estrada.

Um depósito da água que foi colocado em São Pedro de Vale do Conde há 16 meses, neste momento ainda não está ligado à rede.

A Estrada de Marmelos, que tem uma extensão de 1 km, gostaríamos que essa estrada fosse composta, porque está muito degradada.

Também em relação ao trabalho que tem sido feito pela Câmara Municipal, pela Proteção Civil, em relação às abelhas asiáticas, eu não sei até que ponto esse trabalho está a ser bem feito. Pela transmissão que nós tivemos do ninho na nossa localidade, foram lá com uma pistola, fizeram aquele trabalho, não deu resultado nenhum, tornamos a avisar, quem fez o trabalho estava de férias, teve de se esperar mais 10 dias, quando o operador veio de férias foi lá, no meu entender, eu acho que esse trabalho não está a ser bem feito.

Em relação a estas preocupações, também temos novidades positivas em relação à nossa União das Freguesias, nós no mês de agosto a Junta de Freguesia tinha-se candidatado a um projeto às Aldeias de Portugal, foi aprovado no mês de agosto, no valor de 100 mil euros, uma comparticipação de 80 % e nesse aspeto tenho de dizer obrigado ao Município e à Senhora Presidente por tudo que nos ajudaram, sempre que o solicitamos à Câmara Municipal. Há cerca de quatro anos, fizemos uma Candidatura de um projeto na CCDDR-N, também no valor de 100 mil euros, esse projeto foi aprovado dia 26 de setembro, saiu em Diário da República, iremos assinar o contrato brevemente, penso eu, e neste projeto, principalmente a CCDDR-N, ao Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires*, ao Senhor Vereador *Vitor Correia*, à Senhora Presidente, que muito nos ajudaram nesta insistência, que várias vezes falamos com o Senhor Presidente da CCDDR-N, um muito obrigado e a nossa população está-lhe grata.

----- O Senhor Deputado Municipal *EMANUEL BATISTA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

O que me traz aqui hoje são algumas preocupações que me têm aparecido na Associação, da qual eu sou funcionário e Técnico.

A primeira tem a ver com as intempéries que ocorreram em Mirandela no dia 02 de setembro de 2023, mais concretamente o granizo, em que fazendo parte de um Conselho Consultivo da Agricultura, foi abordado este tema e foi dado por nós, associações, alguns dados para criar um relatório.

Eu queria saber em que situação está esse relatório, dado que o mesmo deveria ter sido elaborado entre os três Municípios, Mirandela, Valpaços e Macedo de Cavaleiros, os quais foram prejudicados por essas intempéries, dado que, ficaram de nos dar conhecimento a nós, Membros do Conselho Consultivo, ainda não temos.

Gostava de saber se esse relatório foi já entregue à Senhora Ministra da Agricultura?

Se a Senhora Ministra da Agricultura já teve conhecimento e se já deu resposta?

E se não existiu resposta quais são as medidas que vai tomar o Município de Mirandela perante os seus agricultores do concelho?

Outra situação, tem a ver com o Livro Branco sobre o regadio em Trás-os-Montes, falamos muito em regadio, precisamos de regadio em Trás-os-Montes, porque a agricultura cada vez mais sem água não é possível ter sucesso, eu queria perguntar à Senhora Presidente, como está a situação do perímetro de rega de Contins? E mais, como está o Plano Municipal de Regadio?

Em terceiro e para terminar, tem a ver com o Matadouro Industrial do Cachão, os animais entram ao domingo de manhã e estão a ser abatidos várias vezes durante este ano, à terça-feira, pergunto eu: Onde está o bem-estar animal desses animais? E mais, temos conhecimento que nos fazem chegar os operadores de mercado, que a carne passados dois, três dias que está nas vitrines a frio começa a mudar de cor ou fica escura, gostava de ter algum esclarecimento sobre isso.

Também gostava de ter um esclarecimento relativamente ao apoio sanitário que o nosso Município está a fazer e muito bem, aos operadores de gado bovino e ovino. Relativamente aos pagamentos 2022, normalmente é em 2022 que está para ser pago, estamos neste momento no final de 2023 e esses pagamentos ainda não foram feitos. A partir de um momento que se faz um Regulamento, a partir do momento que se cria uma oportunidade de o agricultor ter mais algum benefício, deve ser exercido esse pagamento, ou bem, sabemos que o agricultor em média recebe 150,00 €, será que estes 150,00 € em cerca de 40, 50 produtores que estão a ser candidatos, têm grande diferença a nível de orçamento de Câmara Municipal?

----- A Senhora Deputada Municipal *RITA MESSIAS* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

“Esta minha intervenção, tem como objetivo salientar a importância de termos um SNS e que, graças a ele, somos uns privilegiados por termos direito à saúde, independentemente da condição económica e social.

O SNS foi criado em 1979, por um dos cofundadores e dirigente do partido socialista, *António Arnaut*, há precisamente 44 anos. Curiosamente num governo chefiado por uma mulher, *Maria de Lurdes Pintasilgo*.

É bom lembrar que, o SNS não é um dado adquirido, temos que estar atentos e lutar pelo seu bom funcionamento para que ele se mantenha e, acima de tudo, se fortaleça, pois é do que melhor temos em Portugal.

Num *ranking* mundial da OMS em 2019, que media a relação entre o nível de saúde alcançado pela população e os recursos utilizados, Portugal foi classificado em 12.º lugar como um dos melhores do mundo, entre 191 países.

Não obstante, diariamente, assistimos a notícias catastróficas e a exemplos de mau funcionamento deste sistema, nos órgãos da comunicação social. Contudo, não podemos esquecer que as televisões e jornais vivem do drama. Querem prender a nossa atenção e, para tal, nada melhor do que uma desgraça. Assim, o que vem a público não é o que corre bem, mas sim o que corre mal, gerando na população uma perceção de que está tudo uma desgraça e que cada vez estamos pior, mas não é assim.

É certo que o SNS não é um sistema perfeito e tem diversos desafios pela frente, com muitas áreas a melhorar. No entanto, eu queria dizer-vos, aqui hoje, o quanto tenho orgulho de ser Portuguesa e do nosso SNS. Para ilustrar, ao contrário do que se passa na comunicação social, queria deixar exemplos do que corre bem no SNS.

Recentemente, passei por uma situação a nível familiar que contribuiu, ainda mais, para valorizar o nosso SNS. Há cerca de dois meses, numa aldeia do concelho de Macedo de Cavaleiros, uma pessoa, minha familiar, sofreu um acidente, ficando com uma perna esmagada. Este acidente, ocorreu por volta das 19h30. De imediato foram acionados os meios de socorro, em primeiro lugar o INEM e de seguida, dada a gravidade do ferimento, foi transportada de helicóptero para o Hospital de Santo António, no Porto. Por volta das 21h30, já estava neste Hospital a receber os devidos tratamentos. Apesar da gravidade do estado da perna, que teve

que ser amputada, a verdade é que a rapidez com que foi atendida e levada para o Porto, salvou-lhe a vida e, apesar de tudo, está connosco. Isto só foi possível porque felizmente, em Trás-os-Montes, temos um helicóptero que encurta as distâncias aos hospitais onde existem serviços mais especializados.

Por isso, deixo aqui o meu profundo reconhecimento a todos os que lutaram para que o helicóptero ficasse em Trás-os-Montes. Temos que continuar atentos e a lutar para o manter. De facto, ele salva vidas e um vida tem um valor incalculável!

Um merecido reconhecimento, também, aos técnicos, médicos e a todos que trabalham no SNS pela sua dedicação e empenho.

Muito obrigada a quem criou este SNS, que, por sinal, foram pessoas do PS, e a todos os governos que o tem conseguido manter e reforçar.

E, ao contrário da mensagem que muitas vezes os partidos da oposição pretendem passar, o SNS tem vindo a ser reforçado, nomeadamente, nos governos do PS.

De notar que a dotação orçamental para o SNS prevista para 2023, representa mais 56% do que em relação a 2015 e, o número de enfermeiros, médicos e técnicos, representam um aumento de 25%.

Se recuarmos aos tempos áureos da “arte de bem governar”, segundo os dados da PORDATA, de 1995 a 2021 (último ano com dados disponíveis), as despesas com o SNS aumentaram de 3 397 ME, para 13 077 ME. O que representa, em 26 anos, um aumento da despesa com o SNS de 285%. Assim, os factos demonstram, claramente, a importância que o partido socialista atribui ao SNS e à preocupação com a saúde das pessoas.

Ainda assim, não deixa de haver melhorias a fazer, mas o caminho faz-se caminhando. Nesta região, há necessidade, entre outras, de aumentar médicos especialistas em diversas especialidades como: Ginecologia; obstetrícia, radiologia e hematologia, entre outras; bem como criar incentivos à fixação de profissionais de saúde, permitindo-lhes o acesso a formações e à investigação para poderem progredir na carreira.

De realçar que, o cuidado com o outro, é uma característica distintiva da espécie humana, e que está na base de uma sociedade civilizada.

O filósofo alemão, *Axel Honneth*, defendeu que “o cuidado é a forma mais elementar de reconhecimento mútuo, sem a qual nenhuma forma de vida social seria possível”.

Saibamos, pois, cuidar do SNS, para que ele cuide de nós!”

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avidagos, Navvalho e Pereira *ARMÉNIO VAZ* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

“Começo esta minha intervenção, a agradecer a todas as pessoas que nos visitaram, na Feira do Queijo e do Mel e também nas festividades das diversas aldeias.

Aqui permitam-me, que me dirija, a uma pessoa em especial, que faz questão de estar sempre presente nos nossos eventos, e que com a sua presença, com a sua boa disposição, com o seu sorriso, já encantou todas as pessoas da minha União das Freguesias.

É claro que me refiro à Doutora *Luísa*, que representa muitíssimo bem a Assembleia Municipal.

Doutora *Luísa*, digníssima Secretária da Assembleia, os meus sinceros agradecimentos. Dizer-lhe que quando temos algum evento, na nossa União de Freguesias, as pessoas já me perguntam se a Doutora vai estar presente.

Por isso, é um gosto continuar a recebê-la sempre que nos der o prazer da sua presença.

Agradecer também ao Executivo municipal, por nos ter emprestado as tendas, para a Feira do Queijo e do Mel, ao mesmo tempo, agradecer ao Senhor Vereador *Vitor*, por nos ter honrado com a sua presença na festa do Carvalhal.

Com muita pena minha, o mesmo não posso dizer da Senhora Presidente, pois sempre que se desloca, à minha União das Freguesias, tenta sempre, por em conflito, as pessoas e o Presidente da Junta.

Desta vez, um grupo de pessoas do Carvalhal, dirigiram-se à Senhora Presidente, interrogando-a, sobre os saneamentos do Carvalhal.

E qual foi o espanto destas pessoas, quando ouviram a Senhora Presidente dizer, que desconhecia que o Carvalhal não tinha saneamentos.

Senhora Presidente, não seria melhor, V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, optar por dizer a verdade?

Não seria melhor, a Senhora Presidente, dizer-lhe, estamos a tratar do assunto, ou então dizer-lhe que ainda não foi possível.

Mas enfim, se dissesse isso, já não conseguia dar queixas do Presidente da Junta. Mas V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup>, já sabe há muitos anos, que o Carvalhal e a Palorca não têm saneamentos, sabe a Senhora Presidente e sabem os Senhores Vereadores.

No mandato anterior, o então Vereador *Cunha*, de quem eu me tornei amigo pessoal e por quem eu tenho muita estima, andou uma tarde inteira comigo e com as pessoas do Carvalhal e Palorca e nesse dia prometeu tanto ao Presidente da Junta, como aos habitantes, fazer o levantamento dos saneamentos dessas duas localidades.

Ainda hoje, quando está comigo, me pede desculpa, por ter falhado com essa promessa.

Mas mais Senhora Presidente, logo no início deste mandato, quando o Senhor Vereador *Vitor* assumiu o pelouro das Freguesias, eu solicitei uma reunião ao Gabinete de Apoio às Freguesias.

Reunião essa, foi marcada e feita, em que esteve presente o Senhor Vereador *Vitor* e a Doutora *Sónia Mota*.

Nessa Reunião, eu falei de várias obras, que são importantes para a minha União das Freguesias, entre as quais os saneamentos do Carvalhal e da Palorca, falei também do edifício do lagar de azeite e de todo o seu recheio, do caminho rural entre Navvalho e Abreiro, do estradão de Avidagos a Rego de Vide, do estradão de Avidagos a Vila Boa, do Largo de Pereira, do calcetamento de várias ruas, da eletrificação de várias ruas, dos polidesportivos, que o seu Executivo, prometeu, restaurar ainda no mandato anterior, etc etc.

E sabe qual foi a primeira reação do Senhor Vereador? Eu digo- lhe.

Os saneamentos para este Executivo são uma prioridade. Mostrando-se muito satisfeito com o que eu lhe fui solicitar, inclusive, admirado por termos um lugar tão antigo. E sabe o que a Doutora *Sónia Mota* me perguntou? Eu também lhe digo.

Foi o seguinte: se este Executivo lhe fizesse todas estas obras durante o mandato, o Senhor ficava contente? Ao que eu respondi que ficava muito satisfeito.

Mas como já referi a Senhora Presidente dava-lhe mais jeito, falar mal do Presidente da Junta, e dizer que desconhecia que o Carvalho não tinha saneamentos, para além de outras coisas que disse a meu respeito.

Mas mais, depois disso a Senhora Presidente, ainda teve coragem, bom eu deveria aplicar outro adjetivo, mas como os meus pais felizmente me souberam dar educação, vou aplicar a palavra coragem, de pedir a essas pessoas, para não contarem nada do que foi falado ao Presidente da Junta.

Senhora Presidente, as pessoas conhecem bem o Presidente da Junta que têm, confiam nele totalmente, se não fosse assim, eu não estaria neste cargo desde 1985.

Por isso Senhora Presidente não vulgarize o cargo que ocupa, isso só lhe fica mal.

Eu sou do tempo em que quando o Presidente da Câmara se deslocava à minha Freguesia, era dia de festa, as pessoas chegavam a fazer passeios em flores, para ele passar, colocar tarjas a dar as boas vindas ao Senhor Presidente da Câmara, era sem dúvida um dia especial.

É por isso que eu digo à Senhora Presidente, para dignificar o cargo que ocupa, porque qualquer dia, o Presidente da Câmara ir a uma localidade ou ir o Zé da esquina, com todo o respeito pelo Zé da esquina, vai ser precisamente a mesma coisa.

Também já aconteceu por várias vezes, as pessoas chegarem-se perto da Senhora Presidente, a pedir-lhe alguma coisa e sabem qual é a resposta da Senhora Presidente?

Vão ter com o Presidente da Junta, porque ele tem muito dinheiro, a Câmara dá-lhe todos os anos um milhão e setecentos mil euros. É engraçado não é, meus amigos?

Ora o que a Senhora Presidente pretende, é deixar no ar, a dúvida nas pessoas. Pois eu já tive pessoas a dizer-me que as podia ajudar porque o Orçamento da Junta é de um milhão e setecentos mil euros.

Depois, lá tem que estar o Presidente da Junta, a desmontar toda esta confusão.

E porque estou a falar de confusão queria também desmontar mais uma.

No ano passado, depois da Feira do Queijo e Do Mel, todos se recordam, que na reunião da Assembleia Municipal, a nossa estimada Secretária da Assembleia Doutora *Luísa*, elogiou a forma como a Feira estava organizada, bem como a forma como foi recebida, ela e os que a acompanhavam, todos se recordam disso.

Mas é claro, que a Senhora Presidente da Câmara, não gostando de ouvir tais elogios, ainda mais sendo ao Presidente da União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira, veio logo dizer que tinha gasto 20.000,00€ na Feira do Queijo e do Mel.

Ora eu na altura fiquei calado, pois fui apanhado de surpresa e como eu lhe tinha pedido ajuda, para custear as despesas da feira, pensei que realmente me iriam dar tal ajuda.

Ajuda essa que nunca chegou, e eu, ainda fui, digamos que acusado, de estar a mamar bem a teta e por isso, estava tão caladinho.

Ora nessa Feira, a única despesa que a Câmara suportou, foi o aluguer dos *stands*, que foram 20 e como eu estive sempre presente na sua montagem e porque perguntei ao proprietário em quanto ficava cada *stand*, sei que esses *stands* ficaram em 6.000,00 € ou seja 300,00 € cada um.

Então se a minha matemática, não me falha, de 6.000,00 € para 20.000,00 € ainda falta a Junta que eu presido, ser ressarcida no valor de 14.000,00 €.

E por isso eu pergunto à Senhora Presidente, para quando esse pagamento?

Deixo aqui um documento que a população do Carvalho me pediu para entregar à Senhora Presidente.

Muito Obrigado.”

----- O Senhor Deputado Municipal *MÁRIO VILARINHO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

“Aqui estamos nós, dois anos passados.

Dois anos de governação deste Executivo no Município de Mirandela.

Não será fácil estar à frente de um Executivo, mas estes dois anos foram um teste à resiliência do mesmo.

Nestes dois anos tivemos o fim da pandemia Covid-19, com uma economia em recessão e logo a seguir somos apanhados por uma guerra imoral na Ucrânia, lançando o mundo para uma nova crise mundial, com reflexos numa inflação galopante retirando poder de compra aos cidadãos.

Sendo nós um Município do interior, com dificuldades que começam logo na fixação da população, é necessário todos os dias este Executivo multiplicar-se em ideias para gerir o diminuto orçamento que nos cabe, para gerir os nossos destinos.

Mas este Executivo não se tem escondido, nem refugiado nestes problemas, que são bastantes e tem procurado com tenacidade e imaginação dar a volta a estes mesmos.

E isso temos visto no conjunto de variadíssimas obras de beneficiação, melhoria e aumento do bem-estar geral dos Mirandelense, com obras na cidade (no centro e bairros), sem esquecer as nossas freguesias, que são muitas.

Não vou enumerá-las para não vos cansar, já que são bastantes e não teria tempo em 6 minutos, irei apenas lembrar uma, porventura a menos falada, mas a que mais impacto tem para os municípios que serão beneficiados, a renovação da rede viária,

saneamento e arruamentos do bairro dos Peleiros/Vale da Cerdeira, uma obra que peca por tardia, sendo uma reivindicação de muitos anos dos moradores, atendida finalmente.

A última obra de fundo num bairro que me lembre, foi o bairro degradado do sardão no Executivo do falecido Dr. *José Gama* há mais de 30 anos.

Não estaria a ser honesto convosco se não relembresse a diversificada agenda cultural que este Executivo nos tem brindado, ao longo destes dois anos, uma agenda para todos os públicos, tanto eclética como mais popular, desde concertos, bailados, teatro, cinema, uma dinamização dos espaços públicos ao ar livre bem como dos interiores, do pequeno auditório, grande auditório, Museu Armindo Teixeira Lopes, Museu da Oliveira e do Azeite, neste preciso momento podemos usufruir do festival de artes e letras de Mirandela aqui mesmo ao lado.

Na ação social com o apoio a vários programas e projetos comunitários, temos também agora como exemplo a abertura de 30 bolsas de estudo para o ensino superior.

Na habitação social, com a reabilitação integral de edifício de habitação social, estando em fase de conclusão o 3.º bloco do bairro do GAT.

Ao nível do desporto, o apoio continuado aos clubes do concelho, estabelecendo parcerias para oferta de programas municipais da prática de variados desportos.

Na Educação, com a conclusão da remodelação da Escola *Luciano Cordeiro*.

Na saúde, agradecer o reinício das visitas da Viatura Saúde pelas nossas Freguesias, e aproveitando o valor aqui há pouco referido o valor de 32 mil euros em 2022, que acho exageradamente baixo, dizer que a Saúde não é um gasto, mas um investimento.

Também na resolução dos problemas herdados de Executivos anteriores, este Executivo não se tem poupado a esforços para resolver, desde problemas em infraestruturas (caso das pontes, redes de água e saneamento desadequadas e envelhecidas, rede viária, zona industrial...), aos judiciais (caso do concurso da câmara, do prédio do Canal, da derrocada do Lidl...), não faltam problemas, mas pouco a pouco este executivo vai dando resposta, mais ou menos demorada dependendo da situação, mas nada está esquecido, e não sendo mais rápida a sua resolução porque o dinheiro não cai do céu, nem do Governo central.

E tudo isto num cenário de redução de dívida e estabilização da atual, podemos dizer que isto sim, é obra.

Por isso só me resta dar os parabéns a todos do Executivo por estes dois anos de árdua tarefa, e apesar das dificuldades que existem, que são muitas, creio que os próximos dois anos serão de continuidade na procura de soluções para a resolução dos problemas elencados para levar este Município para o lugar devido, na vanguarda do Nordeste Transmontano.”

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS PIRES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Dois pontos, o primeiro ponto era saber em que situação está a praia fluvial de Torre de Dona Chama e de São Pedro Velho? Uma vez que se criaram algumas expectativas, que poderia ser utilizada já este verão, no entanto não veio a acontecer, mas penso que se calhar antes de se concluir a praia, convinha concluir o açude, porque se não houver açude não há praia, uma vez que não há água! Verificou-se este verão e no ano passado, se não houver a conclusão do açude, não haverá praia fluvial certamente.

O segundo ponto, ocorreu-me a caminho desta Assembleia Municipal, habitualmente venho pela Bouça, hoje tive que vir pela Torre de Dona Chama e atravessei a vila e cruzei-me com duas ou três pessoas e recuei há uns anos atrás, não muitos, quando estava o Colégio, o Externato aberto, que era uma azáfama a esta hora, carrinhas, autocarros, alunos a pé e de facto mexeu comigo e pus-me a pensar. Neste momento a Torre de Dona Chama tem ensino até ao 9.º ano, já se falou aqui na educação, já se falou aqui no despovoamento e o que eu temo é que, o que aconteceu com o Colégio venha a acontecer com a Escola Básica daqui a meia dúzia de anos.

Penso que para isso não acontecer, as medidas têm de ser tomadas já, uma vez que este ano o número de alunos de ano para ano é reduzido, mas de facto o norte do concelho, se de facto vier a fechar a Escola Básica, a Torre de Dona Chama morre, pura e simplesmente e já é um transtorno enorme para os alunos que estão em São Pedro Velho, vir para a Torre de Dona Chama para o 10.º ano, porque como sabem não há transporte público, mas isso depois abordarei noutro Ponto. Imagino se não houver a Escola Básica, imagino crianças com três, quatro anos, do pré-escolar a terem que vir para Mirandela, penso que isso é inadmissível, quer dizer, terá que haver uma solução. Eu já não digo os do pré-escolar, falo dos alunos com seis anos, de inverno é muito mau, não sei, mas penso que estas coisas têm de ser pensadas atempadamente para evitar que isso venha a acontecer.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Eu gostaria de agradecer ao Senhor Deputado *José Carlos Teixeira* e ao Senhor Deputado *Rui Pacheco* a menção honrosa da nomeação para o Colégio de Medicina Intensiva, queria agradecê-lo publicamente.

Muito obrigado.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Naturalmente acompanhar a referência ao nosso Presidente da Assembleia Municipal Dr. *Francisco Esteves* e a referência que foi feita é justa pela competência, pela capacidade de trabalho, pelo sacrifício e pelo trabalho também que faz, é um tema que a todos nos diz muito que é o Serviço Nacional de Saúde, referido pela Senhora Deputada *Rita Messias*, um agradecimento, julgo que partilhado por todos nós.

Vou passar a responder a todas as questões, começo por ordem de inscrição, relativamente ao Senhor Deputado *Paulo Pinto* dizer que há vontade, há muita vontade do Executivo municipal e não há aqui qualquer tipo de discurso encapuçado, como disse, aquilo que me parece que em política se diz e aquilo que se faz, no caso do Senhor Deputado, é perfeitamente oposto, porque eu também

nunca vi o Senhor Deputado do PSD eleito pelo distrito de Bragança fazer qualquer referência que seja ao caso da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, mais concretamente à integração na CCDR-N.

E se estamos todos muito preocupados, o que é que de facto os Senhores Deputados do PSD, Membros desta Assembleia Municipal, têm feito como maior Partido da Oposição a nível nacional? E quais são as posições que têm tomado concretamente na Assembleia da República?

A verdade é que as expectativas das pessoas e dos agricultores é que de facto o interior do país seja discriminado de forma positiva, como tem acontecido com a publicação muito recente da Resolução da Assembleia da República, que diz que, todos os novos serviços públicos terão que ser, ou devem ser, a título recomendativo da Assembleia da República, no interior do país.

A verdade é que o interior do país são autarcas, são Membros da Assembleia Municipal, são representantes locais, são presidentes de Junta e União das Freguesias, somos todos juntos e a verdade é que muito se tem feito, pela via negocial é verdade, porque acreditamos que a via negocial é sempre a melhor via para corresponder a estas necessidades e a estas reivindicações relativamente à sede da CCDR-N.

Eu deixei bem claro desde o início que, na minha opinião e na nossa opinião enquanto Executivo da Câmara Municipal, teri a toda a pertinência que a sede da CCDR-N fosse no interior do país. Obviamente que, estando nós no centro agrícola deveria ser em Mirandela e sendo nós os representantes políticos locais. Isto é que é fazer política, é dizer aquilo que consideramos fundamental, isto foi dito pela primeira vez num fórum interno, num Conselho Regional de Agricultura, onde estavam também representantes desta Assembleia Municipal e portanto, a minha posição e a nossa posição é contrária aquilo que foi a decisão do Governo da integração nas CCDR's e se assim fosse, se a integração fosse feita, então haveria que dar lugar a que o novo instituto público tivesse como sede o interior do país, obviamente defendendo a localização em Mirandela.

Há aqui duas variáveis que na última versão dizia-se que o Conselho Regional, que é o órgão em que temos todos os Presidentes de Câmara do norte do país, iria decidir a deslocalização da sede do Porto e vejamos, o Presidente da Câmara Municipal do Porto já concordou que a sede saísse do Porto, porque não faz nenhum sentido que esteja sediada num local onde não tem esta pressão, que tem outro tipo de pressão, até sob o ponto de vista do turismo, como todos sabem. E por isso dizer que, na última reunião do Conselho Regional, onde tive oportunidade de fazer uma intervenção sobre esta questão, o Conselho Regional vai decidir a deslocalização da sede atual, que é no Porto, para outro local da região norte.

Nós temos obviamente, por todos e com todos, fazendo também o trabalho político junto dos autarcas do PSD, como sabem, também são muitos em toda a região norte, para que Mirandela possa ser a sua localização e é esse o desafio que lanço a todos, todos juntos somos mais fortes e aqui não se trata de Partidos Políticos, trata-se de decisões que neste momento e como bem disse o Senhor Deputado *Agostinho Beça*, está nas mãos do Senhor Presidente da CCDR-N, mas está fundamentalmente nas mãos do Conselho Regional. Porque só vai haver deslocalização da sede do Porto para outra localidade, se houver entendimento entre os autarcas da nova localização da CCDR-N, ou seja, está dependente de autarcas do PS, está dependente de autarcas do PSD, ou seja, estamos juntos, obviamente nessa luta, obviamente que todos os autarcas de qualquer dos dois distritos, estamos a falar de Vila Real e Bragança, estarão comprometidos com a nova localização da nova "estrutura governativa", mas da grande estrutura governativa, que vai ter um papel fundamental nos próximos anos, não só na agricultura, mas na totalidade de fundos comunitários que vêm para a região e é certamente muito importante que façamos essa luta.

Uma coisa vos posso já dizer, que é um compromisso que a vice-presidência da área da agricultura ficará sediada em Mirandela, no entanto, é bom que tenhamos a convicção de que, eu estou disponível e tenho feito essa luta desde que soubemos da integração na CCDR-N, para que juntos consigamos que Mirandela tenha a força necessária na região norte, junto de todos os autarcas, porque o Conselho Regional tem todos os autarcas e são os autarcas que vão decidir, não é o Senhor Presidente da CCDR-N.

Por isso, peço a vossa colaboração, a preocupação também deve fazer-se em ações e em atitudes e em promoção política desta nossa reivindicação, obviamente com todos aqueles que fazem parte das estruturas partidárias, ou são eleitos pelas próprias estruturas partidárias nas listas dos Partidos, quer do PS, quer do PSD naturalmente, por serem aqueles que têm voz no Conselho Regional.

Relativamente a "fazer política", sim, isto é fazer política, fazer política é, podermos e termos a força suficiente para que a decisão neste Conselho Regional possa ser favorável a Mirandela e possa ser favorável a que o novo centro de decisão político na região norte, seja no interior do país e seja em Mirandela.

Eu estou na linha da frente e por isso, luto até ao fim e luto do início ao fim, é certo que até agora estivemos em negociação e conseguimos que ficasse, julgo que é a única CCDR em que é possível deslocalizar a sede da CCDR do Porto para outro local a definir por eleição no Conselho Regional, o Senhor Deputado está-me a fazer sinal que não, pelo menos foi isso que nos foi transmitido pelo Senhor Presidente da CCDR-N, que seria a única CCDR em que a deslocalização da sede ficaria dependente da decisão do Conselho Regional e portanto, precisamos de autarcas do PS, precisamos de autarcas do PSD, para conseguirmos que essa decisão seja garantida no próximo Conselho Regional.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Agostinho Beça*, a verdade é que vem nesta sequência da intervenção também sobre o novo instituto público, sobre a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte. A CIM-TTM – Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes fez, a nosso pedido obviamente, uma nota pública querendo fazê-lo, porque ao perder Mirandela, perde a região, perde a Comunidade Intermunicipal e portanto, julgo que todos os autarcas da área da CIM-TTM estão solidários connosco.

Relativamente à questão de colocar e pedir ao Senhor Presidente da CCDR-N, julgo que é uma oportunidade de sabermos, sabemos que estará para breve, não sabemos ainda os contornos que isto virá a acontecer.

Que fique claro que, da parte da Câmara Municipal de Mirandela em todos os fóruns, com as várias reuniões políticas, com as várias reuniões, sempre foi tomada a palavra no sentido de defender que, apesar da integração, gostaríamos sempre que o centro de decisão da região norte pudesse ser, com justiça dado ao interior do país e com justiça ficar em Mirandela, porque temos instalações, temos Técnicos e temos competência e capacidade de crescer e isto é uma forma de também, contrariar a desertificação.

Também não me esqueço de outras valências que o próprio Governo de outros Partidos tiraram de Mirandela e não foi deslocalizada, retiraram e fecharam muitos serviços em Mirandela. Nós aqui não estamos a falar de fechar serviços, estamos a falar de uma reorganização, que nós queremos que seja benéfica para Mirandela. Portanto, contamos com todos e temos um grande desafio pela frente, em que temos que estar, naturalmente unidos para conseguir criar consensos difíceis entre todos os autarcas dos dois Partidos, eleitos pelas listas do Partido Socialista e eleitos pelas listas do Partido Social Democrata.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, que apresentou aqui duas questões muito importantes, naturalmente que sim, tudo o que está ligado com a educação são questões importantes, em relação às atividades extra curriculares, dizer que houve efetivamente um atraso na contratação pública, dizer-lhe que as atividades extra curriculares são sempre difíceis por causa dos horários a que os professores são sujeitos, finais de tarde, ou seja, vai haver atividades extra curriculares, estamos em crer que já na próxima semana possam iniciar, mas aquilo que fomos informados é que os alunos têm um acompanhamento até às 19.00 horas, com algum acompanhamento na própria escola, no entanto, julgamos que este assunto poderá ficar resolvido na próxima semana e lamentamos, obviamente este atraso a nível de contratação pública, nós tentamos este ano variar e incluir mais atividades, desde logo apoiando outras organizações desportivas que funcionam em Mirandela, a ver se tinham capacidade, por exemplo, de levar o xadrez à escola, ter danças na própria escola, o que é certo, é que muitas destas associações não têm essa disponibilidade para diariamente fazer este horário reduzido e ao mesmo tempo em várias escolas, o que torna mais difícil essa disponibilidade por parte dos docentes.

Hoje é o último dia para a abertura das propostas, em princípio na próxima semana já estarão a funcionar, esperemos nós que sim.

A nível de professores dessa turma, conhecemos a situação e aquilo que posso dizer é que o Agrupamento de Escolas de Mirandela tem, normalmente à sexta-feira, reservas de recrutamento. Existe efetivamente essa necessidade, não é a própria Câmara Municipal que faz essa solicitação, porque tudo o que tem a ver com os professores, efetivamente tem a ver com o Agrupamento de Escolas de Mirandela, mas está a ser acompanhada, já está agendada uma reunião com os pais e encarregados de educação na próxima semana, esperemos que quanto antes se resolva esta situação. Efetivamente, aquilo que refere é uma competência do Ministério da Educação, vamos alertando todos aqueles, muito recentemente esteve cá o Senhor Diretor Geral da Educação, para inaugurar a Escola *Luciano Cordeiro* e foi uma das questões que, quer o Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas de Mirandela, quer os pais e encarregados de educação que estavam presentes, preocupados obviamente com o funcionamento do próximo ano letivo, relativamente à educação dos nossos jovens, compreendendo naturalmente as posições dos Senhores Professores, mas sim, é uma preocupação que temos e que vamos acompanhando como nos compete.

Em relação à intervenção do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, das três questões, dizer que não conheço estes rumores e mesmo que haja estes rumores não sei se vendeu ou não, a verdade é que a Câmara Municipal já alienou, como nós aprovamos aqui na Assembleia Municipal a sua participação no Hospital Terra Quente, isto foi tudo aprovado, está tudo a ser pago devidamente e por isso, já não temos qualquer participação, é uma empresa privada e naturalmente que a Câmara Municipal não tem que se imiscuir nas questões das empresas, de qualquer forma não temos qualquer conhecimento.

Relativamente à Resíduos do Nordeste, eu proponho que o Senhor Presidente possa questionar o Conselho de Administração da Resíduos do Nordeste sobre o ponto de situação, para que haja uma resposta na próxima Assembleia Municipal.

Em relação ao Parecer vinculativo da Autoridade Tributária, a verdade é que foi a Câmara Municipal que pediu à Autoridade Tributária o Parecer, nós pedimos um Parecer à Autoridade Tributária com base nesta estrutura tarifária atual e não sobre a estrutura tarifária que tínhamos antes da alteração tarifária e por isso, o Parecer vinculativo é de acordo com aquilo que é a estrutura atual e não a estrutura que foi atualizada e por isso este Parecer vinculativo só diz respeito depois da data da implementação da nova estrutura tarifária.

Quanto à sede da CCDR-N, efetivamente já foi respondido.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, em relação ao pagamento da mensalidade, devia estar em processamento e portanto, ainda bem que foi paga. O retomar da hidroginástica era uma questão que tem sido acompanhada pelos serviços de desporto que, pela grande quantidade de municípios que fazem hidroginástica, é cada vez mais difícil aceder a todos os pedidos.

Relativamente às questões colocadas, nomeadamente, quanto ao Carro da Saúde, eu julgo que os custos detalhados já foram enviados ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que enviou ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*.

Quanto à praia fluvial de Frechas, o mesmo se está a passar com a praia fluvial da Ponte da Pedra, houve efetivamente um valor contratual acima dos 68 mil euros, com uma data de consignação até novembro de 2022, era previsto que em março de 2023, estivesse concluída, foram validados seis autos, a fiscalização está a cargo da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, a primeira prorrogação do prazo foi em junho de 2023 e portanto, o assunto irá à próxima Reunião de Câmara, no sentido do pedido da nova prorrogação de prazo, ou seja, tivemos problemas com o empreiteiro.

Em relação aos açudes, o Executivo está a articular naturalmente com a Agência Portuguesa do Ambiente, com o ICNF, a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, o Compete 2020 e o Instituto Politécnico de Bragança, a implementação das soluções de conectividade fluvial está a ser a principal dificuldade, a Associação de Município da Terra Quente Transmontana tinha feito, pelo menos dois projetos com base na solução que implementamos em Vale de Juncal e não foi aprovado pela Agência Portuguesa do Ambiente os dois novos projetos de açudes, porque tínhamos que garantir a conectividade fluvial. Neste momento aquilo que estamos a pretender reabilitar os açudes, sem comprometer naturalmente o regadio e os interesses dos agricultores e sem termos a validação das entidades externas, não podemos iniciar as obras. Estamos a trabalhar nestes projetos das escadas de peixes, da conectividade fluvial, a certeza de que vamos ter os projetos feitos, ou seja, feitos com a aprovação da Agência Portuguesa do Ambiente e do próprio ICNF. Relativamente às obras, vamos tentar que a verba disponível até dezembro, possa ser realizada no próximo ano. É isso porque estamos a trabalhar, efetivamente sem projetos não há obra e tivemos este problema da execução do projeto que tem de ter em linha de conta com as escadas de peixe, que tem que ser apropriada a cada um dos açudes que queremos intervir.

Quanto à Estrada Municipal 603, que liga o Cachão a Vale Frechoso, nós temos, como todos sabem, uma estrada interrompida por questões de segurança, que é a estrada que dá acesso ao Aterro e ao Centro de Recolha Oficial, essa estrada foi interrompida por

questões de segurança, chegou muito recentemente um estudo, que haveria lugar a um investimento de mais de 700 mil euros, para que a estrada voltasse a ser transitável, é uma questão que estamos a avaliar com os nossos Técnicos, sabendo que é um incómodo para muitas pessoas, para as empresas, mas temos que ser nós a salvaguardar a vida e a segurança, o risco era extremo para a passagem das viaturas de recolha de resíduos dos vários concelhos e por isso a Proteção Civil optou por não permitir a circulação na estrada e com as equipas geotécnicas que estiveram no terreno, o estudo que temos do Laboratório de Geotecnia do Instituto Politécnico de Bragança, a solução preconizada foi umas pregagens e umas fixações daqueles taludes ao longo da estrada. Neste momento estão as equipas técnicas a avaliar o que é que vamos fazer, sendo que o investimento é um investimento muito avultado para que consigamos reabrir a Estrada Municipal 603.

Quanto à Proposta do Voto de Pesar e do Minuto de Silêncio em memória da Professora *Graça Calejo* que partilho.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, eu julgo que relativamente às questões das reorganizações administrativas e às questões da reorganização da CCDR-N, julgo que já foi respondida nas anteriores intervenções.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Rui Pacheco*, dizer que, efetivamente a Zona Industrial, como vocês sabem, já foi aprovado o novo Regulamento, vai ser aberto um Aviso, fizemos em Reunião de Câmara a aprovação do processo de loteamento, a seguir o registo dos próprios lotes, o Regulamento está em discussão pública e logo que termine esta fase abriremos um Aviso para as candidaturas, temos muitos registos e pré registos de empresários para aquisição dos terrenos portanto, julgamos que até dezembro deste ano começaremos a atribuir, ou pelo menos com os processos dos Avisos e a atribuição dos lotes.

Quanto à Estação de Caminhos-de-Ferro, tivemos um problema da obra na envolvente, não na obra em si da Estação, porque está praticamente concluída, mas houve um problema na envolvente, mas no início do próximo ano, até meados de 2024 teremos a Estação de Caminhos-de-Ferro aberta ao público.

Em relação à intervenção do Senhor Presidente da União das Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa *Luís Esteves*, esta questão já foi falada, com o Senhor Presidente de Junta, com os Serviços da Educação, a verdade é que este circuito não está nos mini circuitos, este circuito é uma carreira pública, estamos a analisar a eventualidade de podermos ter mais um mini circuito, efetivamente as crianças fazem mais quilómetros porque não vão diretos e normalmente todos os circuitos são avaliados segundo a distância, o tempo em que são feitos e é assim que todos os anos tentamos ir buscar as crianças a todos os locais e portanto, sabemos que não há soluções perfeitas no transporte, são as soluções possíveis, mas esta situação, como sabe, já está sinalizada.

Quanto à sinalização da estrada, efetivamente foi feito um concurso, ganhou uma empresa que nunca chegou a implementar as soluções, temos várias destas situações por resolver precisamente por a empresa não ter concluído o trabalho, era um concurso de mais de 200 mil euros, tudo o que tinha a ver com sinalização e com sinalética horizontal e vertical.

Relativamente ao depósito da água tenho de falar com a Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais e dar-lhe-ei a resposta logo que tenha esta informação.

Em relação à questão de Marmelos, nós temos efetivamente muitas Estradas Municipais e é uma das situações que os autarcas têm reclamado, é fundos comunitários para redes viárias municipais. Nós temos muitas necessidades de fazer obras em Estradas Municipais, todas as obras que têm sido feitas em estradas têm vindo do Orçamento Municipal, não tem havido fundos comunitários para Estradas Municipais, nem para a requalificação de Estradas Municipais que é o mais importante, porque todos sabemos a necessidade, num concelho com tantos quilómetros, de redes viárias, muitas delas estão em más condições e todos os autarcas reclamam efetivamente fundos comunitários para podermos fazer face às necessidades do país, mas concretamente aqui de Mirandela que é a realidade que temos.

Temos sinalizadas as prioridades, aliás, já do anterior mandato, Vilar D'Ouro e outras, Marmelos não estava sinalizada, julgo que não há sequer o projeto de intervenção, mas é uma questão que levaremos junto dos Serviços Técnicos.

Relativamente aos ninhos de vespa asiática, dizer que, não sei se têm noção, mas os ninhos de vespa asiática têm estado em galopante crescimento, ou seja, nós estamos a lidar com esta praga, com um custo evidente na sua destruição e não temos qualquer tipo de apoio quer do ICNF, quer do Ministério da Agricultura, esta foi uma questão que foi levantada à Senhora Ministra da Agricultura, no sentido de também percebermos, com este crescimento galopante em vários pontos do concelho, em vários locais na cidade, na vila e em todas as aldeias, acreditem que a Equipa de Sapadores Florestais e os serviços têm feito a destruição com a metodologia cuja formação foi feita, através da CIM-TTM. Julgamos que o trabalho está a ser bem feito, apesar de não ser 100 % eficaz, dependendo da localização, do tamanho do ninho e por isso nós fazemos também depois o acompanhamento desta aplicação.

Há vários métodos, quando os ninhos estão muito altos é com uma arma que nós não temos e portanto, é uma empresa externa que faz esse trabalho, quando os ninhos são acessíveis são equipas internas que fazem a inoculação de um biocida aprovado e tem sido feito o trabalho na medida do que são as nossas possibilidades. Agora entre a data de verificação que é um caso de vespa asiática, porque às vezes as pessoas dizem que é e não é e portanto, vamos verificar no local, julgamos que está a ser bem feito, mas cada vez está a ser mais difícil dar resposta a todas as notificações.

Relativamente às candidaturas, felicitar o Executivo por estas candidaturas.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Emanuel Batista*, há um relatório conjunto entre os três Municípios, Mirandela, Macedo de Cavaleiros e Valpaços, aliás, foi Mirandela que até propôs fazer uma reunião conjunta, com os Técnicos dos vários Municípios, o relatório chegou ontem assinado pelo Presidente da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros e vai na segunda-feira ser enviado para o Ministério da Agricultura, o Senhor Secretário de Estado da Agricultura e será, naturalmente dado a conhecer aos conselheiros do Conselho Municipal de Agricultura. Relativamente ao perímetro de rega do regadio, como sabe, temos agora uma segunda fase, felizmente conseguimos recuperar a segunda fase do regadio de Contins, já está aprovado, já abrimos o concurso público para a sua execução e portanto, são boas notícias relativamente a Contins.

Quanto ao regadio, nós temos, como sabe, um estudo a decorrer da CIM-TTM, o nosso Plano Municipal de Regadio foi enviado para contributos da empresa que ganhou o estudo e por isso, vai estar incluído no estudo do regadio da CIM-TTM.

Relativamente ao Matadouro Industrial do Cachão, eu proponho que esta situação seja, através do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, enviada ao Conselho de Administração para saber o ponto de situação.

Quanto ao pagamento aos criadores, foi feito o pagamento aos criadores, conforme está estipulado no Regulamento, os Serviços Veterinários estão a acompanhar conforme a informação é dada pelos agrupamentos de defesa sanitária, organizações de produtores pecuários, obviamente que quando os agricultores entregam todas as Declarações de não dívida é efetuado o pagamento, obviamente no ano seguinte à data da sua concretização.

Em relação à intervenção da Senhora Deputada *Rita Messias*, já fiz uma referência há pouco, muito obrigada pela sua intervenção.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira *Arménio Vaz*, eu em todas as aldeias da União das Freguesias sinto-me em casa, em família, dizer que já não é de agora que visito a União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira, e tanto pelo Senhor Presidente da União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira, como pelas populações, sou sempre muito bem recebida. Efetivamente na última Feira do Queijo e do Mel, eu encontrei uns residentes no Carvalhal e aquilo que disse foi a verdade, não podia mentir.

De qualquer forma, dizer-lhe Senhor Presidente que, nós temos, na vida e também na política, pessoas conhecidas e que respeitamos e o Senhor Presidente é naturalmente uma das pessoas que eu respeito em política e na política, como dizem muitas vezes, não vale tudo, a verdade é que, o que eu partilhei com as pessoas do Carvalhal, não foi dizer nada relativamente ao Senhor Presidente de Junta, o que eu partilhei e acho que tenho todo o direito de o fazer como cidadã também que sou e disse uma verdade, eu disse que nós tínhamos trazido à Assembleia Municipal as questões relacionadas com o pagamento de resíduos e de saneamento de quatro aldeias, uma delas o Navalho e que efetivamente era uma verba que nos fazia falta para outros investimentos, essa foi a verdade que eu disse, porque isso tinha acontecido efetivamente aqui na última Assembleia Municipal. Eu só disse para não dizerem ao Senhor Presidente no dia de festa, não disse para não dizerem ao Senhor Presidente, eu disse, hoje é dia de festa, não é dia de falarmos nestas questões, mas é verdade, eu disse efetivamente que continuo a achar que é uma grande injustiça e continuo a achar Senhor Presidente e já lho disse diversas vezes, que um Presidente de uma União das Freguesias, que tratamos de forma desigual aldeias da mesma União das Freguesias e nós, Executivo, que tratamos de forma desigual aldeias, empresas, tudo aquilo que são residentes de uma aldeia em detrimento de outra, eu acho que isto não é ser justo.

E portanto, espero que entenda e foi essa a questão que foi levantada à data, aprecio a sua frontalidade, aprecio a forma como se refere a esta situação, nunca eu faria qualquer citação relativamente ao Senhor *Arménio Vaz*, mas sim à questão relacionada com aquilo que se passa entre a Câmara Municipal e a União das Freguesias única e simplesmente, nunca a título pessoal, como é óbvio.

Relativamente à vulgarização, a vulgarização do cargo que se ocupa fica a todos aqueles que não respeitam o cargo que ocupam, o que não é de todo aquilo que eu sinto relativamente ao orgulho e à honra que tenho de ser Presidente da nossa terra e da minha terra e da terra de todos, a política ficará onde achamos que deve ficar e por isso, Senhor Presidente da União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira, apesar dessas referências pouco respeitadas em relação ao cargo que ocupo, ou à minha pessoa, eu não vou responder da mesma maneira, porque sou incapaz de o fazer porque respeito a sua opinião e eu peço-lhe também que respeite a minha, porque efetivamente eu continuo a não compreender como é que se mantêm situações de desigualdade, dentro do mesmo território, continuo a não compreender, ou seja, acho que deve haver o princípio de utilizador/pagador, as pessoas que não têm saneamento de facto não o devem pagar, mas as pessoas que têm saneamento devem pagar, como se passa em todo o distrito. Porque efetivamente, esta questão de equidade e de justiça entre todos é uma questão que nós devemos implementar na nossa conduta, na nossa atitude e é verdade, eu disse isso e eu respondo como compromisso e com a verdade e essa foi a verdade.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Mário Vilarinho*, agradecer as palavras que foram ditas, efetivamente tem-se feito um esforço muito grande para que possamos agilizar com as dificuldades que todos conhecemos, até das famílias, nesta inflação galopante e também das necessidades sociais de todos, agradecer as palavras que foram ditas, vamos continuar a trabalhar com toda a força para que seja possível.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Carlos Pires*, julgo que já respondi, houve efetivamente problemas na praia fluvial da Ponte da Pedra, na gestão com o empreiteiro da obra, que é o mesmo da praia fluvial de Frechas.

A questão do despovoamento do interior e da natalidade, é uma questão que nos deve preocupar a todos. Estamos a sofrer, por políticas públicas de alguns anos atrás, obviamente que o despovoamento do interior cabe-nos a todos, falamos há pouco da questão da CCDDR, era uma questão importante que temos de ser todos a trabalhar e julgo que estamos, juntamente com a Junta de Freguesia da Torre de Dona Chama e também com todos os Presidentes de Juntas e Uniões das Freguesias do norte do concelho, teremos que agilizar e trabalhar, no sentido de criar estratégias para que a Torre de Dona Chama venha a ter outros serviços e que possamos integrar mais alunos. Esta é uma questão que aflige todo o país e todo o interior e obrigada pela partilha que fez, porque é muito importante refletirmos sobre esta situação, que é muito preocupante.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira *ARMÉNIO VAZ* (PSD) solicitou a palavra para defesa da honra:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nunca foi minha intenção obviamente, ofender a Senhora Presidente da Câmara, unicamente esclarecer que realmente quando se vai visitar, ou quando se é convidado para a casa de alguém, devemos respeitar essa pessoa.

Eu o que tenho a dizer é que, realmente a Senhora Presidente disse a essas pessoas e confio plenamente nessas pessoas, que não tinha conhecimento dos saneamentos do Carvalhal e isso é mentira, não vamos aqui dizer que não tinha conhecimento, porque tinha, tinha conhecimento a Senhora Presidente e tinha conhecimento os Senhores Vereadores.

Quanto a injustiças, injustiças é o que há mais Senhora Presidente, eu posso-lhe garantir, por exemplo, a Senhora Presidente está a mandar tanto valor em material para cinco aldeias que eu tenho na minha União das Freguesias, como para algumas Freguesias que só têm uma aldeia, isso também, a meu ver, é uma injustiça que me está a cometer.

Quanto ao pagamento das taxas, o Navalho nunca vai dizer que não vai pagar as taxas, porque concorda plenamente que pague as taxas, o que eu não concordo é que seja o Presidente de Junta a cobrar essas taxas, porque o Presidente de Junta nem é seu funcionário, nem é funcionário da Câmara Municipal, a Câmara Municipal se quiser cobrar as taxas, que mande lá alguém cobrar as taxas. Nós estamos disponíveis para pagar as taxas que a Senhora Presidente diz, agora a água é do Navalho e ninguém a tira, enquanto pelo menos eu lá estiver.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor *Arménio*, sabem ao que é que eu assisti aqui, um Presidente de Junta que leva de vida autárquica 38 anos e que viu agora recentemente a sua Freguesia integrar o Vale do Tua, ora se classifica, e ora se desclassificam algumas aldeias que, para meu espanto, a Senhora Presidente da Câmara não sabia que não tinham saneamento!

Não têm saneamento porque se calhar já não têm gente, mas se calhar deixou de haver gente porque não havia saneamento e algumas infraestruturas básicas, quando eu na Palorca conheço gente do Porto que ali se instalou e queria ali passar os seus dias.

O que lamento Senhor *Arménio*, é que nos seus 38 anos de autarca, ainda hoje viva de promessas falhadas por parte do Executivo, na qual devia este Executivo, uma vez que está também em final de mandato, pelo menos darem-se ao respeito e não prometerem aquilo que não podem dar. E veja também, conjuntamente o Senhor Vice-Presidente, o Senhor Vice-Presidente tem uma maneira de fazer política que eu... Senhor Vice-Presidente, se o convidarem a ver uma estrada do concelho para ver o estado em que ela está, o Senhor Presidente de Junta, não digo quem, diz-lhe que tem que ir lá ver a estrada e ele vai como se não a conhecesse, como se não tivesse lá andado em campanha eleitoral e como se não conhecesse o concelho, mas vai lá ver a estrada!

Portanto, Senhor *Arménio*, mas isto é a “espuma dos dias”, mas os seus 38 anos de autarca mereciam outro cuidado e outro respeito e que a Palorca e que o Carvalhal, hoje instalados no Vale do Tua têm que necessariamente merecer uma maior atenção.

Sobre outras intervenções, eu admito perfeitamente, a minha Bancada também o faz, que haja Deputados que venham elogiar a obra e as benfeitorias da Senhora Presidente da Câmara, eu só relembro uma coisa, a vida não está fácil nem para a Senhora Presidente, nem para todos nós que aqui estamos na Assembleia Municipal, que muitas das vezes também não temos respostas para dar lá fora.

A Câmara Municipal tem cinco eixos, o primeiro é: Crescimento Económico, Emprego, Competitividade e Internacionalização, Senhor Deputado *Mário Vilarinho*, diga-me a verdadeira obra, acho que agora é a Zona Industrial, tem razão, uma coisa é a “espuma dos dias”, as obras que estão nos quadros comunitários.

Senhora Presidente eu no outro dia tive que me ausentar de uma reunião mais cedo, mas aquilo que me esqueci de lhe dizer era o seguinte: É que os quadros comunitários são muito importantes, porque financiam as obras dos Municípios em 85 %, junto da economia circular, sabem o que é que esses quadros comunitários depois dão? A eficiência energética, a mobilidade urbana e a acessibilidade, enfim, dá em dívida. Este último Quadro Comunitário, aprovamos nós aqui um empréstimo ao BEI – Banco Europeu de Investimento, na ordem dos cinco milhões de euros. Esta é que é a grande conclusão dos quadros comunitários, apesar da obra, que é importante, porque temos que necessariamente competir a par de outros Municípios, temos que estar na CIM-TTM no *backoffice* do Quadro Comunitário a disputar verbas, porque são altamente financiadoras, mas depois é mais dívida e o último Quadro Comunitário, vocês assistiram como eu assisti, a cinco milhões de dívida do empréstimo ao BEI.

É esta discussão que eu gostei muito no outro dia de fazer, porque leva-nos a pensar verdadeiramente onde é que nós estamos metidos e depois falham também, se calhar, outras coisas, sabem qual é o segundo eixo? O segundo eixo é Comunidade, Equilíbrio Social e Intergeracional, mas foi feito algum lar de novo?! Ou algum Centro de Dia?! Foi?! Digam-me qual é a aldeia, ou Freguesia que tem um Centro de Dia novo, ou um lar da terceira idade, não tem.

Sabem qual é o terceiro eixo? Coesão Territorial, Revitalização Urbana e Rural, a coesão territorial a Direção Regional que nos institucionaliza, porque é uma grande instituição junto da agricultura, vamos ver qual é o resultado que vai dar. A Revitalização Urbana é muito cara e se calhar não dá votos, sei que há preocupação nesta matéria, conheço alguma casa reabilitada no centro de Mirandela?! Eu até morei lá perto, conheço-a bem e a revitalização rural?!

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado terminou o seu tempo e a Mesa não vai ser condescendente pelo uso abusivo que já tínhamos falado anteriormente do Regimento. O Senhor Deputado não fez qualquer pedido de esclarecimento, na sequência de respostas dadas pela Senhora Presidente de Câmara.

O que o Senhor Deputado está a fazer é uma nova intervenção de fundo.

Peço que todos os Senhores Deputados colaborem no respeito do Regimento e até aproveito a oportunidade para dizer que no período da tarde sensibilize todos os Senhores Deputados, peço a maior paciência no bom curso dos trabalhos, para sermos diligentes e podermos terminar o mais cedo possível, porque há um conjunto de pessoas desta Assembleia Municipal, que hoje ainda têm que ir para Lisboa, fazer a sua viagem para Lisboa para representar o Município de Mirandela amanhã, às 9.00 horas no Seixal e este tipo de expediente, peço-lhe imensa desculpa Senhor Deputado, não foi o mais correto, nem adequado no respeito do Regimento.

Naturalmente que as palavras que acabei de referir são para todos os Senhores Deputados, no máximo respeito pelo Regimento e no bom andamento dos trabalhos.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, o PSD já tinha manifestado nesta Assembleia, a sua total disponibilidade para colaborar nesta luta política, já não é de agora, nós sempre o fizemos desde a primeira intervenção que focamos na questão da saudosa DRAP Norte, nós já sempre o manifestamos, só pedimos é que a Senhora Presidente também faça aquilo que lhe compete, que é criar consensos e também por exemplo, criar uma reunião onde possa haver uma concertação, porque nós também temos feito a nossa parte dentro da nossa casa, nós também temos instituído a própria influência política para que isto vá ter ao melhor local.

E em relação aquilo que eu disse da sede, é preferível que a sede já venha em estatutos que seja em Mirandela, do que depois estejamos à espera do Conselho Regional para que se possa mudar, porque aí sabemos perfeitamente que precisamos de uma maioria e que nem o próprio dentro do Partido Socialista conseguirá essa maioria, porque depois cada um vai puxar para a sua

“capelinha”, é apenas isso que eu queria referir e depois também dizer que, eu fiz quatro perguntas simples e a Senhora Presidente não me respondeu a nenhuma. Quando? E onde?

Quando e onde vem a sede? Quando e onde fica cá a presidência? Ainda não nos consegui responder a isso. Se tem feito negociações, pedimos só que nos diga quais é que têm sido os resultados dessas negociações, mais nada.

E depois também falar aqui num ponto que o Senhor *Arménio Vaz* falou e que me deixou aqui intrigado, que foi a questão dos 20 mil euros, não ouvi falar dessa questão, o Senhor *Arménio* diz que foram 6 mil euros, a Senhora Presidente diz que gastou 20 mil euros, onde é que estão os 14 mil euros?

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu fiz umas questões à Senhora Presidente, não sei se não respondeu porque não quis, é um direito que lhe assiste, mas eu vou reforçar, relativamente à previsão de abertura, ou reabertura da estrada 603?

A outra questão foi relativamente ao açude de Frechas, se efetivamente fez projeto? Se entregou às entidades? E se as entidades se pronunciaram?

A Senhora Presidente estava a falar ai em dois açudes, mas não menciona o nome da Freguesia desses açudes e relativamente aos açudes, lamento, se efetivamente não foi feito o projeto, se não foi feito, eu não sei se foi, porque a Senhora Presidente não me respondeu, mas eu vou adiantar já a questão, a Junta de Freguesia recebeu um Edital para ser afixado, assinado pelo Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires* no dia 02 de março de 2023, dava tempo para fazer projetos e projetinhos! Isso é como no urbanismo da Câmara Municipal, se efetivamente entregar um projeto que não corresponda aquilo que for solicitado pela entidade, de certeza que a Câmara Municipal devolve o projeto, ou chumba o projeto. E o que diz aqui este Edital que foi afixado e agora as pessoas andam-me a fazer a questão de quando efetivamente é, ou não reabilitado o açude.

Eu vou só ler dois parágrafos do Edital: “*Reabilitação do açude no rio Tua em Frechas, torna-se público que, o Município de Mirandela realizará do local supra referido a seguinte intervenção: Reconstrução do açude existente, beneficiação dos acessos existentes nas duas margens, limpeza do leito a montante da açude, limpeza de resíduos de desbaste das árvores e arbustos, com a intervenção na vegetação, com um custo total de 280 mil euros.*”

*Decorrido o prazo referido, se não houver oposição dos intervenientes, o Município de Mirandela poderá iniciar os trabalhos”.*

Realizará é do verbo realizar! Realiza, é o que diz o verbo, eu não percebo nada disto!

Senhora Presidente, se não fizeram, eu pergunto-lhe, pediu a prorrogação do prazo para agosto do próximo ano? Visto que, nem que agora entre o projeto, até 31 de dezembro acho que não o conseguem fazer. Gostava que me esclarecesse sobre esta situação.

Fico com a ideia de que, com este Executivo a culpa não morre solteira! E ainda bem, ou é do ICNF, ou é da CCDD-N, ou é da APA a culpa, nunca é deste Executivo!

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, eu fiquei agradavelmente surpreendido quando a Senhora Presidente afirmou que a alienação do capital acionista que a Câmara Municipal detinha no Hospital Terra Quente tinha sido alienado, aliás, essa foi uma das grandes batalhas que a CDU teve no último mandato, que foi exatamente a alienação desse capital, porque não faz sentido nenhum uma Câmara Municipal deter o capital num hospital privado, em detrimento daquilo que é e que ouvimos aqui bem e felicito a intervenção da Senhora Deputada *Rita Messias*, em relação aquilo que deve ser a defesa do Serviço Nacional de Saúde e nesse sentido, aquilo que eu lhe perguntava era, por quanto é que foi alienado? Se pudermos saber e quando é que foi feita essa alienação do capital da Câmara Municipal no Hospital Terra Quente?

----- O Senhor Deputado Municipal *MÁRIO VILARINHO* (PS) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dar aqui uma resposta ao Senhor Deputado Paulo Pinto, terá alguma razão, aqui nestas obras todas que faltarão, mas faltarão porque este Executivo estará a executar obras que ficaram de fazer em Executivos anteriores, porque andaram 10 anos aqui e não o vi com essa energia toda a exigir essas obras que eram necessárias.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Também chamo a atenção do Senhor Deputado Mário Vilarinho, de que não se tratou de um pedido de esclarecimento, mas sim de uma resposta a um outro Senhor Deputado e à sua intervenção, deverão os Senhores Deputados gozar dos momentos próprios para o efeito. Sem distinção absolutamente nenhuma de nenhum dos Senhores Deputados ou Senhores Presidentes de Junta.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em respeito por todos, eu vou iniciar pelo Senhor Presidente da União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira *Arménio Vaz* e dizer que, a verdade é que, quando nós falamos, eu preso muito quando um Presidente de Junta vem, obviamente, como eu faço em relação a todo o conelho noutros fóruns, vem obviamente reclamar os valores com a justiça territorial, e falou concretamente do facto de cinco aldeias e haver outras Juntas de Freguesia com menos aldeias que têm o mesmo valor de material, a verdade é que, como todos sabem, as Uniões das Freguesias têm 10 % do valor aumentado relativamente às outras Juntas de Freguesia e foi quando assinamos os Protocolos, ainda no anterior mandato, foi através dessa discriminação positiva que as Uniões das Freguesias têm, que se chegou a um valor justo para com os territórios.

Eu e nós todos, percebemos perfeitamente que, em final de mandato, não estamos em final de mandato Senhor Deputado, estamos a meio do mandato, em final dos 38 anos de vida autárquica, que podem obviamente a estar na vida autárquica, temos aqui presidentes de Junta que agora são Deputados Municipais, e muito bem e portanto, haverá certamente uma vida autárquica posterior. Entendemos perfeitamente que, uma situação que se arrasta há décadas, seja difícil de implementar, para qualquer um dos intervenientes.

Concordando, ou não, obviamente que a situação não é uma situação justa e percebemos perfeitamente a situação do Senhor Presidente de Junta, que há 38 anos no Carvalhal e na Palorca nunca tiveram saneamento e acredito que tivesse sido, ao longo destas décadas sempre uma pretensão de todos os Senhores Presidentes de Junta e de todos os munícipes e reparem, neste mandato e no anterior mandato, só de memória fizemos, o saneamento da Bronceda, que não tinha saneamento, estamos a fazer o saneamento de um bairro em Lamas de Orelhão, o bairro da Ruíva era um bairro com muitos habitantes aqui de Mirandela que nunca teve saneamento, fizemos o saneamento e a água a Marmelos, estamos a renovar o Vale da Cerdeira com tubos de saneamento novos, ou seja, nós temos feito renovação das redes de saneamento, na medida daquilo que é a nossa possibilidade e haverá certamente muitas necessidades de saneamento e água, sem falar nas ETAR's, nós tínhamos, por exemplo, a aldeia dos Passos que não tinha ETAR e é uma aldeia com muita necessidade de ETAR, há cerca de 30 anos que a aldeia de Passos não tinha ETAR.

A verdade é que temos feito muito, temos que fazer renovações de redes de água na cidade, na vila e em todas as aldeias, porque temos ainda residências, como sabem, sem abastecimento público de água. Estamos neste momento a fazer um grande investimento para que aquelas aldeias possam ter água, vinda do ramal do Azibo, a aldeia de Cedães, Cedaínhos e Vale de Asnes que, tínhamos sempre problemas gravíssimos de abastecimento de água, estamos a falar de 0,5 milhões de euros, ou seja, gerir o orçamento público e gerir o Orçamento Municipal não é tão fácil como parece, porque é muito fácil vir aqui e dizer: *As promessas falhadas deste Executivo, as promessas falhadas deste Executivo, as promessas falhadas deste Executivo*”, mas não devemos pagar saneamento e resíduos, não devemos pagar as taxas da utilização da água, não devemos pagar. Então de onde é que vêm as receitas?!

As receitas vêm do FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro e das receitas próprias e aquilo que nós fizemos foi passar para as Juntas de Freguesia a capacidade de fazer e alguma autonomia, agora, isso já é dado como adquirido. Aquele dinheiro já é das Juntas e União das Freguesias, é verdade, e nós assumimos isso, mas não precisam de considerar que isso é dinheiro próprio, porque isso foi dinheiro que veio do Orçamento Municipal diretamente para as Juntas e União das Freguesias.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, dizer que, o melhor é nem falar relativamente aquilo que fez referência dos fundos comunitários, porque muitos dos fundos comunitários e quando nós nos endividamos na Câmara, como nas famílias para investimento, eu compreendo, o pior é quando criamos dívidas para despesas correntes, é óbvio que, uma família para comprar uma casa tem que ir ao banco buscar dinheiro para poder construir ou comprar a sua casa, a Câmara Municipal exatamente da mesma forma foi ao Banco Europeu de Investimento, que é uma linha de financiamento e não foram cinco milhões Senhor Deputado, foram 3,5 milhões de euros, para obras de mais de 10 milhões de euros, ou seja, gestão pública para investimento.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, dizer-lhe que, quando e onde Senhor Deputado? Quando, eu não sei quando é que são, não depende da Câmara Municipal infelizmente, quando saem os novos estatutos da CCDR e portanto, não lhe sei dizer se é já na segunda-feira, se é na terça-feira, ou quando é, não lhe posso assegurar um dia. Onde? A sede? A sede já lhe disse que a minha opinião é que seria em Mirandela.

O que é que nós fizemos? Eu também pergunto, o que é que o PSD fez internamente para que a sede ficasse em Mirandela? O que é que fez internamente? Eu não conheço, mas deve certamente haver muita influência política que não conheço.

De qualquer forma, prezo muito a vossa estratégia de fazermos uma estratégia conjunta de todas as Bancadas e Grupos Municipais para lutarmos por este desiderato, lutar por este objetivo que é, obviamente que nos estatutos será certamente difícil que a sede mude, mas mudando o Conselho Regional, mudará certamente a sede.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Frechas *José Carlos Teixeira*, quanto à previsão da reabertura da estrada, aquilo que lhe posso dizer e como afirmei na anterior resposta foi que chegou ontem o estudo prévio relativamente à estrada, o valor da obra é de cerca de 721 mil euros + IVA, estamos neste momento a avaliar a situação, não é uma obra qualquer, é uma obra que implica um esforço financeiro considerável e, portanto, estamos neste momento a avaliar como e quando é que podemos executar, mesmo assim, os prazos de execução, pelo menos no estudo prévio que nos foi apresentado andar à volta dos três meses para a sua execução. Sendo um valor destes elevado, terá obviamente que haver um concurso público e uma adjudicação.

Quanto ao açude de Frechas eu julgo que ficou bem claro, o Edital que foi afixado foi para fins de Candidatura, tomáramos nós que os projetos e os projetinhos fossem tão rápidos como aquilo que refere, efetivamente já tínhamos um projeto que foi chumbado, a responsabilidade obviamente é da Câmara Municipal, não deixamos de ter responsabilidade quando um projeto nos é chumbado e ninguém está a dizer que as responsabilidades são de outras entidades, mas todos nós conhecemos como é que outras entidades respondem também aos pareceres que também os Senhores Presidentes têm e recebem, relativamente a essas entidades e portanto, eu estou a dizer simplesmente aquilo que aconteceu relativamente aos açudes. Não estou a dizer que a responsabilidade é da APA e do ICNF, a responsabilidade é obviamente nossa, apresentamos um projeto, muito semelhante aquele que apresentamos noutros locais e foram dois projetos reprovados.

Obviamente que os Senhores Presidentes de Junta também apresentam Candidaturas, umas são aprovadas, eu estou só a dizer a verdade, eu não estou a dizer que a responsabilidade é da Agência Portuguesa do Ambiente, ou que a responsabilidade é do ICNF, mas estaria a mentir a dizer que a responsabilidade era só do Executivo, ou era só da Câmara Municipal que fez, até foi a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana que elaborou os projetos para apresentar, estando nós convencidos que conseguíamos executar, é verdade que não foi e não foi possível, aquilo que nós agora estamos empenhados é que tenhamos os projetos aprovados, para que possamos iniciar as obras e obviamente pedir a prorrogação, vamos ver se é possível ou não.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Permitam-me a liberdade de partilhar convosco aquilo que é a redação do artigo 35.º do Regimento, para que entendam a minha intervenção e chamadas de atenção, o artigo 35.º que se refere a pedidos de esclarecimentos expressa que, “o uso da palavra para esclarecimentos limita-se à formulação concisa da pergunta sobre a matéria em dúvida”.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Peço imensa desculpa Senhor Deputado *Jorge Humberto*, a operação foi em dezembro de 2020, foi aprovada aqui em Assembleia Municipal, havia à data 30.000 ações, uma participação de 10 %, foi uma negociação depois da avaliação de três Peritos, um da Câmara Municipal, outro independente e outro da entidade e o montante foi de 540 mil euros, pelas 60.000 ações e portanto, nós podemos obviamente enviar toda a documentação que, à data, foi enviada para aprovação e os contratos assinados.

## Ordem do Dia

### 4 - Período da Ordem do Dia.

#### 4.1 - Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Sobre a apreciação da informação da Sr.ª Presidente, analisada a informação escrita sobre a atividade da Câmara Municipal de Mirandela e da sua situação financeira do município, há situações que temos que questionar:

1. Comparativamente à informação anterior, detetamos que, no que concerne à Água e Saneamento, consta exatamente a mesma informação do documento da Assembleia Municipal de Junho, ou seja:

“Os trabalhos referentes à empreitada de substituição de 15 reservatórios (...) foi executada a base de assentamento do Reservatório de Pai Torto, ficando a faltar a instalação do reservatório de Suções.”

Isto leva-nos a concluir que, ao longo dos 3 meses que passaram, nada foi feito para a substituição dos reservatórios destas aldeias, isto é, Pai Torto e Suções passaram o pior período do ano, no que toca a abastecimento de água, sem que fosse concluída a substituição dos seus reservatórios. A nossa pergunta é: Porquê? Como se passam 3 meses e os trabalhos continuam exatamente no mesmo ponto?

2. Outra questão que nos parece pertinente, diz respeito ao n.º de contadores substituídos. Segundo a informação:

“Foram substituídos cerca de 2500 contadores de água numa empreitada que visa a substituição, por imposição legal, de cerca de 6000 contadores.”

Ora bem esta era exatamente a mesma informação que constava da última Assembleia Municipal. Assim, questionamos se isto significa que se já foram substituídos 5.000 contadores dos 6.000 exigidos ou se se trata de um lapso? Caso seja um lapso, solicitamos a indicação do n.º de contadores substituídos neste período e na sua totalidade.

#### 3. Planos Municipais de Ação Climática

Com a aprovação da Lei de Bases do Clima, Lei n.º 98/2021 de 31 de dezembro de 2021, os Municípios estão obrigados a apresentar um Plano Municipal de Ação Climática. Segundo a informação, este plano será realizado por uma entidade externa, estando serviços contratualizados pela CIM-TTM. Uma vez que participou numa reunião sobre este assunto, queremos que transmita a esta Assembleia o que esteve em discussão nestas reuniões e quais as prioridades que o Município de Mirandela transmitiu à entidade contratada pela realização do Plano Municipal de Ação Climática?

Queremos, também, perguntar se não considera importante envolver esta Assembleia, bem como a Assembleia Municipal Jovem, na preparação deste Plano? Tendo em conta a importância do tema, não deveria este documento nascer de um consenso social e político sobre as prioridades e ações dos próximos anos?

Desta forma, teremos, mais uma vez, um documento que apenas vem a esta Assembleia para aprovação/reprovação e a participação desta Assembleia é diminuta. Deixo este considerando, tanto ao executivo, como à Mesa da Assembleia, pois acredito que a Mesa, tal como eu, considerem importante a Assembleia Municipal ter um papel mais participativo na elaboração destes planos.

Uma última nota sobre este assunto, a DECO realizou um estudo sobre os planos municipais de Ação Climática, de forma a compreender se os municípios estão preparados para enfrentar as alterações climáticas. Neste âmbito, o Município de Mirandela teve uma avaliação negativa, uma vez que apenas tem presente 1 em 5 fatores de análise, sendo o único fator presente o facto de ter aderido ao plano de adaptação às alterações climáticas da CIM-TTM. Nos outros aspetos do estudo, vemos que o Município de Mirandela não disponibiliza informação clara e atual sobre os efeitos das alterações climáticas no concelho, não informa sobre que medidas estão a ser implementadas no concelho, não divulga a sua pegada ecológica e não disponibiliza informação sobre a ação climática para consulta no seu próprio site.

A responsabilidade destes dados é da DECO, apenas consideramos importante dar a conhecer a avaliação do nosso Município.

4. No que toca à fiscalização e acompanhamento de empreitadas, na área do ambiente, segundo a informação da Sr.ª Presidente, 3 meses não foram suficientes para concluir qualquer empreitada, pois, novamente, a informação constante é a mesma que estava na última Assembleia, pelo que, questionamos se há atrasos nestas empreitadas e se sim, a que é que se devem?

5. Em relação ao património, segundo a informação da Sr.ª Presidente, vemos que houve trabalhos realizados no âmbito do PDM (e muito bem).

Uma vez que não tem havido qualquer comunicação relativamente ao PDM, questionamos se já há desenvolvimento em relação ao PDM? Já obteve alguma resposta da CCDR-N? O que podem contar os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia em relação às pretensões que lhe fizeram chegar?

Sendo este um documento que tem que estar concluído e aprovado no final do presente ano, sob pena de ser-nos vedado ao acesso a fundos comunitários, pode garantir a que os trabalhos estarão concluídos atempadamente? Estamos a menos de 3 meses do final do ano e ainda existe muita névoa envolta na revisão do PDM.

6. Em relação ao Parque de Campismo, uma vez que a informação do mesmo período do ano passado não discrimina o n.º de campistas que entraram no parque no período de verão, perguntamos se, comparativamente ao período homólogo, registaram-se mais ou menos entradas?

Em relação à piscina municipal, esta registou menos cerca 4.000 utentes, em que a sua abertura tardia certamente acabou por influenciar esta redução.

No mesmo sentido, este executivo, assim que tomou posse, fez questão de chamar a si, novamente, a gestão do parque de campismo. Até aqui, tudo bem, faz parte da estratégia de gestão dos equipamentos municipais, no entanto, se por um lado prometeram mais dinâmica no Parque de Campismo, a perceção dos Mirandenses e de alguns turistas que contactamos é que o Parque de Campismo de Mirandela não beneficiou com a gestão municipal e, até, tem perdido comparativamente ao passado. Perguntamos o que tem sido feito para promover o parque de campismo de Mirandela tanto em Portugal como no exterior e qual é, concretamente, o plano estratégico que têm para este Parque que sempre foi uma referência regional e, até, nacional?

7. Na última Assembleia Municipal, a Sr.ª Presidente informou-nos que o executivo pretendia agendar uma “reunião urgente” com o Conselho de Administração da ULSN. Assim, é com alguma surpresa que não vemos qualquer referência a esta reunião na informação da Sr.ª Presidente.

Assim, questionamos se essa reunião se realizou ou não? Se sim, quais os assuntos tratados?

Entre a presente reunião da Assembleia Municipal e a anterior, mudou o Conselho de Administração da ULSN, já teve oportunidade de reunir com a nova administração? O que lhes transmitiu?

Tivemos, também, a visita do Ministro da Saúde ao nosso Concelho, para a inauguração da unidade de endoscopia digestiva do serviço de gastroenterologia. Fez questão de lhe transmitir a necessidade de reforçar as valências e os recursos humanos do Hospital de Mirandela? Falou da necessidade de discriminar positivamente os profissionais que se instalem nas regiões do interior? Disponibilizou-se para colaborar em programas de atração de recursos humanos?

Esperamos que tenha, de facto, entregue um verdadeiro caderno de encargos ao Sr. Ministro e que esta não tenha sido apenas mais uma passagem no Concelho para a fotografia, tal como sucedeu com a Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior que passou em Mirandela apenas para descerrar uma placa e nada disse sobre o Ensino Superior no nosso Concelho.

#### 8. SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

Segundo a informação da Sr.ª Presidente, foi conduzido um inquérito de Avaliação de Transportes Escolares – Minicircuitos. Já existem resultados deste inquérito? Se sim, que impacto teve este inquérito no novo concurso de transportes escolares.

Solicitamos que sejam disponibilizados os resultados deste inquérito a esta Assembleia.

Outra questão que nunca está devidamente acautelada é a contratação das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC). Mais uma vez, inicia-se o ano letivo sem a disponibilização das AEC's, sendo que, o procedimento ainda está em curso.

A nossa pergunta é, novamente, Porquê? O que atrasou este concurso? Onde está a capacidade de fazer os concursos atempadamente? Onde está a previsibilidade deste executivo?

Não tinham conhecimento desta necessidade? É que, ano após ano, parecem ser apanhados de surpresa com as AEC's.

#### 9. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

Relativamente à Proteção Civil, apenas queremos deixar uma nota relativamente às intempéries do dia 03/09/2023, não é com qualquer satisfação que dizemos que a ação do Município e da proteção civil neste dia não foi a melhor.

Em primeira instância, a Câmara Municipal emitiu um aviso, relativamente à queda intensa de chuva e granizo demasiado tarde. Sabíamos de antemão que nesse sábado poderia haver chuvas intensas e queda de granizo, no entanto, o aviso veio após os eventos meteorológicos adversos, o que não se compreende.

Depois, sabemos que não existem sistemas perfeitos e que, por mais cuidados que possam existir, há locais em que as cheias são inevitáveis, no entanto, não vimos ninguém quando a Rua da República se transformou num pequeno rio, não vimos o desvio de trânsito das zonas mais afetadas e não vimos equipas de pré-aviso. Consideramos que face ao risco existente, caberia ao Município e Proteção Civil assegurar os meios, no terreno e em prontidão, para acorrer a estas situações.

A quem compete fazer, que o faça bem feito, pois quando assim não acontece, todos os cidadãos têm o direito de falar e questionar. Por isso mesmo, estamos aqui, não para condenar ninguém, mas para pedir à Sr.ª Presidente que, futuramente, os meios estejam atempadamente no terreno e se possam minimizar situações graves, como a que aconteceu na nova variante que liga a Ponte Europa aos Salesianos.

10. Em relação aos processos judiciais e outros pendentes, vemos que a lista continua a engrossar de assembleia para assembleia. Recordo-me das inúmeras críticas feitas ao PSD relativamente ao n.º de processos em que a CMM estava envolvida. Passados 6 anos, vemos que não só a CMM mantém essa lista de processos judiciais, como a tem aumentado.

11. Por fim, dar nota sobre a situação financeira do Município De Mirandela, onde se destaca a subida em cerca de 1 milhão de euros relativamente às dívidas a Fornecedores, Empreiteiros e outras Entidades, comparativamente ao trimestre anterior.

Uma vez que não localizamos essa informação na informação da Sr.ª Presidente, questionamos qual é o prazo médio de pagamento da Câmara Municipal de Mirandela atualmente?

Concluída a análise à informação da Sr.ª Presidente, foi com alguma surpresa que não vimos qualquer referência a alguns assuntos importantes e para os quais solicitamos esclarecimentos:

- Agricultura: Reunião para os prejuízos, qual o ponto de situação? O que podem esperar os agricultores
- Zona Industrial: já perdemos a conta ao n.º de prorrogações que este processo teve. Quando ficará concluída?
- Mercado Municipal. Continuam a fazer-nos chegar queixas sobre a falta de investimento no Mercado Municipal. Em 2021 (se não me falha a memória), foi lançado publicamente um dito projeto para o Mercado, mas, desde então, nada foi feito. Sabemos que o mercado é o ganha-pão de muitos Mirandelenses e muitas famílias, pelo que, esperávamos ver que algo estaria a ser feito pelo Mercado Municipal. Aliado a isto, fomos informados que a caixa multibanco foi retirada do mercado, a CMM teve conhecimento disso? O que fez para impedir?
- Sobre a Ponte Nova: esta continua a ser uma situação que nos causa bastante apreensão, pois, continuamos sem ver um avanço significativo nas obras da Ponte Eng. Machado Vaz. Continuam a fazer-se pequenas intervenções, continuam a não falar abertamente sobre o tema e continuam sem conseguir fazer as intervenções urgentes e necessárias na Ponte!

Para concluir deixar uma nota ao Senhor Presidente da Mesa:

A Informação da Senhora Presidente é um documento que pretende resumir a atividade do município entre Assembleias Municipais. Este é um instrumento importante, tanto de informação, como de avaliação política do trabalho do executivo. Contudo, vemos que este documento tem inúmeras situações de “copy, paste” e, até, informação que não diz respeito ao período em análise. Deixo alguns exemplos:

O conteúdo dos pontos 1 a 2.1.4 são cópia integral das anteriores informações da Senhora Presidente

No ponto 2.1.1. Sensibilização ambiental - Mudo o nome para Semana do Ambiente e Energia, mas manteve a datas das atividades (20 de maio a 5 julho), bem como a as atividades descritas – *Copy Paste* da Informação anterior.

Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil - Apresenta informação sobre deliberações de abril de 2023. Esta informação já constava da anterior informação e não acrescenta nada a este documento, entre outras situações que já elencamos em cima e que não pretendemos exaustivamente elencar.

Ninguém está livre de falhas, gralhas ou erros, contudo, tendo em conta a importância deste documento, peço ao Senhor Presidente que sensibilize a Senhora Presidente para que nos transmita a informação o mais fidedignamente possível e que não esteja preocupada em fazer uma informação extensa, repleta de repetições e eventos passados.

Obrigado.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De facto, Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, se é um *copy/paste* é porque não há obras verdadeiramente, sob pena de retratar a “espuma dos dias”, acho que é isto, não sei o que é que a Senhora Presidente irá dizer, ou viu alguma coisa ali escrito sobre o Vale do Tua? Que nada se fez. Viu sobre a Serra de Santa Comba e dos Passos? Porque nada se diz.

Senhora Presidente, aliás, por falar na Serra dos Passos e de Santa Comba e do parque eólico, está aqui uma rubrica no Ministério Público, nos 45 processos judiciais em que o Município é autor, esta última é sobre o quê? E tem aqui um montante de 283.500,00 €, eu sinceramente não sei, não está discriminado e depois é assim, fala alguma coisa sobre a Ponte Nova? Até porque já foi devidamente constatado e tecnicamente já comunicado à Comissão Permanente que existe um problema com a Ponte Nova.

O Complexo Agroindustrial do Cachão? Que era uma obra prioritária e de bandeira da Senhora Presidente da Câmara, já não se faz lá mais nada, não é notícia, não é o suficiente para vir neste documento. E o Plano de Mobilidade? Que agora resolveram por mútuo acordo cancelar o Plano de Mobilidade, tomam a decisão agora, mas à Assembleia Municipal só vem em dezembro na CIM-TTM, não sei o que é que lá vamos fazer, já com o ato consumado. E a nós que nos pediram para aprovar aqui documentos que agora nos dão este ato consumado, então as Assembleias não têm que se pronunciar?

Assistimos à visita de dois Senhores Ministros como o meu colega *Carlos Carvalho* acabou de explicar, uma delas veio inaugurar um jardim! Se ainda ao menos fosse um laboratório de tecnologia e inovação, não, veio inaugurar um jardim! Ainda que seja muito importante para aquela área envolvente e para o dia-a-dia daqueles estudantes que ali estudam, que queremos que estudem cá até ao final dos seus cursos e de preferência que se fixem, uma Senhora Ministra vir inaugurar um jardim, que acho que até foi financiado pelo Quadro Comunitário, claro que assim há dívida, então eu agora vou colocar um jardim daqueles em obras comunitária?! Claro que a Senhora Presidente só já consegue fazer obra comunitária com dívida, porque há Municípios que fazem obras comunitárias, mas sem dívida, ou sem empréstimos bancários.

Isto se calhar é uma constatação, não é uma verdadeira crítica à Senhora Presidente da Câmara, porque isto demonstra bem a dimensão do nosso Município, era fazer obra de Fundos Comunitários, mas sem empréstimos bancários, ou já tem de ser, esta é receita de capital, esta é boa, vamos fazer com dívida, mais um empréstimo ao banco e depois quem vier que pague!

Outra coisa Senhora Presidente da Câmara, este documento que aqui está, eu há pouco falei nos eixos, vou voltar a repetir, porque não conclui e vou aproveitar este tempo, Crescimento Económico, Emprego, Competitividade e Internacionalização, tem alguma notícia? Não, lá está, é desejável o *copy/paste*. Eixo dois, Comunidade, Equilíbrio Social e Intergeracional, de facto nós até atendemos bem as nossas crianças, as que nascem e até atendemos muito bem os nossos idosos, não há queixas! Porque sociedade que não trata dos mais novos e descuida os mais velhos, é uma sociedade falida! A Senhora Presidente ainda não fez nenhum novo lar, nem nenhum centro de dia, mas acredito que se for preciso que o faz!

Eixo três, Coesão Territorial, Revitalização Urbana e Rural, andamos nisto, agora já é culpa do PSD o encerramento da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte! Onde é que nós já vamos! Já é daquele Senhor que veio cá inaugurar duas obras, ou é da Assembleia Municipal, eu espero que, se porventura a decisão não for favorável a Mirandela, que seja retirado dessas inaugurações o nome dele.

Eixo quatro, Valorização e Preservação do Património, ouviram aqui alguma notícia sobre valorização do Património? Então, é a Ponte Nova! Ela só cai daqui a 15 anos, eu já não sou Presidente da Câmara, mas pronto, Mirandela é notícia pelas piores razões,

mas que se faça o *lobby* sobre aquela obra, com nova inauguração e com novo nome! Olhe ao Senhor Presidente da CCDR-N se a decisão fosse favorável, eu dava-lhe o nome da Ponte Nova!

Eixo quinto, Desenvolvimento Cultural Integrado: da Herança ao Contemporâneo, dos Recursos naturais e do ambiente, é passeios pedestres?! Senhora Presidente, é passeios pedestres?! eu pertenci a uma modalidade, que nós cada vez que íamos fazer um evento, íamos lá, catalogávamos o percurso, nos que eu participei até tirávamos as tarjas no final, porque não íamos deixar poluição na natureza e os que cá vinham ainda pagavam. Parece que há aí uma moda agora que pagam para os outros virem cá! Os outros pagavam para vir cá, agora a moda começa a ser a Câmara a pagar para que os outros de fora venham cá!

Senhora Presidente, esta Informação deve ser mais cuidada e deve ser mais rica! Porque retrata verdadeiramente o desenvolvimento do concelho de Mirandela! Ministros a inaugurar jardins!!! Senhora Presidente, antes um laboratório de tecnologia e inovação, que aquela escola muito agradecerá.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente às questões colocadas e de forma muito objetiva, eu percebo o incómodo dos Senhores Deputados do PSD com as Informações e percebo o tom, com alguma críspação, que existe à volta da Informação e não vale a pena Senhores Deputados, não vale a pena, porque efetivamente este Executivo tem feito tudo aquilo que tem que ser feito e tem feito muito mais do que aquilo que em termos de discussão de planos, e tendo neste momento sido criticados por não vos chamar a dar parecer sobre alguns planos, a verdade é que isso não tem acontecido, nas várias reuniões da Comissão Permanente, inclusive na última reunião de Comissão Permanente estivemos a discutir o Norte 2030 e portanto, essa crítica de que não há envolvimento de todos os parceiros e de todas as forças políticas, podiam tê-la feito no passado, quando efetivamente nunca tiveram outra voz discordante e todos concordavam com tudo e ninguém trazia à Assembleia Municipal essas situações.

Porque agora discutimos sempre aqui os problemas, discutimos em sede de Comissão Permanente que são feitas com toda a regularidade e são abertas discussões sobre o que deve ser inscrito no próximo Quadro Comunitário de Apoio, como sabem e podem testemunhar, porque têm um representante de cada uma das Bancadas na Comissão Permanente e portanto, podem dizer tudo e podem criticar tudo, têm todo o direito e nós respeitamos exatamente a opinião de todos, mas a verdade é que têm sido sempre em todas as situações, chamados a fazer intervenção, em todos os passos políticos e em todas as sessões, quer da Assembleia Municipal, quer da Comissão Permanente, quer de Conselhos Municipais, quer de todos os passos de discussão abertos a todos, inclusivamente no Orçamento Municipal são sempre chamados a intervir e acolhemos sempre soluções, porque aquilo que nós ouvimos sempre nestas reuniões, em praticamente todas as reuniões, fora uma ou outra solução, são críticas e problemas, nunca há soluções, há sempre críticas à forma de fazer, à forma como se faz, o que podia ter sido feito, o que não podia ter sido feito.

Porque primeiro, antes de 2017 estava tudo bem, as aldeias estavam com pessoas! As Freguesias estavam com condições! Havia tudo! Havia tudo!

O que aconteceu de 2017 em diante é que pôs o Município endividado! O Município sem capacidade de fazer! As Juntas de Freguesia sem condições! Quer dizer, a partir de 2017 houve qualquer coisa que aconteceu nesta Assembleia Municipal para os Senhores Deputados, que tudo antes de 2017 estava bem, não havia críticas! Não havia estradas esburacadas! Não havia vias sem alcatrão! Havia sistema de abastecimento de água e saneamento em todas as aldeias! Havia tudo! De repente a partir de 2017, quando entrou este Executivo está tudo mal! As escolas continuam degradadas Senhor Deputado?! As escolas não tiveram a maior transformação de todo o Parque Escolar desde que somos Município?!

Onde é que estavam vocês quando chovia dentro das salas de aula?! Onde estavam vocês, que nunca houve saneamento em muitas das aldeias e muitas das Freguesias?! Onde estavam vocês quando havia Fundos Comunitários para as vias municipais?! Onde é que estavam?!

Estavam a concordar com tudo o que se dizia aqui na Assembleia Municipal, porque estavam a fazer muito bem! Estavam a investir naquilo que era preciso! E agora está tudo mal! Está tudo mal, de repente não há um Fundo Comunitário bem investido!

Onde estavam vocês quando o Mercado Municipal chegou às condições que chegou?! Quando começamos a discutir um Plano de Urbanização?! Quando começamos a discutir o ordenamento do território como deve ser?!

O que é que o Município de Mirandela fez de mal ao nosso território para termos derrocadas, para termos prédios que confluem com deslizamentos de terras?! O que é que foi feito em relação ao ordenamento do território?! Querem que vos diga?! Nada em relação ao Plano de Urbanização, porque hoje criticam o PDM, criticam a questão dos alargamentos dos perímetros urbanos, mas o que é que fizeram no passado?! Nunca fizeram nada do que agora criticam, pior ainda, nós só temos o problema das pontes Senhores Deputados, porque fomos investigar o que se passava com as pontes, porque se não fossemos investigar estávamos a “assobiar para o lado”, como vocês fizeram durante décadas de governação.

É fácil criticar e é fácil dizer que os outros fazem mal, mas a verdade é que nós, quando temos consciência daquilo que dizemos, nós quando temos o diagnóstico das situações e queremos executar, ainda bem que o fizemos, porque senão não estávamos a discutir isso. Fazíamos o que fizemos até 2017, metíamos a cabeça debaixo da areia, porque a ponte não ficou só a partir de 2018 com problemas, a ponte já estava com problemas há muito tempo e a Estrada Nacional que vai para a Resíduos do Nordeste? Sim, aquela estrada já está com problemas há muito tempo, porque efetivamente não houve um estudo geotécnico, pode haver de facto ali uma derrocada e há o risco de existir e quando está em causa a segurança das pessoas, acho que vale a pena tomar decisões e temos estado a tomar decisões.

Relativamente às questões que colocou Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, dizer-lhe que, em relação à Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais, efetivamente há um problema com a localização do depósito de Pai Torto, há uma negociação com um privado para a sua localização.

Dos contadores que foram substituídos, dos 6.000 contadores, 3.000 já foram substituídos. Em relação aos Planos Municipais de Alterações Climáticas, houve uma reunião entre os Serviços Técnicos da Câmara Municipal e a empresa que a CIM-TTM contratualizou. Sou sincera, nós internamente fizemos uma avaliação, se tínhamos ou não forma de fazer um Plano Municipal sobre as alterações climáticas e os nove Municípios da CIM-TTM decidiram que seríamos nós a dar os dados à própria empresa e que,

por não termos experiência neste tipo de planeamento, ficou entregue a uma empresa externa. Posso facultar-lhe a Ata da Reunião com a empresa que está contratualizada pela CIM-TTM, mas concordo que pode haver uma auscultação na Assembleia Municipal Jovem, este é um grande tema, a questão da seca. A questão das alterações climáticas, todos percebemos que é um tema que temos que estar envolvidos, temos que participar, temos que dar opiniões, portanto, concordo em absoluto que seja um tema premente para a Assembleia Municipal Jovem.

Relativamente às empreitadas, obviamente que houve atrasos Senhor Deputado, se ler as atas da Reunião de Câmara apercebe-se perfeitamente que houve alguns atrasos nas empreitadas e houve também algumas revisões de preço, fruto das condições das matérias-primas, que estão englobadas numa lei que saiu na contratação pública sobre a revisão de preços, o que nos tem causado um impacto financeiro relativamente à execução dos nossos projetos.

Quanto ao PDM, o ponto de situação do PDM é o seguinte: nós tivemos, faltavam duas grandes vertentes do PDM, uma delas em relação ao património que já foi entregue à Direção Geral da Cultura do Norte, que tem que ser enviada para a Direção Geral, as fichas de identificação do património arqueológico e faltava também uma informação sobre todos os projetos que foram aprovados nos últimos anos, que foi efetivamente realizada pela Divisão de Obras Municipais e Urbanismo. Estes dois elementos vão estar concluídos até meados de outubro, foi este o compromisso da Câmara Municipal e a partir daí desenvolve-se o trabalho da empresa consultora que está a fazer este PDM e que fez o PDM de 2015 e portanto, eu não considero que o PDM esteja atrasado, o último PDM demorou mais de 10 anos a ser concluído. Dois terços dos Municípios não vão conseguir concluir o PDM até, aliás, muitos já estão em incumprimento porque nem sequer fizeram a primeira reunião, nós já fizemos a primeira reunião, dentro do panorama nacional estamos a conseguir executar e portanto, julgamos que a segunda reunião com as 22 entidades poderá ainda ser realizada este ano, ou no início do próximo ano. Esta é uma questão que está a ser debatida em vários fóruns, nomeadamente, com a CCDR-N, porque por um lado nós temos prazos para cumprir, mas por outro lado também temos todas as situações de atrasos também nas respostas da CCDR-N relativamente aos vários documentos que temos, existe aqui alguma compreensão relativamente aos PDM's da nova geração.

Em relação ao Parque de Campismo, Senhor Deputado nós fizemos um Regulamento do Parque de Campismo, o Parque de Campismo, como sabe, tem um histórico e esse histórico envolve um Clube e depois passou para a gestão dos Bombeiros Voluntários de Mirandela. Obviamente que a gestão do Parque de Campismo sendo uma gestão pública, obriga a uma série de regras e de regulamentos de gestão do Parque de Campismo e finalmente conseguimos algumas situações, e quando há mudança de regras, obviamente que alguns campistas que usavam o Parque como uma segunda residência em tempo de férias, não havendo esta mobilidade para novos campistas poderem permanecer no Parque, é óbvio que têm resistência à mudança e portanto, este ano conseguimos que as caravanas e as autocaravanas dos campistas fossem da responsabilidade deles a sua retirada. Como sabem, o Parque de Campismo tem um problema que já referimos aqui várias vezes, que foi construído em leito de cheia e portanto, quando o rio sobe as margens, a retirada das autocaravanas era feita sob a responsabilidade da Câmara Municipal, mas sendo privadas não podemos continuar com essa situação e este ano ficou decidido que, para além da retirada, tínhamos sempre vigilância para as caravanas privadas e por isso, este ano ficou decidido essa retirada ser da responsabilidade de cada um dos titulares das autocaravanas, que todas as caravanas tivessem registo formal e estivessem matriculadas, ou seja, é obrigatório em todos os parques de campismo e que houvesse uma nova tabela relativamente aquilo que é o que se pratica em todo o país, em concreto aqui na região do Nordeste Transmontano.

Estas novas regras trazem alguma resistência. Por isso, estamos a contar que as coisas entrem com a normalidade possível na próxima época balnear, naturalmente com aquilo que diz respeito à gestão pública, às receitas e às despesas, neste momento podemos dizer que nós só tínhamos despesa e neste momento já temos alguma receita, porque nós tínhamos os custos da água e eletricidade que eram da Câmara Municipal e as receitas eram da entidade externa à Câmara Municipal e neste momento conseguimos de alguma forma algum equilíbrio com aquilo que é a gestão do Parque de Campismo.

Relativamente ao número de campistas, farei chegar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal o relatório do número de campistas e do número de entradas nas Piscinas Municipais.

Relativamente ao Conselho de Administração, como bem disse a seguir à questão, houve um novo Conselho de Administração da ULS Nordeste, de facto esteve aqui a convite da ULS Nordeste o Senhor Ministro da Saúde e sim Senhor Deputado, falei de todas as dores que os mirandelenses têm em relação a opções políticas que foram tomadas relativamente à saúde, falei do grande impacto que teve a saída da Maternidade, falei, com toda a certeza não pode estar no evento, mas evidentemente que falei e entreguei um caderno de encargos, que poderei apresentar na próxima Comissão Permanente para que os representantes das Bancadas saibam aquilo que foi entregue ao Senhor Ministro da Saúde, até porque muitas das questões que foram colocadas ao Senhor Ministro foram já debatidas aqui na Assembleia Municipal, em defesa da saúde de todos do Nordeste e em particular dos mirandelenses.

Quanto à Senhora Ministra da Ciência e Tecnologia, eu falei mais à frente, porque efetivamente não considero que a inauguração fosse tão displicente quanto isso, como fez questão de dizer o Senhor Deputado *Paulo Pinto*, de qualquer forma é com agrado que recebemos os Membros do Governo, curiosamente os dois vieram a Mirandela e em que nós participamos nas receções em parceria com outras entidades, a ULS Nordeste no caso do Senhor Ministro da Saúde e a Senhora Ministra da Ciência e Tecnologia com a entidade que representa muito daquilo que somos, que é o Instituto Politécnico de Bragança.

Ainda bem que nos visitam e ainda bem que nos dão essa importância, porque se não viessem vocês diriam que, ninguém vem a Mirandela, ninguém vem porque ninguém quer saber de Mirandela, a Senhora Presidente não tem força política e outras situações.

Relativamente à contratação das Atividades de Enriquecimento Curricular, nós só podemos abrir os concursos, nós abrimos os concursos das refeições escolares, dos transportes escolares com muita mais antecedência, mas estas atividades de enriquecimento curricular só quando temos o número de alunos e onde é que estão sediados, é que nós conseguimos abrir as Atividades de Enriquecimento Curricular e não há de todo nenhuma surpresa nem nada disso, julgo que na próxima semana as Atividades estarão a decorrer com a normalidade possível. Houve um atraso em termos de contratação, hoje era o último dia para abrir as propostas e portanto, julgamos que na próxima semana essa questão estará ultrapassada.

Em relação ao Serviço Municipal de Proteção Civil, eu disse já naquele dia que o Aviso que nos tivemos foi o Aviso Amarelo, estávamos convencidos que havia precipitação intensa, a verdade é que, só quando publicamos o Aviso é que recebemos o Aviso que ia haver uma precipitação em excesso e com granizo. O Serviço Municipal de Proteção Civil e com a ajuda dos Bombeiros

Voluntários de Mirandela e de Torre de Dona Chama, julgo que tivemos os meios todos no terreno, aliás, com a colaboração de praticamente todos aqueles que foram visados, quer a nível de moradores, quer a nível de comerciantes, houve uma situação, felizmente sem danos humanos, mas com estragos em algumas culturas agrícolas, como já falamos de manhã e também em algumas infraestruturas e caminhos municipais, em particular nos caminhos rurais.

Evidentemente que a Câmara Municipal infelizmente não pode controlar estas situações, saímos de um processo de seca extrema para um processo de cheia e, por isso, infelizmente estas coisas acontecem.

Relativamente aos processos judiciais, se vocês verificarem, há um processo que curiosamente é de 1989 e entrou agora e portanto, não vemos o número de processos pelo seu número, mas também pela sua motivação. A verdade é que temos muitos processos judiciais, tínhamos no passado, continuamos a ter muitos processos judiciais, alguns processos difíceis. Ainda muito recentemente abatemos um à nossa lista, que houve uma decisão favorável ao Município de 1,2 milhões de euros, que era um processo já com muitos anos e que foi uma decisão, ainda sujeita a recurso mas julgo que não, que tinha a ver com a via de acesso ao parque da Cocheira e portanto tivemos essa decisão há relativamente pouco tempo. Eu acredito que muitos processos são processos relativamente pequenos, outros são processos de grande dimensão, muitos deles mediáticos, como sabem, porque já falamos aqui algumas vezes sobre eles.

Quanto à situação financeira do Município, o prazo médio de pagamento, dependendo do tipo de contrato, é de 120 dias e em alguns contratos, quando os contratos são com maior prazo, são de 150 dias, obviamente que é uma das situações que queremos melhorar. Falou no investimento no Mercado Municipal e no multibanco, relativamente ao multibanco nós tínhamos um multibanco do Montepio, sabemos que é um constrangimento que está a haver, o multibanco estava lá há muitos anos e ficou avariado, foi solicitado à Caixa Geral de Depósitos e à Caixa de Crédito Agrícola a substituição do multibanco, aguardamos a resposta, sabemos que é uma necessidade para o Mercado Municipal. Entretanto, contactamos o Montepio, que nos disse que havia falha na entrega daquelas máquinas e que não estavam a contar reposicionar aquele multibanco. Relativamente ao investimento no Mercado Municipal, esta é uma das prioridades, que está mapeada no próximo Quadro Comunitário de Apoio, obviamente que o pré projeto, é um pré projeto daquilo que se pretende, aquilo que posso garantir e aquilo que temos pensado já para o ano de 2024, é retirar algumas situações no Mercado e fazer o máximo investimento possível já em 2024.

A estratégia do Mercado Municipal passará por um novo regulamento de acesso, de passagem das próprias lojas e também esta alteração de regulamento também passa essencialmente pelos vossos contributos e pelos contributos de todos, para que estejamos em espaços, mesmo que infraestruturalmente sejam superiores, que é o que queremos e o mais rapidamente possível, que haja também esta animação, esta parte comercial que também cabe a todos os arrendatários, mas precisamos efetivamente de um novo regulamento, de uma atualização daquele regulamento, que é pouco flexível e dá pouca permissão à Câmara Municipal para intervir naquelas situações.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, só responder à questão da inauguração, a parte envolvente ao IPB era sempre, para todos nós, depois da construção do edifício emblemático como é a Escola Superior, era sempre um pouco difícil de perceber o espaço envolvente da forma como estava. Como sabem naquele talude vai nascer a nova residência e portanto, este espaço é um espaço de lazer, mas também é um espaço que ficou infraestruturado com água e também permitindo que aquela zona, que é uma zona da cidade, não é uma zona do Instituto Politécnico de Bragança, é uma zona em que as comunidades poderão usufruir e portanto, melhora significativamente o ambiente urbano e melhora também a qualidade com que recebemos os nossos alunos na Escola Superior.

Quanto é dívida da nossa Câmara, obviamente que temos que equilibrar entre aquilo que é o serviço da dívida e aquilo que é o investimento, os fundos comunitários são uma grande aposta deste Município, se nós conseguirmos mais fundos comunitários, menos teremos que pagar a nível de Orçamento Municipal, mas tem sido feito um esforço, acreditem, para conseguirmos manter o serviço da dívida, com os juros cada vez mais altos, como sabem.

#### **4.2 - Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal e ao Mapa Anual Global de Recrutamento Autorizado de 2023.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 24/08/2023, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:**

- 1 - Aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal e Mapa Anual Global de Recrutamento Autorizado do ano de 2023;**
- 2 - Submeter a presente deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É muito rápido, só para pedir uma explicação à Senhora Presidente, qual é que é efetivamente a estratégia para termos nesta lista 144 postos de trabalho? Só para nós tentarmos perceber.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente da Câmara, a Câmara Municipal está a caminho de que, 30 % do Orçamento é gasto com despesas de pessoal. Estes 144 funcionários a mais, será que a Senhora Presidente da Câmara não conhece o modelo de gestão também *outsourcing*? Sob pena de diminuir, uma vez que isto são empregos de serviços, de diminuir até a possibilidade de novas empresas de prestação de serviços se instalarem no concelho. Porque estes três postos de trabalho de Assistentes Operacionais por três anos, é um engodo, resolve o problema pontualmente, mas não resolve o problema das famílias, depois, mais dois Técnicos Superiores, tudo muito bem, mas quando vemos a criação de emprego porventura achamos bem, pessoas que estão a precisar, certamente estariam em casa e até evitam que emigrem e permite que se fixem, outra coisa é aquilo que o meu colega Carlos Carvalho acaba de perguntar, qual é

verdadeiramente a estratégia do Município quanto ao emprego? Sob pena da Câmara Municipal estar a caminha de ser a maior entidade empregadora do concelho, onde já 30 % das receitas são para pagar despesas com pessoal e depois faltam verbas para o tal investimento estrutural e de apoio aos Quadros Comunitários, que só vamos lá com empréstimos bancários.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à Proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal e Mapa Anual Global de Recrutamento Autorizado para 2023, se lerem a Proposta há aqui duas ações uma delas tem a ver com o Emprego Apoiado em Mercado Aberto, são Assistentes Operacionais, todos os três postos de trabalho são beneficiários do Instituto de Emprego e Formação Profissional, são pessoas com um certificado multiusos e portanto, pessoas deficientes que vão integrar por um período de três anos o mercado de trabalho da Câmara Municipal de Mirandela. Este Emprego Apoiado em Mercado Aberto diz respeito a este recrutamento, como são contratos de trabalho a termo certo tem que vir aqui a alteração, é uma Candidatura para três postos de trabalho específicos.

Já trouxemos aqui outras aprovações relativamente ao Mercado Aberto, julgo que a Câmara Municipal tem obrigação de ser inclusiva e de dar soluções também aqueles que menos oportunidades têm no mercado de trabalho, sendo também esta a nossa função, também social.

Em relação à componente das respostas sociais no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, nós integramos projetos piloto, que estão integrados nos Conselhos Locais da Ação Social e o Município de Mirandela obviamente, com a elaboração desta Candidatura, precisamos de integrar no Mapa de Pessoal duas vagas de Técnicos Superiores, com a definição do perfil de Técnicos a afetar nas Equipas de Radar Social, com as áreas de formação académica distinta nas áreas de sociologia educação social, serviço social, psicologia, economia, gestão, estatística e planeamento, tal como está previsto.

Depois dizer que a Câmara Municipal de Mirandela teve, como sabem, já pelo menos em algumas áreas, muitos Assistentes Operacionais em áreas também importantes. Nós prevemos que nos próximos anos, dada a média de idades que temos no Quadro de Pessoal, se reformem cerca de 90 trabalhadores e portanto, é preciso, nos próximos dois, três anos vai haver a reforma de muitos trabalhadores, a nossa média de idades andarà à volta dos 60 anos, apesar de agora termos rejuvenescido o Quadro e é muito importante, tanto em Técnicos Superiores, como em Assistentes Operacionais, como em Assistentes Técnicos que haja, por um lado, a integração destes Quadros, que o saber fazer e esta é uma das questões que os Técnicos dizem sempre, que o saber fazer seja transmitido nas várias gerações e portanto, acho que também é nossa responsabilidade preparar a Câmara Municipal para os novos desafios.

A verdade é que, com a descentralização de muitas das competências, temos áreas muito sobrecarregadas relativamente aos processos, por exemplo, do Rendimento Social de Inserção, toda a Ação Social está com muito trabalho e a própria Educação e portanto, não sei qual é a solução, por um lado, temos média de idades com absentismo superior, ou seja, baixa por baixas médicas, todos os trabalhadores têm direito a tê-las caso estejam efetivamente doentes e por outro, temos efetivamente serviços que têm de ser feitos e isso faz com que a Câmara Municipal, feita a análise do Mapa de Pessoal, feita a análise do recrutamento, tenha que fazer um esforço acrescido naquilo que é a transmissão do conhecimento, entre aquilo que é o saber dos seniores e aquilo que são os novos recrutamentos que têm a fazer, como sabem em 2013, quando entramos em Saneamento não era permitido a contratualização de novos recursos humanos, tivemos infelizmente este concurso dos 22 trabalhadores a ser repetido e evidentemente que a Câmara Municipal para dar resposta a todas as solicitações, com um Município com 650 km<sup>2</sup>, com as nossas necessidades e especificidades, precisamos de pessoas para dar resposta a tudo aquilo a que somos chamados.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais *NELSON TEIXEIRA*, invocou o art.º 9.º e as alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 69.º do Código do Procedimento Administrativo, ausentando-se da Sessão não tendo por isso participado na discussão e votação do supra referido assunto.

----- Efetuada a votação e estando 44 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 43 votos a favor e uma abstenção, aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal e Mapa Anual Global de Recrutamento Autorizado do ano de 2023.

#### **4.3 - Extinção por Mútuo Acordo: Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 21/09/2023, que se transcreve:

**“A Câmara Municipal tomou conhecimento.**

**Submeter esta Informação à apreciação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós queremos deixar aqui muito claro que, este é um Ponto que apesar de não estar a votação, é um dado consumado, é um Ponto que merece todo o tipo de consideração, reflexão e de preocupação e de solidariedade com as populações afetadas, temos que pensar que a mobilidade num concelho como o nosso, extenso, com muitas Freguesias, com uma área enorme, com muitas aldeias, merece hoje, como desde o início da entrada deste Executivo e de minha função aqui, uma preocupação e uma reflexão aprofundada.

Eu sei que é inegável que foram feitos, nos últimos anos, dentro do concelho, avanços e melhorias inegáveis no transporte, não só durante o ano letivo, mas também durante o período de férias, entre as Freguesias e a sede de concelho, mas também sabemos que

apesar disto o projeto não é suficiente, temos a perfeita noção que este revogar de um contrato que vem na sequência da descentralização de competências que fez com que depois de 2016, houvesse aqui um açambarcar, ou uma tomada de liderança por parte da CIM-TTM sobre este princípio, mas também sabemos que a mesma tarda em encontrar uma solução que seja coincidente com os problemas e com as necessidades de uma população cada vez mais envelhecida e cada vez mais exposta às desigualdades que, volta, meia volta, ouvimos os governantes nacionais a alertarem e criarem mecanismos para essa mobilidade e para essas desigualdades dentro da parte do país que é mais igual, que é a faixa litoral do nosso país.

Pensamos que esta sessão de contrato, independentemente das razões legais que tenham feito com que a mesma fosse consumada, vem agravar ainda mais estas desigualdades e esta assimetria de um país já por si assimétrico.

Assim, não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação e procurar, porque tem de haver aqui um mecanismo de mitigação deste acesso da nossa zona, que já por si é deficitária, sobrecarregando os Municípios num encargo que não tinha de ser só deles e que faz com que as nossas populações tenham a dificuldade ainda mais acrescida da mobilidade, que tão apregoada é hoje em dia a nível nacional.

Não podemos deixar passar isto em claro e não podemos deixar que esse assunto seja esquecido e que haja este tipo de criação ou de agravamento de uma assimetria já existente, por isso não podemos deixar passar este Ponto sem fazermos este ponto de situação.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou de acordo com a intervenção do meu colega que me antecedeu o Senhor Deputado *Rui Pacheco*, de facto isto é uma preocupação, são de facto as populações mais vulneráveis e as do mundo rural sofrem com esta inação. Pessoas que estão no mundo rural que querem vir ao médico ao dia de feira e não têm como, sob pena de terem que despendar das suas parcas reformas, 40 €, 30 €, 25 € de táxi para poder vir à cidade e abastecer-se de bens de primeira necessidade, ou porventura ir ao médico.

Senhora Presidente e agora qual é a solução? Isto se fosse um Ministro a tomar conta disto dava para se demitir, era mais que motivo para se demitir, assim como a TAP. A TAP é motivo mais que suficiente para cair um Governo, porque foi ideologicamente assumido que a TAP eram as caravelas, foi ideologicamente assumido que a TAP era uma aposta nacional e qua a TAP estava para Portugal, como estava para as caravelas! A TAP era motivo, não são a queda dos Ministros e dos Secretários de Estado, porque cai um e nomeiam-se logo dois ou três, a TAP era motivo para que o Governo fosse demitido, porque foi um assunto político e mais, por conta da política houve políticos que se aproveitaram dos fundos, dos impostos dos portugueses para fazer política e dar o resultado que deu. Isso é que era motivo suficiente para cair um Governo.

E agora aqui Senhora Presidente, esta gente vulnerável que está no meio rural, o que é que vamos fazer? Aqui em Mirandela foi contra o PSD, porque a Senhora Presidente enfim, anunciou esta medida antes da campanha eleitoral, noutros concelhos o prejudicado foi o PS que estava na Oposição, mas aqui foi o PSD. E agora Senhora Presidente? Chegamos aqui a CIM-TTM, Senhora Presidente está a ver que não vamos fazer nada à Assembleia de dezembro, estas decisões importantes já estão tomadas, querem lá saber da Assembleia, nem se lembram de nós, só depois do Natal portanto, nós não vamos lá fazer absolutamente nada, também não vamos ajudar às contas pelos vistos, porque se enganaram, estiveram sempre a trabalhar sobre cenários macroeconómicos errados.

Senhora Presidente e agora?! É que nem vai ser o Plano de Mobilidade que, festejamos na semana passada, vai resolver o problema desta gente, que depois voltaremos atrás a esta solução. O que é que vai fazer a Câmara Municipal? É isso que se pede aos políticos, vai contratualizar com os taxistas locais transportes a pedido? Táxis estabelecidos na Praça que tenham contrato com a Câmara Municipal que a pedido dos municípios, ou até numa ligação com as Juntas de Freguesia irem às aldeias buscar esta gente e transportá-las para resolverem os seus problemas? Porque é que não faz um contrato local? Já gasta tanto dinheiro com os transportes escolares, porque não multiplica esse contrato junto da Praça de Táxis, ou de outras empresas, mas que resolvam e depois manda a fatura para a CIM-TTM, porque pelos vistos o dinheiro continua lá, havia dinheiro, não havia? As contas é que foram mal feitas com a concessionária, enganaram-se nas contas e a concessionária teve prejuízo e não assumiu o contrato, mas o dinheiro existe, porque ele está a ser gasto em Lisboa. Será que vão para Lisboa, tem passe único lá, uma pessoa só com um passe corre a área metropolitana toda.

O dinheiro existe, está lá, para resolver este problema façam-se contratos pontuais nas sedes de concelhos com as Praças de Táxis, mas transportem esta gente já idosa condignamente à cidade, para resolver os seus problemas, acho que não é uma medida extraordinária, porque o dinheiro existir, existe em Lisboa, também deve existir lá, não está é a ser gasto. Porque a CIM-TTM certamente iria pagar os transportes a esta concessionária.

É uma sugestão de boa-fé e preocupado com o mundo rural.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há aqui duas coisas que eu gostava que ficassem claras para o Auditório e para quem nos possa estar a ver lá em casa que é, realmente cá está o resultado daquilo que foi a transferência de competências tanto na questão dos transportes, da mobilidade, ainda vamos assistir aquilo que foi a transferência de competências para a educação e aquilo que está a ser planeado e a pressão que o Governo está a fazer sobre a passagem da transferência de competências da saúde para as Câmaras Municipais, mas isso ficará para o futuro, mas já aqui temos um resultado, palpável daquilo que foi a trapalhada e não podemos deixar de fazer aqui a análise política, porque é só essa que aqui nos interessa fazer, não me interessa fazer outra, por exemplo do tipo técnico, porque quando a questão se põe e lendo aqui esta Informação, para já esta Informação está carente de muita explicação Senhora Presidente, “*continha um lapso*”, qual era o lapso que estava aqui contido? Foram feitas mal as contas? O dinheiro que foi transferido da Câmara Municipal de Mirandela para a CIM-TTM, porque não nos podemos esquecer que a transferência de competências que a Câmara Municipal assumiu para si na questão da mobilidade, a seguir passou-a para a CIM-TTM, coisa que não fez o Município de Bragança, que assumiu essa transferência de competências e desenvolveu o seu próprio Plano de Mobilidade no concelho de Bragança.

Mas agora chegamos a este ponto e diz: “*continha um lapso*”, qual é o lapso? Eu gostava que me dissessem qual é o lapso, quer dizer, chegamos aqui, fica extinto um contrato por mútuo acordo, porque houve um lapso?! Então e as populações? Qual é o lapso que é provocado às populações? Digam-me. Respondam-me. Vamos resolver o problema chegando aqui aos microfones desta Assembleia Municipal a dizer “*foi um lapso*”, quer dizer, isto é qualquer coisa de surreal. Andamos aqui a brincar com a vida das pessoas e cada vez mais ouvimos encher a boca, tanto o PSD, como o PS, porque o PSD também não pode tirar o “cavalinho da chuva” disto, vocês, PSD é que negociaram esta transferência de competências. Meus amigos, não podemos ter “sol na eira e chuva no nabal”, temos que assumir as responsabilidades, não vamos criar aqui ilusões porque não há.

Eu quero saber qual é a resposta que este Executivo vai ter, aliás, uma das propostas que a CDU apresentou, naquele tal sobejado Plano 2030, era exatamente a Câmara Municipal assumir o Plano de Mobilidade na cidade e no concelho, no mundo rural, que até era uma forma de nós potencializarmos o arrendamento para o concelho na questão dos estudantes, porque estamos a assistir que na cidade já não há cassas, nem quartos para estudantes, portanto, se houvesse um Plano de Mobilidade sério no concelho, os estudantes podiam alugar as suas casas e os seus quartos nas aldeias e assim revitalizávamos o mundo rural desta forma.

Vamos ser sérios na discussão que temos e o importante aqui é, eu quero saber da Senhora Presidente qual é o Plano de Mobilidade que está em cima da mesa e também quero que me explique Senhora Presidente, qual foi o lapso para se chegar a este ponto triste que não tem outra classificação, de continuarmos a penalizar as populações do interior e concretamente, do mundo rural do nosso concelho com estas leviandades, que não passam de leviandades.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS PIRES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Contente por ver que todas as Bancadas, quase todas, estão de acordo, é das poucas vezes que concordamos todos, lamento é que quem interveio antes de mim foram três líderes de Bancada, eu penso que quem deveria estar aqui seria o pessoal das aldeias, que são as pessoas afetadas, que são os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados que vivem nas aldeias, que vivem diretamente este drama, porque de facto é um drama, para quem vive na cidade não tem noção e eu digo isto, gosto de falar em casos concretos, vocês já estão fartos de me ouvir, eu já falei isto inúmeras vezes, São Pedro Velho é a aldeia mais distante do concelho, são cerca de 35 km, não temos transporte público, além disso temos uma população com mais de 70 anos, em 180 pessoas que vivem em São Pedro Velho, 100 têm mais de 70 anos, se calhar 90 % não conduz. O que é que acontece, a paragem de autocarros mais próxima fica a 4,5 km, sai às 07h 20m, ou seja, ou as pessoas vão a pé, sempre a subir até à Soutilha, de inverno, de verão, portanto, não vão porque é impossível, à vinda acontece muito virem a pé, é a descer é mais fácil, ou então chamam um táxi às 07h 00m, é sempre à mesma hora, só que o táxi só vai lá se for para os levar a Mirandela, não vai lá para as levar à paragem de autocarros, não há nenhum taxista que faça isso, só vão na condição de os trazer para Mirandela.

A viagem de Soutilha a Mirandela penso que são cerca de 2,00€ de autocarros, as pessoas de São Pedro Velho pagam 20€, 30€, ou 40€, consoante o taxista, isto é para as pessoas terem noção do que se está a passar nas aldeias e quando se falou neste Protocolo da CIM-TTM, eu fiquei muito satisfeito, a Senhora Presidente sabe que eu vim aqui inúmeras vezes falar deste assunto, aquilo que as pessoas mais nos pedem, a mim é à Senhora Presidente da Junta, é que é um transporte público para Mirandela que não temos e de facto, eu não estou a imputar só a responsabilidade à Senhora Presidente, eu vi que houve um lapso, mas não está claro, aquilo que eu percebi foi que houve um engano em comparação com o transporte dos alunos, parece que houve ali um lapso, o tal lapso. Eu penso que não fizeram bem as contas em relação ao transporte dos alunos, mas isto iniciou em 2018, se não me engano, há cinco anos que iniciou. Eu só espero que não demore tanto como o aeroporto de Lisboa! Que há 50 anos que estamos à espera.

Fico muito triste por isto acontecer, por os oito Presidentes de Câmara da CIM-TTM levarem isto “ao de leve”, porque de facto só quem vive na aldeia sabe da dificuldade que as pessoas têm, penso que seria bom para a cidade, seria bom para as aldeias, seria bom para todos.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Concordo com as intervenções que foram feitas a propósito da Extinção por Mútuo Acordo: Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, a intervenção do Senhor Deputado *Rui Pacheco*, do Senhor Deputado *Paulo Pinto* a quem já vou responder, Senhor Deputado *Jorge Humberto* e Senhor Deputado *Carlos Pires*.

Acreditamos que era possível uma solução para a mobilidade dentro do nosso concelho, não havia verbas específicas para este contrato, eram as Câmaras que faziam o pagamento das verbas do contrato de concessão, havia era escala e integração de vários Planos de Mobilidade inter concelhio e dentro do mesmo concelho, pese embora esta passagem de competência da Câmara Municipal foi em 2016, obviamente que, nós temos, para além do transporte urbano, que como sabem é um transporte deficitário e com condições que teremos que melhorar, acreditamos todos que era possível fazer um concurso internacional para satisfazer as necessidades dos oito Municípios.

Nós aqui, assumimos em Assembleia Municipal que era a CIM-TTM que tinha esta responsabilidade, transferimos as competências na área da mobilidade, a autoridade municipal foi transferida no âmbito da mobilidade para a CIM-TTM e portanto, depois de cinco anos contados, chegamos a este ponto de extinção por mútuo acordo.

Aquilo que está em causa e obviamente que a Assembleia Intermunicipal vai dar conta desta situação a todos, foi o número de passes escolares que foram reportados ao operador, comparativamente com aquilo que existia na realidade, ou seja, a informação que alguns Municípios deram para a contabilização daquilo que era o contrato de concessão não correspondia à realidade dos passes escolares que estavam no contrato, os quais foram objeto do concurso público internacional.

Foi-nos solicitado dar conhecimento na Reunião de Câmara e à Assembleia Municipal e estamos agora já em resposta aquilo que nos foi questionado, estamos agora com este problema. Havia de facto a possibilidade de fazermos transportes a pedido, havia também a questão da substituição dos autocarros urbanos com motoristas, paragens e até temos um plano de paragens de autocarro para implementar e portanto, agora temos que estudar soluções com as Juntas de Freguesia. Obviamente que estamos a falar de realidades distintas, temos algumas Juntas de Freguesia em que estes, por mais distantes da sede do concelho temos mais

dificuldades em assegurar um transporte e depois temos duas realidades, temos a questão da realidade em âmbito escolar, em que temos os autocarros escolares que já fazem esse transporte, mas temos também o período de férias dos transportes escolares, que é um problema ainda maior, relativamente à totalidade das Freguesias.

Dado o tempo que estes concursos têm demorado, obviamente que temos que rapidamente implementar um Plano, por um lado questionar a CIM-TTM relativamente à competência da mobilidade e tentar assegurar, pelo menos numa primeira fase a questão da mobilidade urbana e também das aldeias com mais dificuldade em chegar à sede de concelho e também podemos, eventualmente estudar e desenhar uma estratégia de mobilidade, porque estávamos convencidos e convictos que isto nos ia resolver um problema estrutural, de décadas, que o concelho vive em relação às populações mais distantes e que obviamente não é favorável à coesão territorial, ou seja, uma das questões é as acessibilidades por um lado e também a capacidade de nós termos de nos movimentar dentro do mesmo concelho.

Nós implementamos já no anterior mandato os transportes escolares gratuitos, ou seja, todos os transportes escolares são gratuitos para os alunos, em relação às pessoas que precisam de transporte para uma consulta médica, ou outra situação, tentar encontrar soluções, até em conjunto com a Unidade Local da Saúde, para que possamos dar respostas, em conjunto com as Juntas de Freguesia. Esta é uma questão que vai estar em cima da mesa nos próximos tempos, obviamente com o apoio dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia.

Relativamente ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, eu julgo que já respondi. Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Carlos Pires*, concordo em absoluto com aquilo que falou, evidentemente que foram cinco anos a aguardar esta solução, já tivemos outro concurso público que também ficou deserto e teremos que ir por nossa conta, vamos ver quais são as condições de sermos nós a encontrar soluções, ainda que sob o ponto de vista temporário, enquanto o concurso não avança de forma definitiva e também saber junto da CIM-TTM e dos Técnicos, eu sei que está um Técnico só afeto à mobilidade, quanto tempo é que demorará um novo concurso, porque se demorar como demorou até aqui, já lá vão mais de cinco anos, julgo que não é razoável continuarmos à espera dado que as nossas populações estão cada vez mais envelhecidas, com maior dificuldade de transporte.

Nós fizemos o transporte das populações quando foi da vacinação da Covid-19, foi um investimento muito avultado, temos consciência que qualquer solução de transporte é uma solução que fica cara, mas acho que o investimento é importante fazer-se e vamos analisar o investimento que temos de fazer nesta solução.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS PIRES* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Peço desculpa, eu tinha parte da solução para São Pedro Velho e esqueci-me de a apresentar. Há um aluno que vem para Mirandela, há um táxi que o apanha em São Pedro Velho por volta das 07.00 horas para apanhar o autocarro na Soutilha às 07.20 horas. O que eu queria saber era, se é possível esse táxi que é de sete ou oito lugares, que vai buscar esse aluno, se poderia transportar as pessoas até à paragem caso seja viável, ou possível, não sei como é que isso funciona. Penso que isso resolveria grande parte do problema. Neste momento o táxi só transporta aquele aluno, se isso fosse possível já era muito bem, eu não sei se é possível ou não.

Outra questão que eu queria colocar é se de facto as Juntas de Freguesia podem ou não efetuar, falou ai no transporte dos doentes para a cidade, agilizar isso com as Juntas, eu queria saber era se as Juntas podem transportar os seus fregueses ou não, porque isto no fundo é um transporte público, eu na altura, enquanto Presidente de Junta fui questionado sobre isso e eu hesitei sempre porque eu não sei se é possível, porque quando corre tudo bem está tudo bem, mas se há um problema é uma chatice, eu não sei se é um transporte público, não sei se isso é possível ou não. Mas eu penso que o aluno que vai no táxi, julgo que poderia ser uma grande ajuda para solucionar o problema, se pudesse transportar meia dúzia de pessoas até à paragem de autocarro.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, vai ter que me explicar melhor esta situação, eu não vou ficar calado com esta subtilidade de explicação e tão simplista como é um assunto tão grave que está em cima da mesa.

Como a Senhora Presidente sabe a CDU não faz parte da Assembleia da CIM-TTM, não tivemos os votos suficientes, como teve o PSD e teve o PS, para estarem representados, não só a nível autárquico, com os Senhores Presidentes de Câmara eleitos, mas também na Assembleia onde estão os Senhores Deputados, neste caso está ali o Senhor Deputado *Paulo Pinto* que vai às Assembleias da CIM-TTM e há pouco dizia à Senhora Presidente que não iam lá fazer nada, provavelmente não andam lá a fazer nada desde que a CIM-TTM apareceu, é o que me apraz dizer neste momento, não andam lá a fazer nada, mas o problema é que as coisas acontecem e vão acontecendo e depois vimos para aqui a discutir aquilo que nos apetece, ao que parece para ser mais bonito.

Senhora Presidente, a Senhora Presidente na sua explicação disse o seguinte: “As verbas para o orçamento da CIM-TTM, ou seja, para o Plano de Mobilidade vinham das Câmaras Municipais...”, ou seja, a CIM-TTM não tinha um orçamento próprio para o problema da mobilidade.

O que eu pergunto é: Se as verbas vinham do orçamento das Câmaras Municipais, das oito que fazem parte, porque Bragança não quis entrar neste joguete e provavelmente lá teria as suas razões. O que é que aconteceu? O tal lapso que a Senhora Presidente disse aqui foi que, o número de passes reportados pelas Câmaras Municipais não foram corretos, ou seja, disseram que eram menos passes e afinal eram mais, ou eram mais passes e afinal o número foi a menos?

Senhora Presidente, vamos ser claros com isto, isto é estar a brincar com as pessoas, então as próprias Câmaras Municipais, que têm do seu orçamento municipal e compartilham o orçamento da CIM-TTM para o Plano de Mobilidade, vão prestar informações falsas à CIM-TTM, ou ao consórcio para o concurso internacional? É que tem que me explicar isso, porque isso ainda é mais grave, ou seja, andamo-nos a enganar a nós próprios, não é Senhora Presidente? Eu tenho que ficar esclarecido sobre esta matéria e já agora Senhora Presidente, vai ter que me explicar e vai ter que me dizer, qual era a verba que a Câmara Municipal de Mirandela ai despende do seu orçamento para entregar para o orçamento da CIM-TTM para o Plano de Mobilidade?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Carlos Pires*, o transporte escolar é um transporte específico, abrimos um procedimento especificamente para o transporte escolar, temos que estudar essa situação de forma a ser complementar ao transporte de mais pessoas. Eu proponha que se fizesse um estudo daquilo que é o transporte que temos atualmente escolar e que, como fazemos os mini circuitos de ligação entre várias aldeias e um ponto para a carreira regular, possamos, em período escolar e período não escolar, porque o problema também está no período não escolar, porque esse transporte existe enquanto houver aulas, depois nos períodos de férias não existe, e portanto, aquilo que eu proponho é que façamos esse estudo em conjunto com o Setor da Educação, no sentido de ver se essas soluções para as carreiras regulares conseguimos adotar transportes para todos, obviamente com um número limitado, porque nós sabemos que os táxis têm um número limitado de passageiros, ou se eventualmente poderá ser outra solução como estava preconizado nestes contratos, que era o transporte a pedido

Eu julgo que, as soluções poderão passar por um complemento àquilo que é o transporte escolar, podem passar por um transporte a pedido, dependerá muito de quando e a que horas, é que tem que sair o transporte e qual é a ligação que depois existe e a quantidade de pessoas que têm necessidade desse transporte.

Há situações mais fáceis de resolver, porque estão mais perto da cidade e até da vila da Torre de Dona Chama, mas há outras evidentemente mais difíceis.

Relativamente à questão do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, eu proponho que os Órgãos Municipais façam um pedido à CIM-TTM, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal através dos Órgãos Municipais, que façam o pedido à CIM-TTM, no sentido do esclarecimento técnico, daquilo que questionou o Senhor Deputado *Jorge Humberto*.

Relativamente aos valores envolvidos, dependeria muito daquilo que ficou contratualizado, do contrato de concessão e das condições e com o contrato de concessão que concorreu, mas estaremos a falar de perto de 750 mil euros, que ficava à Câmara Municipal de Mirandela, o transporte a pedido, os circuitos urbanos e os transportes das aldeias para a cidade, incluindo também os transportes escolares.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Senhora Presidente disse que as verbas que saiam do orçamento da Câmara Municipal para o orçamento da CIM-TTM eram de cerca de 750 mil euros por ano? E dos outros Municípios provavelmente também seria esse valor? Alguns menos. Gostaria desse pedido de informação através da Mesa da Assembleia Municipal. Mas só para deixar aqui uma nota Senhora Presidente, sabe porque é que este lapso cai mal? Deus queira que eu esteja errado, mas a percepção que fica Senhora Presidente, é que nem a Câmara Municipal de Mirandela tinha os 750 mil euros de orçamento para disponibilizar para a CIM-TTM, como as outras Câmaras também não o tinham, porque se não, Senhora Presidente, a Senhora Presidente com 750 mil euros fazia um Plano de Mobilidade no seu concelho com uma “perna às costas”.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só para dar uma informação ao Senhor Deputado, isto está cabimentado de forma plurianual e se for ao próprio Orçamento verá que temos uma rubrica deste cabimento.

#### **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

### **4.4 - Certificação Legal de Contas – Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda. – Relatório 1.º Semestre 2023.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 21/09/2023, que se transcreve:

#### **“A Câmara Municipal tomou conhecimento.**

#### **Submeter este Relatório à apreciação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Isto são números, não há muito que fugir aqui, eu só vim aqui por um motivo muito simples que é, a minha intervenção na anterior Assembleia sobre aquilo que foi a execução orçamental, na altura recorde-me de dizer que, quando há um Orçamento é a linha que vai ser o guia daquilo que vai ser o ano financeiro da Câmara neste caso e como estamos aqui a discutir políticas, é um bocado por aí. Eu números não vou discutir, não vou estar aqui a dizer se tem mais um euro, ou se tem menos um euro, é a linha, é aquilo que define e isso, neste Relatório há aqui algumas coisas que nos preocupam.

A taxa de execução, voltamos a falar, vamos ter problemas, vamos ter um Orçamento retificativo quase de certeza absoluta, porque aqui já fala que já há aqui um desvio de quase 14%, 15 %, andará por aí portanto, a continuar assim vamos chegar ao fim e vamos ter cerca de 30 %, 35 % do Orçamento que não vai ser executado. Pode haver alterações entretanto, mas tudo leva a crer que é assim, é a linha. Tem sido pautado, na altura disse que era uma questão de coerência e de facto mantém-se essa coerência, não há grande dúvida.

Eu tinha uma questão também, mas a Senhora Presidente já respondeu, a pergunta já ficou respondida, mas apraz-me fazer um comentário sobre esse assunto, que é a questão do prazo médio dos pagamentos aos fornecedores, é preocupante, eu sei e acredito que tivesse vontade que fosse melhor, eventualmente fazer um esforço maior para que isso reduza, mas 120 a 150 dias de prazo

médio de pagamento, eu posso-lhe garantir uma coisa, qualquer fornecedor que tenha um cliente com estas condições, provavelmente as dívidas que tem são dadas como incobráveis e isso não abona muito pelo menos, quanto mais não seja ao bom nome da Câmara Municipal. Sei que eventualmente será uma preocupação sua, sei que é um problema, não só desta Câmara, mas eventualmente de outras, mas vamos bater na parte seguinte, que é a questão das receitas próprias.

As receitas próprias são um problema gravíssimo que tem e a gente continua a ver que continua a diminuir, os custos fixos da Câmara continuam a aumentar, o que significa e viu-se, vai-se ver agora com o aumento do quadro de pessoal, os custos com pessoal nos primeiros seis meses aumentaram, é um custo fixo como outro qualquer, mas há uma necessidade de redução e eu gostava de saber qual é que é a sua ideia e a dos Senhores Vereadores, qual é que é a ideia que têm para uma redução cabal, porque se não, aqueles problemas que o meu colega *Paulo Pinto* estava a falar há pouco, tornam-se mais prementes.

A gente faz investimento, precisamos de dinheiro próprio para cobrir a parte que compete à Câmara Municipal pagar, não temos, ficamos a dever. De resto, não tenho mais nada a dizer a não ser que, o próprio ROC – Revisor Oficial de Contas, vê com muita dificuldade de gestão estes próximos seis meses.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço a intervenção do Senhor Deputado *João Reis*, relativamente ao Relatório de Auditoria e Acompanhamento a 30 de junho, temos bem consciência das preocupações relativamente aos prazos médios de pagamento, não podemos esquecer que este ano tem sido um ano particularmente difícil, nós tivemos um aumento brutal com os custos de recursos de energia, ou seja, nós tivemos um aumento com os combustíveis, apesar das soluções que encontramos para o autocontrolo relativamente a viaturas municipais, tivemos também um aumento no vencimento dos trabalhadores, que também ficou a cargo do Orçamento Municipal, ou seja, tudo influenciou de forma definitiva as despesas fixas e por outro lado, as receitas próprias evidentemente não têm tido o aumento que desejaríamos.

Nós fizemos já no início deste ano um plano de recuperação de receita, as Câmaras Municipais, na sua maioria, a não ser que tenham empresas municipais para cobrança, têm muita dificuldade em cobrar receita, nós tínhamos dívidas a nível de água, a nível de cobrança de água imensas, começamos a reduzir a dívida de água já antes do período Covid-19 e depois interrompemos no período Covid-19, o que levou a que muitos dos consumidores tivessem pagamentos em dívida.

E dizer que é preciso, como disse há pouco, perceber também qual é a vossa estratégia, porque se por um lado é considerado que devemos fazer investimento, eu acho que todos concordamos, por outro lado também temos a questão da receita e a questão da receita é sempre aquela situação que as Câmaras não se preocupam, mas temos mesmo que nos preocupar com a receita e ao nos preocuparmos com a receita e também com o controlo da despesa, não só as transferências para coletividades, custos para eventos, é preciso fazer este equilíbrio e portanto, quando nós não temos e o serviço da dívida, que também é um serviço importante e que os juros deste ano, nós tínhamos cabimentado e orçamentado até dezembro, foram consumidos até abril. Isso quer dizer que, obviamente que não estamos em desequilíbrio financeiro como estivemos, mas estamos com valores que temos de controlar e temos feito várias ações nomeadamente, um contributo de todos aqueles que utilizam equipamentos municipais, um contributo de todos aqueles que no fundo são servidos pela Câmara Municipal a nível de saneamento, resíduos urbanos, mas essas questões são questões que o PSD não está preocupado, porque mantém a proteção aquilo que é o não pagamento à Câmara Municipal, mas estão preocupados e bem, com a situação financeira, mas essa preocupação com a situação financeira também deveria ser visível nas próprias atitudes e na defesa daquilo que são receitas próprias da Câmara Municipal.

Porque não basta dizer-se que estamos preocupados com a gestão financeira, também temos de ser solidários com algumas medidas que nós estamos a implementar e que fazem parte do discurso político e da estratégia política, que é utilizador/pagador, porque não é possível controlar só a despesa que temos feito, como também temos que aumentar a receita, as receitas próprias.

Nós fizemos uma opção estratégica política relativamente à questão do IMI e do IRS e por isso, temos consciência de que todas essas diminuições à taxa variável, têm impacto direto naquilo que é o rendimento das famílias, mas por outro lado também têm impacto direto nas receitas próprias.

Vamos amanhã ter um Congresso das Autarquias Locais e uma das questões que está em cima da mesa é a alteração da Lei das Finanças Locais, é urgente a alteração à Lei das Finanças Locais, as Câmaras Municipais, neste momento a sua grande maioria estão a ultrapassar tempos muito difíceis em virtude de tudo o que é a conjuntura e o contexto nacional, o fim de um Quadro Comunitário de Apoio com as obras todas em execução e com os pedidos de pagamento em atraso, relativamente às obras que estão em execução, ou seja, isso cria alguma dificuldade nos períodos médios de pagamento e obviamente naquilo que diz respeito à própria execução, porque temos que executar, temos que investir e tem este impacto direto.

No seu todo a análise económica e financeira a 30 de junho, apresenta por outro lado, um *cash flow* positivo, no valor de 610 mil euros no primeiro trimestre de 2023, mas julgo que essa preocupação tem que ser partilhada entre todos, obviamente o contexto nacional e mundial também não ajuda.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, fico contente que tenha a mesma preocupação que nós e como deve calcular não era eu que lhe ia dar as soluções, fiquei muito contente de saber que está em desacordo com o nosso líder nacional e com o seu líder partidário, vai amanhã, pelo que percebi, fazer uma reivindicação para disponibilizar mais verbas para os Municípios., pelo que percebi das suas palavras, foi a Senhora que disse, que amanhã ia solicitar mais meios, acho que sim, tem todo o nosso apoio sobre essa questão.

Eu entendo aquilo que disse relativamente ao aumento dos custos de combustíveis, nada mais do que aquilo que passam as nossas famílias todas, é que é tudo, é crédito, é tudo isso, a grande diferença é que tem que haver uma opção clara sobre aquilo que é o serviço público, o serviço público, parece-me a mim, são os transportes, pessoas carenciadas, tudo isso é serviço público que a Câmara tem de fazer e confesso que, eu falei nos 13 % de aumento do custo com o pessoal, a Senhora Presidente teve o cuidado de falar nos outros custos todos, eu só falei no custo com o pessoal, não foi por acaso, porque esse é fixo, mas é opcional, porque a

não ser que seja por reformas e aí tem de se meter as pessoas para se substituir, se for para meter mais gente a trabalhar na Câmara, eu adoraria que o aumento do pessoal fosse com base no aumento da população, da necessidade de haver mais serviço, duplicar os serviços porque há muita gente.

Os custos fixos repare, o gasóleo a Senhora Presidente consegue reduzir e aumentar conforme as necessidades, o custo com o pessoal não consegue, ou bem que paga, ou então não paga porque não tem, mas não vai mandar embora as pessoas, não vai fazer um despedimento coletivo dentro da Câmara Municipal, pois não?! Parece-me a mim.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu falei nos recursos humanos, falei precisamente nos recursos humanos, falei no aumento dos vencimentos, que foi fixado em janeiro de 2023, todos sabemos, sem que para isso o nosso FEF tivesse tido uma adaptação aquilo que foi o aumento com os vencimentos e também dizer-lhe que, relativamente ao recrutamento, obviamente que foi feito com base nas necessidades e, como expliquei há pouco, que é evidente por um lado a situação dos Assistentes Operacionais, por exemplo nas escolas que temos recrutado ao longo de muitos anos, como sabem, contratos Emprego Inserção, julgo que nas escolas é obrigatório termos um quadro de pessoal e também no combate à precariedade, que todos queremos instituir e por isso, estamos empenhados em fazer este recrutamento, mas obviamente que quando eu falei na Lei das Finanças Locais, a Lei das Finanças Locais já está a ser estudada a sua alteração há muito tempo.

Eu só falei no Congresso das Autarquias porque efetivamente este é um problema transversal às Autarquias, sempre e quando as Autarquias do interior não têm receitas próprias, como têm os grandes centros urbanos, que só em água, taxa turística, como Porto, Lisboa e outras, outras receitas que vêm de IMI e IRS e não têm custos de manutenção de infraestruturas, que nós aqui no interior temos, porque temos quilómetros de ramais, ou seja, a nossa realidade não é comparável em termos orçamentais a um grande centro urbano, em que tem efetivamente numa rua utilizador/pagador, coisa que nós não temos em cinco, ou seis, ou sete aldeias com quilómetros de distância entre si e por isso, a nossa realidade é evidentemente diferente e temos que ter soluções adaptadas aquilo que é a realidade dos nossos Municípios de pequena e média dimensão, em particular quando temos menor densidade populacional, mas temos mais território e temos uma dispersão territorial muito grande.

Esta é a grande discussão que há na Lei das Finanças Locais, no princípio de coesão territorial, nós não podemos ser tratados com os mesmos índices de FEF que os outros Municípios eventualmente estão a ter. Esta fórmula nas quais as Câmaras Municipais estão a receber o seu FEF tem que ter em conta nomeadamente, a nível de território, porque efetivamente nós, como sabem, temos custos de deslocação, mesmo até na mobilidade, que não é de todo semelhante aquilo que existe no litoral do país e todos concordamos e acho que é transversal a todas as situações. Obviamente que o serviço público vê-se nas mais variadas, a manutenção dos espaços, a mobilidade, os próprios serviços do ambiente, isso faz com que nós tenhamos que ter, por um lado a adoção de técnicas até de diminuição dos combustíveis, como temos agora os carros elétricos e apostar fortemente na questão da energia solar em edifícios municipais.

Este é um caminho que perspetivamos ser para diminuir os custos da energia, mas obviamente isso requer um investimento e esse investimento tem que ser feito, não só a nível de um investimento primário que é a colocação dos painéis solares, por exemplo e outro tipo de energias limpas, quer sob o ponto de vista ambiental, quer sob o ponto de vista económico.

#### **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

#### **4.5 - Proposta de Alteração do Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Mirandela.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 21/09/2023, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:**

- 1 - Aprovar a alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Mirandela;**
- 2 - Submeter este documento à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais *NELSON TEIXEIRA*, invocaram o art.º 9.º e as alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 69.º do Código do Procedimento Administrativo, ausentando-se da Sessão não tendo por isso participado na discussão e votação do supra referido assunto.

----- Efetuada a votação e estando 46 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 12 abstenções e 34 votos a favor, aprovar a Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Mirandela.**

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Como um treinador também decide qual é que é a equipa com que vai a jogo, também a Senhora Presidente deve saber e tem o direito de escolher como é que organiza o Município e o seu trabalho, ficamos à espera dos resultados práticos.”

#### **4.6 - Proposta de Abertura de Dez Procedimentos Concursais e Constituição dos Respetivos Júris.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 21/09/2023, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, conforme proposto:**

- 1 - A abertura de recrutamento de dez procedimentos concursais para preenchimento dos dez cargos de direção intermédia de 2.º e 3.º grau;**
- 2 - A composição do júri do procedimento concursal para recrutamento dos cargos mencionados e a designação dos júris com as composições enunciadas na supra referida proposta.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais *NELSON TEIXEIRA*, invocaram o art.º 9.º e as alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 69.º do Código do Procedimento Administrativo, ausentando-se da Sessão não tendo por isso participado na discussão e votação do supra referido assunto.

----- Efetuada a votação e estando 46 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 12 abstenções e 34 votos a favor, aprovar a abertura de recrutamento de dez procedimentos concursais para preenchimento dos dez cargos de direção intermédia de 2.º e 3.º grau, bem como, a composição do júri do procedimento concursal para recrutamento dos cargos mencionados e a designação dos júris com as composições enunciadas na supra referida proposta.**

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Por uma questão de coerência com o Ponto anterior, nós continuamos a abster-nos e ressaltamos que, não num passado muito distante a Senhora Presidente e o Partido Socialista, à data Oposição, criticavam quando apenas existiam quatro postos e agora acabam de os duplicar.

É esta a coerência que temos aqui nesta sala.”

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A estrutura orgânica da Câmara Municipal e aquilo que estamos neste momento a abrir é coerente por um lado, com a descentralização de competências que tivemos, ou seja, nós tivemos uma simplificação e uma redução de chefias quer das chefias de 1.º grau, Diretor de Departamento que não temos e portanto, ficamos com seis Divisões somente e as Unidades Orgânicas de 3.º grau tornaram-se efetivamente uma necessidade porque, nós estamos a falar de um quadro de pessoal, por exemplo, a nível de recursos humanos de muita abrangência estava, à data de 2017, previsto também haver alterações no que dizia respeito ao sistema de águas, saneamento, isso não chegou a acontecer. Temos, por outro lado uma exigência muito maior, por exemplo, nas contraordenações rodoviárias, que também passaram para a competência das Câmaras Municipais, ou seja, houve uma alteração do contexto nacional, das competências que neste momento são muito maiores em vários níveis de intervenção e de atuação que, obviamente nos obrigam a ter uma disponibilidade de quadros e de responsáveis intermédios superior aquilo que existiu no mandato passado.

As organizações adaptam-se e têm obrigação de se adaptar às novas exigências, a Câmara Municipal assumiu várias tarefas e atividades de grande responsabilidade e por isso obviamente, temos que adaptar aquilo que é a nossa atividade e aquilo que são as necessidades do dia-a-dia e é essa a nossa função, é ir equilibrando entre aquilo que é a orgânica e aquilo que são as novas competências.

## **Outros Assuntos de Interesse para o Município**

### **5 – Outros Assuntos de Interesse para o Município.**

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha intervenção visa abordar, ao de leve, a Semana da Mobilidade festejada no Município na semana passada.

A União Europeia promove desde o ano de 2020, a mobilidade incentivando as populações à utilização de meios de transportes alternativos. Aos Municípios compete promover novas alternativas de transporte, com a implementação de redes de transportes públicos, criação de vias pedonais, para os ditos Modos Suaves.

Em Mirandela festejou-se na semana passada a Semana da Mobilidade, com um vasto programa, digo, pouco divulgado e com pouca participação. Volvidos 23 anos, sobre o início deste programa de mobilidade, perguntamos qual o balanço?

É dever dos políticos modificar o dia-a-dia das populações para melhor, quantos são os utilizadores de bicicleta de forma regular nos seus dias, quer para o trabalho, quer para a escola?

Sabem quantos Municípios utilizam estes modos de transporte? Por exemplo, quantos alunos e professores usam estes meios de transporte no dia-a-dia para os seus trabalhos? E sobre o passeio de domingo, se é que o Senhor Vereador se revê na fotografia que tirou, publicada na página do Município, onde está e muito bem, porque a sua presença é importante, é muito melhor ter vindo, do que não ter estado, mas acompanhado apenas de três, ou quatro, ou cinco participantes, se é essa a Semana da Mobilidade e é essa a imagem que queremos passar para o exterior? Porque quer queiramos, quer não, os Municípios limítrofes observam-nos e também nos avaliam.

----- A Senhora Deputada Municipal *DANIELA RODRIGUES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

“Intervenho para falar sobre um tema que considero de extrema importância para o nosso concelho: a sensibilização civil para a utilização do programa "Recolha de Monstros".

Este programa, que é uma parceria entre o Município de Mirandela e a Resíduos do Nordeste, tem como objetivo recolher resíduos de grandes dimensões, como eletrodomésticos, móveis e entulho, de forma gratuita e responsável.

Acredito que este programa é uma excelente ferramenta para a promoção da sustentabilidade e da proteção do ambiente no nosso concelho. É uma oportunidade para as pessoas se livrarem de resíduos que, de outra forma, seriam abandonados no meio ambiente, causando poluição e degradação.

No entanto, é importante que as pessoas sejam sensibilizadas para a utilização deste serviço. Por isso, apelo a todos os munícipes, aproveitando a divulgação *online* para que se informem sobre o programa da "Recolha de Monstros" e para que o utilizem sempre que necessário. Bastando para isso agendar a recolha, ligando para o 278 200 200 / 800 205 791 ou utilizando a aplicação móvel MirandelaAtenta.

Para além da sensibilização civil, é também importante que o Município de Mirandela continue a investir na divulgação deste programa, campanhas de sensibilização ações de esclarecimento junto da população disponibilizar informação sobre o programa nos meios de comunicação.

Estou certa de que, com o esforço de todos, podemos contribuir para a redução da poluição no nosso concelho e para a proteção do ambiente.”

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Duas notas muito breves, uma é relativamente ao campo de ténis, faz agora um ano, na última Assembleia Municipal de setembro de 2022, que o Senhor Deputado da CDU *Jorge Humberto*, tinha perguntado à Senhora Presidente como ter acesso ao campo de ténis, porque aquilo estava fechado, acho que havia um grupo de *Whatsapp* que era necessário pedir a chave para praticar a modalidade e a Senhora Presidente respondeu que efetivamente a obra ainda não tinha sido rececionada, que estava em fase de teste num grupo de ténis, para ver efetivamente o piso estava em condições ou não.

De facto é que no início deste ano verifiquei que andaram com obras nesse campo de ténis, tenho visto ultimamente que já se está a praticar a modalidade de ténis com alguma regularidade, o facto é que, eu já fui lá três vezes e aquilo está fechado à chave. Se é preciso recorrer outra vez ao grupo de *Whatsapp*, se há algum número para ligar, qual é o procedimento que tem de se fazer? E se é que vai ficar assim. Eu acho que aquele campo no mínimo, eu já não digo um WC, mas no mínimo um ponto de água merecia, pode haver uma queda de um atleta, dá a sede, ou então têm algum protocolo com o Continente para as pessoas se deslocarem às casas de banho do Continente.

Relativamente ao lixo, queria deixar uma nota, de que a empresa este verão deixou muito a desejar na recolha do lixo, os ecopontos estavam superlotados, sou da opinião de que cada aldeia devia ter no mínimo mais um ecoponto e aqui como a Senhora Presidente diz, se não se recebe, não se pode pagar, precisamos e as pessoas estão a pagar a taxa do lixo e não estão a ter um serviço como elas merecem.

Eu, relativamente à lavagem dos contentores do lixo, eu quase me atrevo a dizer que não são lavados, eu sei que no último concurso eram lavados uma vez por mês, neste último concurso eram lavados duas vezes por ano, mas fica a dúvida se efetivamente eles são lavados no mínimo uma vez por ano e o que é grave, é que tudo o que seja lixo e que seja vidro, ou plástico, ou papelão que esteja fora do ecoponto, eles não levam e fica lá o granel, vêm os cães e espalham aquilo tudo. Eu gostava que tomasse medidas também sobre esta matéria.

Relativamente às escolas, eu sei que não é com o Executivo mas tem uma palavra a dizer, já foi falado aqui pelo Senhor Deputado *Virgílio Tavares* e outros e vocês recentemente fizeram a inauguração do melhoramento da Escola Luciano Cordeiro com pompa e circunstância, mas é preciso referir que a Escola Secundária tem pavilhões em que o aquecimento não é ligado, eu até diria que há alunos de primeira e de segunda, a via profissional está nuns pavilhões muito degradados, há pavilhões que não têm internet, eu acho que era preciso tomar medidas também sobre essa matéria. É um caos, é um caos alunos com 16, 17 anos, são jovens mas já não são miúdos, já são uns adolescentes que precisam de alimentação, arroz com um bocadinho de atum enlatado, já não digo posta grelhada, é uma lata de atum com arroz, é só aquelas massas com sei lá o quê! E depois, se estivermos atentos à hora do almoço é um corrupio para o Continente e para aqueles bares ali próximos, porque da parte da tarde no bar da escola nem sandes de manteiga tem, não tem nada. Andamos aqui a combater a obesidade e o colesterol e mais não sei o quê nas crianças e elas só andam a comer “porcarias”.

Eu acho que aqui o Executivo tem uma palavra a dizer, se efetivamente 1,46 € não chega para a senha, ponham 3 €, ou 4 €, mas que comam, se as famílias carenciadas não podem, para isso há a Ação Social da Câmara Municipal, deem o apoio a esses alunos, ou então façam aquilo que no passado, num passado muito recente se fazia, os alunos da Escola Secundária podiam ir comer ao IPB e comiam uma refeição em condições.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Um dos temas quentes dos últimos tempos é a habitação e mais concretamente no último mês, o tema alojamento estudantil voltou a ser abordado devido ao facto de existir uma procura mais acentuada e motivada pelo arranque de um novo ano letivo, onde milhares de jovens procuram alojamento no local onde escolheram estudar.

Se antigamente o mais difícil para um estudante era terminar aquela cadeira difícilíssima no final do seu ciclo de estudos, agora é mesmo antes de entrarem na nova sala de aulas que têm o seu maior desafio, saber se têm uma cama disponível na cidade que os acolheu.

Mirandela não fica de fora deste problema. Também em Mirandela existe falta de camas disponíveis para acolher os alunos de fora que escolheram a ESACT, a EPA e a Esproarte para se profissionalizarem.

Sabemos que o Plano Nacional de Alojamento no ensino superior tão propagandeado pelo Governo socialista está atrasado e por esse motivo falhou redondamente às expectativas que criaram nos cidadãos.

Mirandela também foi contemplada com duas candidaturas a este plano, sendo que uma candidatura seria para a transformação do antigo Hotel Mira Tua em residência de estudantes que permitia a criação de 62 camas com um custo de 1.9 milhões de euros e que foi afirmado em agosto de 2022 pela Sra. Diretora da ESACT que seria a primeira obra a ficar pronta. A segunda candidatura incidia na construção de uma nova residência junto ao campus da ESACT com um custo de 3.7 milhões de euros que permitia a criação de 180 camas. Ainda em agosto de 2022 soube-se que a candidatura do hotel ficou em sétimo numa listagem de 33 projetos e a candidatura da residência ficou em sexto numa lista de 120 candidaturas. Face a estes resultados criaram-se grandes expectativas junto não só da comunidade estudantil, mas também da comunidade mirandelense pelos motivos óbvios, mais camas no mercado permitiria um alívio na lei da oferta/procura e por sua vez abrandar a escalada de preços nas rendas.

Fogo-de-artifício lançado! E agora? Senhora Presidente vou antecipar uma das respostas que me vai dar: “O município não teve qualquer interferência”. Tem razão! Mas o município em representação de todos os mirandelenses não deveria estar interessado em saber em que ponto estão estes projetos ou candidaturas? Sabemos que o concurso da nova residência junto à ESACT já foi lançado, mas este certamente não será concluído na melhor das hipóteses até ao final deste ano e o prazo é de 447 dias, ou seja, em 2024 não vai haver residência. Pelo que questiono quais são as ações que o município fez ou pondera fazer relativamente a este atraso que provoca preocupação nos estudantes e comunidade mirandelense?

Voltando ao tema geral da habitação, em 2020 apresentaram-nos uma Estratégica Local de Habitação, com um plano de ação definido, com a Estruturação das Soluções Habitacionais, identificação de necessidades de realojamento, necessidade de intervenção em habitações próprias, aquisição para reabilitação, construção, arrendamento para subarrendamento, entre outras ações.

Uma vez que os planos aprovados e discutidos nesta assembleia não são e não podem ser apenas documentos decorativos ou para figurarem no *site*, mas sim, estratégias e planos a concretizar, questionamos:

- Quantos imóveis foram adquiridos para reabilitação, em 2022 e 2023?
- Quantas habitações foram construídas pelo Município, em 2022 e 2023, no âmbito da Estratégia Local de Habitação?
- Quantas habitações foram intervencionadas nas freguesias?

Ainda sobre esta temática e recuando mais um pouco no tempo, em 2018 foram delineadas as Áreas de Reestruturação Urbana e as suas estratégias, que previam a revitalização, por exemplo, do centro histórico/urbano, com benefícios fiscais e afins que visavam promover a sua plena ocupação. Quais os resultados? E o que falhou?

Mirandela vive um problema crónico de inflação de preços (terrenos, imóveis, rendas) que se agravou proporcionalmente ao agravamento inflacionista. Que medidas tomou o Executivo nos seus 6 anos de governo autárquico para consagrar o 1.º Direito e efetivar o seu cumprimento para os mirandelenses, evitando a sua fuga para concelhos limítrofes por melhor oferta de preço e que Mirandela se torne uma cidade-fantasma?

As pessoas que optam por morar em Valpaços, Vila Flor, Macedo de Cavaleiros por maior acessibilidade à habitação, acabam por gerar economias nos locais onde habitam e empregos (pois se aí moram, fazem aí as suas compras, necessitam de serviços e bens na proximidade) que são irremediavelmente subtraídos a Mirandela. Isto tudo resulta em perda de população residente, de economia, de empresas e de empregos. Que está o município a fazer para resolver este problema e evitar, mais uma vez, que com a sua falta de visão/estratégia/horizonte Mirandela não fique a ver o desenvolvimento passar para os concelhos vizinhos?”

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa *LUÍS ESTEVES* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Trago aqui 23 fotografias sobre a Zona Verde nas épocas festivas, o início da época festiva, o final e o que nos deixaram, eu, como várias pessoas sabem, tenho a exploração do bar da praia fluvial da Zona Verde, no qual pago a renda ao Clube Fluvial, tenho a exploração do restaurante da Maravilha no qual pago a renda aos Bombeiros Voluntários de Mirandela, tive o privilégio de trabalhar todos os dias do mês de julho até ao dia 30 de agosto, assisti à destruição da Zona Verde e para quem é de Mirandela é doloroso, vou dar as fotografias à Mesa.

Como fui abordado por alguns comerciantes para falar da situação da festa, o que é que a festa nos dá a nós, comerciantes, ou o que é que nos retira, porque neste momento e nestes moldes acho que nos prejudica mais do que nos está a ajudar. Não será uma crítica ao esforço físico de todas as pessoas que fazem a festa, porque nesse aspeto temos que lhe dar os parabéns, porque apercebemo-nos que é um esforço físico, um esforço familiar que é voluntário e isso por vezes é doloroso ouvir as críticas, mas perante o que aconteceu este ano, temos de ter a capacidade de ver o que é que correu mal e houve muita coisa a correr mal.

Em relação aos comerciantes, apercebemo-nos nós que trabalhamos melhor depois da festa do que antes e durante a festa, as atividades começaram a 15 de julho, há um desespero porque na altura que as pessoas começam a montar as coisas, há um

compromisso de pagamento à Confraria e as pessoas têm medo de não ter rentabilidade e então parece que vale tudo, vale tudo e depois ninguém vigia nada, a destruição na montagem da festa na zona verde é dolorosa, como poderão comprovar nas fotografias.

Polícia, pessoal da Câmara, Confraria, pessoal da Junta de Freguesia, no momento da montagem não vi nada, não sei se poderei dar as fotografias para poderem acompanhar a conversa.

Na fotografia n.º 1 e n.º 3 a destruição da Zona Verde é notável, o abuso do estacionamento é impressionante durante a época festiva, por vezes parece mais um campo de campismo ilegal, é impressionante.

Eu fui várias vezes à festa de noite, com as luzes, com o cheiro das bifanas está-se lá bem, mas quem trabalha de dia, que se põe a pé às 07.00 horas e via os varredores da Junta de Freguesia a ter que levantar as cadeiras pra deixar a Zona Verde minimamente limpa, é doloroso, aquela poluição visual é de loucos, valia tudo e ninguém vigiava nada.

Perante o que aconteceu este ano e se isto acontecer para o ano, que eu acho que é o mais normal acontecer o mesmo, acho que somos todos culpados. Neste momento quem passa na Zona Verde está verde, chegamos ao Natal bebemos uns copos e em janeiro é apresentada a festa nos mesmos moldes e eu acho que isto não pode acontecer.

Têm aí várias fotografias de lixo, mais uma vez dou os parabéns aos varredores da Junta de Freguesia, fizeram um trabalho excelente, porque eles acham-se no direito de deixar o lixo conforme querem e lhes apetece, vale tudo e nestas fases da festa de Mirandela houve vários autocarros de turismo a parar na Zona Verde, estavam ali 15, 20 minutos e iam-se embora por causa do cheiro.

Na fotografia n.º 20 vê-se lixo na rua e tinha chegado um autocarro com os turistas que estão à frente com as suas merendeiras a comer, que imagem leva esta gente de Mirandela. O que é que acontece, Mirandela sendo eu comerciante nesta área, o que é que eu me apercebo, apercebo-me que a destruição visual de Mirandela, quando nós damos o melhor que temos, que é o Parque do Império e a Zona Verde, porque vale qualquer tipo de barraca, aquela imagem daquela barraca que estava em frente ao Espelho de Água, café que dá trabalho a funcionários, tem que ter o HCP e depois põe-lhe ali uma barraca sem mais nem menos, mesmo em frente. Eu acho que isto é um desrespeito para com todos nós comerciantes que temos postos de trabalho durante o ano todo.

A festa é feita mais para o comércio de fora, eles acham-se no direito de estragar e de deixar o lixo onde quiserem, ninguém lhes disse nada, valia tudo. O que é que acontece depois, os nossos emigrantes, o nosso turismo cada vez está a começar mais tarde, começa na última semana de julho, primeira de agosto e cada vez termina mais cedo, da maneira que nos deixaram a Zona Verde destruída, vocês conseguem comprovar nas últimas fotografias, ninguém vai para a Zona Verde, ninguém, o que é que nos resta? Resta-nos um Parque de Campismo, com uma piscina bastante debilitada, neste momento nós vemos as condições das piscinas de Vila Flor, Valpaços, Vila Real, o Azibo, os nossos jovens no mês de agosto não ficaram aqui, iam para fora, têm vergonha das nossas condições. Estamos numa fase em que tudo parece normal.

Neste momento, nos moldes que a festa está, eu acho que prejudica mais os comerciantes da área da restauração e cafetaria, do que nos dá. Eu acho que a cidade e nós todos, pois a festa envolve-nos a nós todos, porque eu gosto da festa, mas acho que há capacidade para mais e para melhor e esta intervenção, porque nós estamos já no fim de setembro, direi que na questão banear faltam oito meses, porque deveria chegar-se ao fim de maio e a questão banear devia estar pronta. Nós não podemos chegar ao dia 15 de julho e estar à espera que a gestão banear esteja para começar e nós mirandelenses, comerciantes, precisamos de saber como é que vai ser a situação da festa, porque nos moldes que foi feita este ano, eu acho que correu muito mal, correu muito mal.

Foi feito um inquérito, acho que pela parte da Câmara Municipal aos comerciantes, aos barraqueiros que nos visitaram acho que era importante fazer também um inquérito aos comerciantes que estão aqui em Mirandela.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu vou ser rápida Senhora Secretária, agradeço a disponibilidade de tempo, recebeu um agradecimento muito emotivo e portanto, sinto que há alguma pressa para se restabelecer e ir gozar esse momento, mas eu só vinha dizer aqui três ou quatro coisas, algumas já faladas, sobre assuntos já falados, aliás, no fim deste tempo todo já quase tudo foi falado, ou grande parte, mas ainda relativamente aos pagamentos em atraso, eu quis deixar passar um bocadinho de mais tempo, porque eu gostava que me confirmasse se existe ou não existe uma Lei de Compromissos de Pagamentos em Atraso? Que define atraso de pagamento, todo aquele atraso que supera os 90 ou mais dias, se é Lei, eu acho que a lei se deve cumprir, pelo menos tentar, porque se um particular, ou uma pessoa comum, vamos-lhe chamar assim, não cumprir a Lei, incorre em algo grave, a Câmara Municipal não cumprir a Lei parece-me que é duplamente grave, até pela questão de imagem e de exemplo que passa.

Apelo à sua capacidade, como gestora autárquica e ao seu Executivo para que, o mais rapidamente possível restabeleça aquilo que é o enquadramento com a Lei.

Tentei também esperar um bocadinho mais, por outro motivo, a Senhora Presidente referiu há pouco, até de uma forma bastante acintosa, que era preciso apresentar propostas, ao que sei o PSD apresentou uma proposta, para haver mais proveitos para a Câmara Municipal, para receita da Câmara Municipal, ao que sei, é só por uma questão de relembrar, eu sei que a Senhora Presidente tem lá isso, porque foi enviado um documento com isso, portanto eu sei que tem lá, é só uma questão de lembrar e esclarecer toda a gente sobre esse assunto.

Eu agora voltar a falar num assunto que já foi aqui falado há pouco e várias vezes falado, na questão das AEC's porque voltamos a falar, é a mesma coisa que o Orçamento, não há planificação, a mim se me disserem assim, o universo dos alunos passou d, foi esta a justificação da Senhora Presidente há pouco, não sabemos quantos alunos é que são, mas se o universo dos alunos passar de 20 para 1000, eu aceito essa justificação, se houver um diferencial de 5 %, 10 %, eu acho que é gerível, é só uma nota, não é nada de muito grave, um bocadinho mais complexo é a questão de uma coisa, que eu não sei se as pessoas têm conhecimento, que houve, penso que já não há, que é a componente de apoio à família, a CAF, que existiu, acho eu, há pouco a Senhora Presidente disse que os alunos do 1.º Ciclo, a Senhora Presidente utilizou um ardil verbal, os alunos, não é os alunos, os alunos do pré escolar é que têm até às 19.00 horas, todos os outros não têm, têm acompanhamento, é verdade até às 17.00 horas, isso é verdade, estão lá as funcionárias, eventualmente podem estar, quando houverem, os professores das AEC's com toda a certeza, agora, voltamos à mesma questão, vou utilizar outra vez a questão do pessoal, porque se a Senhora Presidente diz que estão lá até às 19.00 horas,

então, acho que deve haver aí direito a pagamento de horas extraordinárias, voltamos outra vez ao aumento dos custos com o pessoal. A verdade é que até às 19.00 horas não é rigoroso, aqueles *fact check* que agora utilizam, é não rigoroso, é verdade mas não é rigoroso.

Houve uma pessoa que me interpelou no outro dia, numa reunião e que me disse que a Senhora Presidente tinha prometido, eu admito que possa haver aqui algum excesso de linguagem, que tinha prometido que não havia necessidade dos pais das crianças mirandenses colocarem os filhos no ATL, não é essa a realidade em Mirandela, a realidade é que há essa necessidade e portanto, agradecia que nos desse algum esclarecimento sobre isso.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mesa informa a Assembleia Municipal que deu entrada uma Recomendação subscrita pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira* e por parte da Bancada Municipal do PSD deu entrada na Mesa uma Proposta.

Ambos os subscritores solicitaram à Mesa a respetiva leitura prévia para conhecimento de todos os Membros da Assembleia Municipal, antes de se proceder à respetiva votação.

Vou iniciar pela ordem de entrada e entrega na Mesa, pela Recomendação do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*:

### “Recomendação

#### **Assunto: Protocolo de urbanização para cabimentar solo urbano**

Após a reunião do dia 24 de maio, onde foram apresentadas as alterações aos perímetros urbanos no seguimento da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM).

Entendendo que este não é de todo aquele que melhor serve os interesses da Freguesia de Frechas nomeadamente a aldeia de Frechas, venho por este meio expor o seguinte:

A inexistência de áreas urbanizáveis é antagónica a um correto ordenamento e planeamento urbano, cerceando as possibilidades de criação de novas centralidades, polaridades e atividades/ usos adaptadas às necessidades das populações. Os perímetros urbanos devem ter a flexibilidade suficiente para poderem acolher investimentos, públicos e privados, de interesse municipal ou nacional, sem que para isso tenham de recorrer aos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente Planos de Pormenor, que implicam prazos muito longos para a sua execução e aprovação.

Por outro lado, as CCDR, APA, ICNF e outras entidades públicas, escudam-se nesta legislação para obrigar as Câmaras Municipais a diminuir as áreas urbanas, interferindo com as estratégias de desenvolvimento que os municípios livremente adotam.

A inexistência de infraestruturas nos solos urbanizáveis não é verdadeiramente um problema porque os municípios não são, nem eram, obrigados a custear o prolongamento das infraestruturas necessárias à urbanização, ficando esses encargos a custas dos promotores.

A definição e delimitação dos solos urbanizáveis deve ser criteriosa e bem fundamentada. A classificação de solo com aptidão urbana (fisiografia, pedologia, valores cénicos e custo de oportunidade do abandono da atividade agrícola) deverá ter uma relação com as infraestruturas do solo urbano (existente) que torna consistente a expansão do perímetro urbano, a justificar à luz da estratégia do desenvolvimento municipal.

Com a entrada em vigor desta lei vai ser um verdadeiro problema levando ao aumento dos custos do solo urbano, com um grande impacto na habitação. A produção de efeitos desta Lei de Bases, ao nível da eliminação da classe de “solo urbanizável” e da correspondente obrigação de reclassificação dos “solos urbanizáveis”(terrenos rústicos com potencial edificativo, cuja urbanização não estava programada ou que não estejam devidamente infraestruturados) em solos rústicos (sem capacidade edificatória para fins residenciais, terciários ou industriais), ao nível da revisão dos planos municipais e intermunicipais, vem sendo sucessivamente adiada por pressão das Autarquias, agora para dia 31 de dezembro de 2023, o que bem revela a sua inoperacionalidade.

Por todo o exposto, a Junta de Freguesia de Frechas considera que perante a escassez de solos para construção, a falta de concorrência neste setor e a crise habitacional que o país atravessa, a solução passa pela revisão da Lei dos Solos, permitindo, novamente, aos Municípios a classificação e/ou reclassificação de certos prédios rurais como urbanizáveis, mas não a existência indiscriminada de áreas urbanizáveis. A criação de bolsas de terrenos, em continuidade com as áreas urbanas, terá a capacidade de responder a uma oferta de solos para edificação, equilibrando, assim, o valor do solo urbano. Estas zonas de bolsa de terrenos supra citadas devem possuir os mesmos índices de edificação de zona urbana já consagrada da Freguesia de Frechas.

A Junta de Freguesia recomenda a constituição de um Protocolo Urbano ou com a Junta de Freguesia ou com os proprietários que comprovem com o Registo da Conservatória pertencer à zona em causa, assumindo estes os custos da execução das infraestruturas em falta antes da realização da edificação.

A manterem-se estas condicionantes, a Junta de Freguesia de Frechas vem mostrar total discordância. A mesma já fez chegar ao Executivo da Câmara Municipal de Mirandela. E vem agora, em sede de Assembleia Municipal propor a concordância deste plenário e a sua votação em conformidade, fazendo chegar o seu conteúdo e posição aqui expressas às seguintes entidades:

Exmo. Sr. Primeiro Ministro

A todos os líderes da Bancada da Assembleia da República

Exmo. Sr. Diretor da CCDRN

Exmo. Sr. Diretor do ICNF

PS: Em anexo junta-se Ortofotomapa com a delimitação da zona pretendida que compreende toda a área assinalada a vermelho e inicia no começo da Rua Cova da Moura e termina no Cruzamento com a EN 213.

Agradecendo desde já a atenção dispensada ao assunto, apelamos à sensibilidade do mesmo.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*.

Com os melhores cumprimentos.”

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu quero só esclarecer se estamos a votar a Recomendação, ou a votar a aceitação da mesma a votação.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado, isso já ficou devidamente esclarecido quer em sede de Comissão Permanente, quer em sede de Assembleia Municipal, que jamais esta Mesa submeterá uma prévia aceitação, ou não de qualquer Proposta, Recomendação, ou Moção, de qualquer Senhor Deputado, ou Senhor Presidente de Junta de Freguesia, para se proceder depois à votação.

Esse método antigo e utilizado pelas Mesas anteriores, não é utilizado por esta Mesa e assim, foi aprovado em sede de Comissão Permanente e assim foi aceite pelo Plenário. As Recomendações, as Propostas e as Moções, depois de lidas, os Deputados são livres de as acompanharem, ou de as rejeitarem, não há censura prévia a nenhuma entrega, nem o exercício democrático a nenhum Deputado nesta Assembleia Municipal.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não discordando em absoluto do teor da Recomendação, apenas me surgem seríssimas dúvidas se não estamos a incluir um assunto como objeto de deliberações e portanto, à revelia do disposto no artigo 17.º, assim da forma como está a ser feito. Repito, questiono, não afirmo, apenas ponho seríssimas dúvidas.

Por outro lado, também me parece que, não estamos habilitados com informação suficiente, porquanto o documento chegou à nossa posse, pelo menos do nosso grupo partidário, apenas na quarta feira e também, atrevo-me a questionar porque razão não acompanhou a documentação em tempo útil, que serviria para fazermos melhor análise deste tema.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado pela sua intervenção Senhor Deputado *Agostinho Beça*, o artigo 17.º não se refere a este tipo de Propostas, Moção, ou Recomendação, senão jamais alguma Proposta de Recomendação, ou Moção, ou contributo de qualquer Deputado não seria alvo de qualquer votação, uma vez que estava a levantar esta barreira do artigo 17.º. Este artigo 17.º refere-se à Ordem de Trabalhos da Sessão da Assembleia Municipal e não ao direito, que verá mais à frente do Regimento, de qualquer Deputado, qualquer Bancada Municipal, poder propor Moções, Recomendações e Propostas, para respetiva votação, aquele artigo diz respeito à Ordem de Trabalhos da Sessão e como sabe, o artigo 50.º também diz que, até pode ser acrescentado, desde que seja manifestada urgência com a aceitação de 2/3 desta Assembleia Municipal.

Espero ter correspondido às suas dúvidas e também às do Senhor Deputado *Rui Pacheco*.

Ultrapassada esta barreira, relativamente à sujeição a votação da respetiva Recomendação, voltamos ao momento de proceder à votação da mesma.

----- Efetuada a votação e estando 48 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 29 votos a favor e 19 abstenções, aprovar a Recomendação sobre o Protocolo de urbanização para cabimentar solo urbano, apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, José Carlos Teixeira, bem como, o ortofotomapa anexo.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

#### Declaração de Voto

A minha Declaração de voto é no sentido de não dispor de informação suficiente para me poder pronunciar sobre o assunto. De resto, como todos vimos, nem sequer o ortofotomapa foi exibido para que os Deputados que não tiveram acesso ao documento pudessem perceber exatamente em que área é que aquilo incide.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado Senhor Deputado *Agostinho Beça*, importa dizer que, esse mesmo mapa estava junto com a própria recomendação, era a terceira página da Recomendação enviada por *e-mail* por parte do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, esta Recomendação foi enviada aos Líderes das Bancadas Municipais na passada segunda-feira, cabia aos Líderes municipais fazer o

reencaminhamento atempado a todos os Membros das suas Bancadas, para disporem em tempo útil do documento, para que pudessem lê-lo e acompanhá-lo.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) apresentou uma Declaração de Voto:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

#### Declaração de Voto

A minha Declaração de Voto vai no seguimento do que foi dito pelo meu Camarada *Agostinho Beça* e pela manifesta insuficiência, não tem nada a ver com o conteúdo da Recomendação, nada nos move contra a revisão, ou contra o ajuste das pretensões dos fregueses e dos Presidentes de Junta de Freguesia, para o melhoramento da Proposta do PDM, que melhor sirva as suas Freguesias e os seus fregueses, o que nos leva a votar pela abstenção é a noção que não temos os dados necessários para votarmos de forma consciente e criteriosa uma Recomendação, que nos parece insuficientemente fundamentada, ou documentada para esse tipo de, pelo menos na nossa leitura, decisão fundamentada, apesar de ser uma Recomendação, no entanto, não votamos coisas sem termos a documentação e a fundamentação que achamos necessária e que, no nosso sentido de opinião, assim não aconteceu.

De resto, nada nos move contra o conteúdo, porque até não o conhecemos de todo.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *EURICO CARRAPATOSO* (PS) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

#### Declaração de Voto

Eu, independentemente de não estar na posse das informações, por uma decisão conscienciosa tenho plena noção de uma coisa, fizemos reuniões, cada um dos Presidentes de Junta, a propósito da Revisão do PDM, para nos explicarem de que forma é que estava pensado o alargamento, ou o encurtamento, quais eram as pretensões de todos os Presidentes de Junta de Freguesia relativamente à Revisão do Plano Diretor Municipal e há uma coisa que é comum a todos nós e portanto, eventualmente aquilo que há a fazer é, não ser só o Presidente da Junta de Freguesia de Frechas a planear isto com mais detalhe, mas efetivamente cada um dos Presidentes de Junta fazer isso, porque há uma coisa que é comum a todos nós. Todos queríamos mais, nenhum concorda com os cortes que são feitos, porque não só não permitem a ampliação da área urbanizável, como ainda se pretende a diminuição dessa mesma área.

Em Alvites a questão das infraestruturas, por não haver infraestruturas, seja ela de água, seja ela de saneamento básico, há situações que não se compreendem de todo efetivamente e portanto, tudo quanto contribuisse para uma maior autonomia do Município na decisão dos sítios onde se possam não edificar, eu acho que era bem visto e de aceitar.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu vou começar pelo fim, relativamente ao meu colega *Eurico Carrapatoso*, se bem se lembram, no dia 30 de junho, eu desafiei todos os colegas Presidentes de Junta se queriam associar-se a esta causa, passado este tempo todo ninguém se dignou chegar ao pé de mim e dizer, vamos assinar e cada um teria que apresentar o ortofotomapa que eles pudessem entender para a sua Freguesia, ou para a sua aldeia que pretendessem alargar o perímetro urbano.

Relativamente aos Líderes das Bancadas, eu enviei a documentação atempadamente e toda direitinha, agora, se o Líder da Bancada não a fez chegar a todos os Membros, não faço a mínima ideia. Eu mandei a documentação há 30 dias seguramente, isso já é uma coisa que me ultrapassa. Eu cumpri os meus *timings*, fiz aquilo que devia fazer e acho que bem explícito.

Visto que os meus colegas, depois de lançar o desafio ninguém se dignou chegar ao pé de mim para apresentarmos uma proposta em comum, o Presidente da Junta de Freguesia de Frechas não podia ficar com o ónus da responsabilidade daquilo que está a ser mal elaborado pelo Executivo.

Entendo que esta é uma Proposta correta para a Freguesia de Frechas, onde há habitações com licenciamentos da Câmara Municipal há mais de 40 anos, que têm pavimento com alcatrão, têm eletrificação, têm rede de água, só falta o saneamento. Podendo criar ali uma bolsa de construção, só única e simplesmente para fossas sanitárias, acho que resolvia o problema.

Quero agradecer a todos os que votaram favoravelmente.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Importa dizer o seguinte à Assembleia Municipal relativamente às matérias aqui levantadas, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, enviou esta Recomendação à Mesa da Assembleia Municipal no passado dia 24 de agosto, entendeu a Mesa, por estarmos em plena altura de férias de verão de muitos de nós e à distância que ainda estávamos da Assembleia Municipal, não encaminhar de imediato a respetiva recomendação, porque seguramente quando se envia com este tipo de antecedência alguma coisa ficará para trás e esquecida.

Foi opção da Mesa, que assume, enviar a Recomendação mais próxima da própria Assembleia Municipal onde a Recomendação iria ser discutida. Assim fizemos, enviamos na passada segunda-feira a Recomendação aos Líderes das Bancadas Municipais e aos Senhores Presidentes de Junta desta Assembleia Municipal, estamos a falar de uma semana inteira, para que todos pudessem ler, interpretar, pesquisar e aprofundar o seu exercício de votação para esta Recomendação.

Portanto, se algum Senhor Deputado alguma queixa tem a imputar, não é a esta Mesa, é aos respetivos Líderes das suas Bancadas Municipais, que não fizeram chegar a tempo a Recomendação para que eles pudessem gozar do tempo necessário e útil para refletirem sobre a Recomendação e votarem em consciência.

Foi este o processo, está documentado para quem tiver dúvidas será exibido.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pese embora decorrido o período de votação da Recomendação, apraz-me dizer umas considerações sobre a Recomendação, efetivamente o enquadramento jurídico da Revisão do PDM não está a cargo unicamente da Câmara Municipal, é evidentemente uma prerrogativa, à qual a Câmara Municipal tem uma equipa de especialistas a trabalhar, à semelhança do que aconteceu em 2015 e por isso, a Câmara Municipal tem investido num instrumento de gestão territorial que não depende da vontade expressa da Câmara Municipal e também não depende da vontade expressa das Juntas de Freguesia. Isto quer dizer que, todos os instrumentos de gestão territorial têm de estar harmonizados... Eu peço desculpa, mas eu não tenho condições para falar, dado a barulho que se faz sentir na sala, por isso vou interromper a minha intervenção.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós pedíamos silêncio na sala, é certo que o dia já vai longo, mas naturalmente tem que haver respeito.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à Recomendação, retomo a questão sobre a Revisão do PDM, onde construir, onde não construir, esta premissa não depende única e exclusivamente da vontade dos autarcas e portanto, estamos dependentes de 28 entidades, inclusivamente da Assembleia Municipal de Mirandela, mas relembro que temos estado a falar hoje em redes de saneamento em localidades que já existem e que necessitam destas redes de saneamento e água e por outro lado, queremos obviamente aumentar os perímetros urbanos, com um investimento de milhões de euros nestas infraestruturas.

E por isso, eu questiono a esta Assembleia Municipal se de facto os instrumentos de gestão territorial, como são os PDM's e como vai ser o Plano de Urbanização, se fosse vontade dos Executivos para sabermos onde se pode construir, onde não se pode construir, o que é reserva ecológica, o que é reserva agrícola e todas as condicionantes que temos, se teremos o mesmo ordenamento de território e se fosse vontade dos investidores onde se pode construir e em que condições se pode construir. Quando temos inundações já temos problemas de impermeabilização de solos, o que é que aconteceria se não houvesse regras de gestão urbanística impostas no planeamento urbanístico e por isso, partilhar com todos a preocupação que é a seguinte, a Câmara Municipal contratualizou um Gabinete que já fez o nosso PDM em 2015 e tem estado a trabalhar, há alguns anos, como todos sabem, na Revisão do PDM, em que nós não temos solos urbanizáveis, vamos ter solos rurais e solos urbanos e por isso, temos de cumprir todas as regras nomeadamente, as proteções culturais, estou a falar disto numa linguagem, como é óbvio que todos percebemos, para que não achemos que todos os instrumentos de gestão territorial são fruto daquilo que é a vontade de quem investe, de quem quer ter um terreno que passará de 100 euros, para 1.000 euros, ou 2.000 euros, ou mais, estamos a falar no seu abstrato e por isso, a Câmara Municipal, os Técnicos, a Equipa do PDM tem estado a estudar todas as soluções que sirvam os interesses de todos os municípios.

Não podemos ver só a questão da carência de solo habitacional na perspetiva de quem investe, temos que ver a carência de solo habitacional na perspetiva da proteção do território, da proteção do leito de cheias, da proteção de situações que entram dentro das reservas agrícolas, entram dentro das reservas ecológicas e por isso, não abstando-me de fazer comentários sobre aquilo que votaram favoravelmente, porque cada um tem obviamente a legitimidade que quer, relativamente à Recomendação, obviamente que a Recomendação, está baseada para o envio às várias entidades.

Ora bem, nós estamos numa fase do PDM em que estamos a fazer a Revisão, todas as respostas, eu não sei que respostas vão existir, mas obviamente que sendo uma Recomendação até poderão existir respostas, que poderemos obviamente aproveitar, no sentido de melhorar a nossa Revisão do PDM.

Mas se de facto, fosse a vontade dos Senhores Presidentes de Junta, fosse a vontade da Câmara Municipal, em colocar todo o território em solo urbano, ou grande percentagem do território em solo urbano, a Câmara Municipal não precisava de investir muito dinheiro na revisão das cartografias, na atualização das redes elétricas, na atualização de todos os parâmetros para fazer um PDM e também não precisávamos de uma empresa de especialistas, porque nós próprios sabíamos onde se devia, ou não se devia construir.

Aquilo que eu chamo a atenção e é bom que fique claro, é que o PDM é uma responsabilidade de quem o está a construir, é uma responsabilidade de quem o vai aprovar e eu não me sinto com competência técnica para dizer: Neste território podemos construir, porque pertence à Reserva Ecológica Nacional, neste território não podemos construir e portanto, confiamos, como quando vamos a um médico, confiamos na opinião do médico segundo o tratamento que vai fazer.

Eu confio que as Equipas Técnicas da Câmara Municipal e as Equipas Técnicas doutras entidades, com a participação dos Senhores Presidentes de Junta, que devem naturalmente ser ouvidos, confio que o documento final que vai sair, pese embora neste momento para passar de um solo urbanizável para um solo urbano temos de fazer um plano de pormenor, por exemplo, e há regras urbanísticas que estão a ser desburocratizadas, também é verdade e portanto, o que eu acho é que temos que acautelar sempre o interesse do território, o interesse da classificação de solos, pelos Técnicos capazes de o fazer e por isso, deixo só esta minha preocupação relativamente a essa situação.

Relativamente às questões do Senhor Deputado *Paulo Pinto* sobre a Semana da Mobilidade, efetivamente houve uma série de atividades promovidas pela Câmara Municipal de Mirandela, convido todos também a participar nas atividades, não podemos dizer que tem pouca gente, se também vocês que são amantes de bicicleta não participarem e, portanto, convido todos a participarem,

porque se formos mais a andar de bicicleta, como noutros tempos havia aqui um Clube de Ciclismo e que agora também existe um Clube de Ciclismo, para esta atividade.

Houve uma caminhada que tivemos mais de 300 pessoas, em Abreiro, um passeio incluído no Parque Natural Regional do Vale do Tua, que foi uma grande iniciativa também do dia-a-dia com muita participação. Não devemos divulgar só os aspetos negativos, acho que nós todos como mirandelenses, devemos também divulgar os aspetos positivos e participar mais. Está a decorrer a Feira do Livro, o *PalavrArte* - Festival de Artes e Letras e convido todos a visitar a Feira do Livro, a comprar e a participar também nos eventos que temos junto aqui à Biblioteca.

Relativamente à intervenção da Senhora Deputada *Daniela Rodrigues*, dizer que de facto a recolha de monstros tem sido um problema a nível da cidade e das Freguesias. Há uns dias tivemos uma reunião com os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia para debater este problema e também a questão do grande problema que existe a nível nacional com a recolha de cães e gatos abandonados, apesar dos cães ser um problema ainda maior e portanto, agradecendo também a boa vontade de todos os Senhores Presidentes de Junta, para esta situação.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, relativamente ao campo de ténis, tivemos um problema com o piso, efetivamente abateu, neste momento está disponível para marcações. Eu não jogo ténis, mas julgo que a Equipa de Desporto, depois a Senhora Vereadora informará, através de um *e-mail* a todas as Juntas de Freguesia, como é que está a funcionar o novo campo de ténis. Concordo que deve ter acesso, as casas-de-banho de apoio estão no pavilhão do Inatel e relativamente à questão da empresa Resíduos do Nordeste, julgo que, através do Senhor Presidente da Assembleia, deveremos fazer chegar esta informação à empresa, uma vez que este serviço está concessionado à empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste.

Relativamente às escolas, foi uma inauguração, não foi com pompa e circunstância, foi uma inauguração informal com o Senhor Diretor Geral da DGEST. Sabemos que existem problemas que estamos a resolver. Relativamente à questão da alimentação, o reporte que tenho tido, é que este ano letivo a empresa é outra e que a alimentação tem sido de melhor qualidade em relação ao ano transato. Já pedia à Senhora Vereadora da Educação que fizesse esse reporte com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, para fazermos chegar à empresa. Em relação ao custo, nós fizemos um concurso para as refeições escolares, a empresa que ganhou, ganhou por um determinado preço, ou por um determinado custo por refeição. Quanto à Ação Social, naturalmente que todas as refeições são gratuitas para alunos do Escalão A e pagam 50 % os alunos do Escalão B.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, sobre o Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior, temos conhecimento do ponto de situação, o imóvel do Hotel Mira Tua está a aguardar Visto do Tribunal de Contas, uma vez que o Visto do Tribunal de Contas é obrigatório porque é uma aquisição de imóvel e relativamente ao projeto da nova residência, o projeto já entrou na Câmara, teve pequenos aperfeiçoamentos, mas está em vias de ser aprovado podendo depois haver execução.

O “fogo-de-artifício” aconteceu, porque efetivamente nunca tivemos residências estudantis em Mirandela, felizmente neste momento temos duas, bem sei que muitos privados também investiram para arrendamento aos estudantes, mas julgo que as residências estudantis vão ser um fator muito importante para que haja habitação para casais jovens, para famílias que não têm habitação dada a pressão que o arrendamento estudantil está a causar na habitação das famílias e precisamente isso elenca na Estratégia Local de Habitação, nós terminamos agora os relatórios, por Peritos externos, de 15 imóveis que estavam em condições de ser adquiridos, passaremos aos contratos de aquisição, para a reabilitação, nomeadamente destes 15 imóveis.

Neste momento temos o Vale da Azenha, o bairro Bacelar e o bairro Padre Américo, que já fizemos a escritura com a Fábrica da Igreja Paroquial, é uma situação que na cidade, o bairro Padre Américo, como sabem, o chamado bairro dos Pobres, é um bairro que está muito degradado, com condições insuficientes que tivemos que fazer o registo dos imóveis para que pudesse haver intervenção municipal. Relativamente ao bairro Fundo Fomento Habitação, a Câmara Municipal através da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, comprometeu-se a fazer os projetos, são 25 blocos, 281 frações, em T2, T3 e T4, como sabem, estamos a realojar famílias no bairro do GAT e portanto, apesar da Estratégia Local de Habitação estar em implementação, ainda há muito a fazer, muitos Municípios têm optado pela construção modular, uma vez que a reabilitação é um custo acrescido, mas fizemos uma oferta pública de aquisição para avaliarmos também o custo real destes imóveis na zona antiga da cidade.

Os Senhores Presidentes de Junta em algumas Freguesia conhecem bem a realidade dos beneficiários diretos, temos um problema de registo da propriedade das casas e a dificuldade que tem havido para que os proprietários façam o registo dos imóveis, por que é a única forma de serem beneficiários diretos do Programa 1.º Direito. Está a correr relativamente bem, é um processo muito moroso, muito burocrático, porque tem que haver registo de imóveis, para haver intervenção, já temos algumas candidaturas apresentadas, eu julgo que na próxima Assembleia Municipal podemos apresentar um relatório da totalidade das intervenções que estão previstas, sendo que devíamos ter um acelerador para conseguirmos executar mais habitação, em particular habitação a custos acessíveis e habitação social.

Relativamente ao Senhor Presidente da União das Freguesias de Barcel, Marmelos e Valverde da Gestosa *Luís Esteves*, agradecer a preocupação com a Zona Verde, também nós todos conhecemos o caos em que se transforma aquela área nobre da cidade na altura das festas, reconheço que houve um trabalho de todos, da Confraria, da Junta de Freguesia, dos trabalhadores da Câmara Municipal e houve um investimento financeiro avultado, para a recuperação da Zona Verde, é preciso que se note, mas também reconheço que as festas têm evidentemente que entrar numa nova fase da sua vida, tal como foi assumido pelo Senhor Juiz da Confraria e portanto, julgo que temos que refletir sobre isso. Obviamente, dizer que a nível ambiental, sob o ponto de vista das práticas ambientais, reconhece-se uma ausência total de reciclagem naqueles dias. Sabemos que neste mês, em particular nas festas o nosso volume de pagamento à Resíduos do Nordeste aumenta significativamente, mas também é bom para que a cidade sinta todos os aqueles que nos visitam e são muitos, são milhares de pessoas e portanto, temos que receber bem, acolher bem, mas gerar o mínimo impacto possível sob o ponto de vista ambiental e também garantir que os comerciantes da cidade se revejam e os moradores não sofram também tanto, com tantos dias de festa, porque é evidente esse cansaço.

Em relação à praia fluvial dizer que, nós pedimos o início da época banear a partir do dia 01 de junho, dadas as temperaturas muito altas que temos, mas a nível nacional só nos autorizaram a partir do dia 15 de junho, porque há uma carência grande de Nadadores-Salvadores a nível nacional e também nós temos esta dificuldade, são cursos muito difíceis e temos particularmente os jovens que

regressam a casa, são eles que garantem o funcionamento das praias fluviais nesta época, de outra forma era muito difícil de conseguir ter a praia fluvial, porque é obrigatória a presença de Nadadores-Salvadores.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *João Reis*, falou aqui da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, que é uma das questões que está em discussão no novo Orçamento de Estado para 2024. O Orçamento de Estado alterando também a Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso, deverá prosseguir em termos idênticos à dispensa da aplicabilidade da Lei aos Municípios e bem assim a flexibilização de cálculos dos fundos disponíveis, como sabem, um dos nossos constrangimentos são os fundos disponíveis e este ano de facto nós não estamos em desequilíbrio, nós não estamos em incumprimento à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, mas temos tido muitas dificuldades em encaixar a despesa nos fundos disponíveis.

Relativamente à Proposta que fez o PSD da taxa turística, é verdade, o PSD propôs uma taxa turística na altura da concertação do novo Orçamento para 2023, esta é uma questão que tem sido debatida no âmbito da CIM-TTM, julgamos que Mirandela aplicando uma taxa turística, pode também ser lesivo para os operadores turísticos e queríamos também algum acompanhamento dos outros Municípios aqui à volta para não penalizarmos, se for esse o caso, os operadores turísticos que também têm dificuldades e não queríamos tomar uma medida que tivesse um impacto direto na rentabilidade da oferta turística que temos em Mirandela.

Relativamente às atividades de apoio à família, no Pré-escolar efetivamente é até às 19.00 horas, foi um lapso meu, as Atividades Extra Curriculares são no 1.º Ciclo e não no Pré-escolar.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Passando à Proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, que também solicitou a respetiva leitura, vou passar a proceder à leitura:

#### “Proposta

As juntas de Freguesia são a autarquia local mais próxima dos seus cidadãos. A estas compete preservar o território, garantir a resolução dos problemas do dia-a-dia e assegurar a melhoria das condições de vida dos seus fregueses, num desafio cada vez mais árduo, com recursos limitados e com total dedicação à causa pública e, essencialmente, às pessoas.

É graças à dedicação de inúmeros Homens e Mulheres, que dedicam o seu tempo à causa pública, que não têm horários para estar ao serviço das suas populações e que fazem da sua casa, gabinete de atendimento permanente, que as freguesias são a autarquia que as pessoas mais valorizam e onde sentem o maior impacto direto na sua vida. A todos estes Homens e Mulheres, Membros dos Executivos e das Assembleias de Freguesia, agradecemos a enorme dedicação que têm para com as nossas freguesias e com as nossas pessoas e por continuarem a servir as Freguesias e o Concelho de Mirandela.

A 25 de junho de 2021, a Assembleia Municipal de Mirandela deliberou a atribuição de distinção/Louvor, por parte do Município, Presidente da União de Freguesias de Avantos e Romeu, *Bernardino Pereira*, pelos seus 43 anos de serviço público, o qual consideramos um justo reconhecimento pela dedicação de uma vida às pessoas, ao território e ao Concelho.

Nesse sentido, consideramos, também, importante reconhecer o papel de outro autarca das nossas Freguesias, que, também, dedicou uma grande parte da sua vida aos seus fregueses, que continua a trabalhar com a mesma dedicação e entusiasmo do 1.º dia em que foi eleito e que continua a deixar importantes marcas na vida das pessoas e das suas aldeias, o Sr. Presidente da União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira (Carvalho e Palorca), *Arménio Vaz*.

Dedicado à causa pública desde 1985, o Sr. *Arménio Vaz*, foi Presidente da Junta de Freguesia do Navalho e é, atualmente, Presidente da União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira (Carvalho e Palorca). Um autarca próximo das pessoas, com disponibilidade total para ouvir e falar com todos os fregueses e que trabalha, incansavelmente, pelo seu território e pela vida das pessoas. Em 38 anos de governação, o Sr. *Arménio Vaz* transformou as aldeias de Avidagos, Navalho, Pereira, Carvalho e Palorca, apoiou cada um dos seus fregueses na resolução dos seus problemas e é um exemplo de trabalho e dedicação à causa pública.

Desta forma, consideramos importante reconhecer os quase 40 anos de dedicação à causa pública e entendemos que deve o Município de Mirandela reconhecer os homens e mulheres que trabalham de forma abnegada e dedicada às pessoas, ao território e ao Concelho.

Assim, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata, na Sessão Ordinária do dia 29 de setembro de 2023, propõe:

1. A atribuição de uma distinção/Louvor, por parte do Município, em ato público, ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira, *Arménio Vaz*, pelos seus 38 anos de serviço público continuado e ininterrupto;
2. Que esta atribuição da distinção/louvor seja realizada em ato público, conjuntamente, com a atribuição da distinção/Louvor ao Sr. Presidente da União de Freguesias de Avantos e Romeu, *Bernardino Pereira*, deliberada na Assembleia Municipal de 25 de junho de 2021, reconhecendo o importante papel que tiveram no desenvolvimento das suas Freguesias e do Concelho de Mirandela.

P’lo Grupo Municipal do Partido Social Democrata.”

Lida a Proposta e se porventura ninguém presente vislumbre qualquer obstáculo à sua votação, que possa impedir a continuidade do mesmo, vamos submeter a Proposta a votação. Uma vez que esta Proposta se trata de reconhecer, atribuir mérito, consideração, honra ao visado, eu informava que, por regra constitucional e regra geral, quando votamos este tipo de consideração pessoal e assim foi feito em 2021, relativamente ao Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu *Bernardino Pereira*, foi feito por escrutínio secreto e como vocês sabem a lei exige-o, aliás, como já tivemos aqui votação de outras matérias, que quando está em causa consideração, mérito, quando está em causa o nome de pessoas, a votação tem que ser feita por escrutínio secreto e não de forma aberta, porque ninguém se deve sentir condicionado naquilo que é o exercício do seu direito de voto.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mesa também endereça os parabéns ao Senhor Presidente da União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira Arménio Vaz pelo reconhecimento da Assembleia Municipal pelo trabalho que tem realizado e eu, em meu nome pessoal, aproveito também para lhe agradecer as palavras simpáticas e generosas que me endereçou no Período da Manhã.

----- Efetuada a votação e estando 48 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria e por escrutínio secreto, com 36 votos a favor, quatro abstenções, sete votos contra e um voto em branco, aprovar:

1. A atribuição de uma distinção, por parte do Município, em ato público, ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira, *Arménio Vaz*, pelos seus 38 anos de serviço público continuado e ininterrupto;
2. Que esta atribuição da distinção seja realizada em ato público, conjuntamente, com a atribuição da distinção/Louvor ao Sr. Presidente da União de Freguesias de Avantos e Romeu, *Bernardino Pereira*, deliberada na Assembleia Municipal de 25 de junho de 2021, reconhecendo o importante papel que tiveram no desenvolvimento das suas Freguesias e do Concelho de Mirandela.

## 2.º Período de Intervenção do Público

### 6 – Público - 2.º Período de Intervenção.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que a cidadã que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Múncipe *MARIA TERESA VAZ* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

É a primeira vez que me estou a ver aqui numa situação destas. Eu adquiri um imóvel na rua Dr. Manuel Henrique Mesquita no rés-do-chão direito, em Mirandela, acontece que, devido ao meu problema de saúde tenho a necessidade de me deslocar diariamente numa cadeira de rodas, o passeio junto ao edifício foi executado normalmente sem qualquer rampa de acesso para que eu, com mobilidade reduzida, me possa deslocar.

Eu fiz, por escrito, para a Senhora Presidente no dia 23 de maio, um pedido para a realização desta rampa, destas obras e até ao dia de hoje não tive qualquer resposta.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Pretende saber uma resposta da Senhora Presidente, vou apelar à Senhora Presidente e muito obrigado por ter trazido esse problema.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço à múnícipe *Maria Teresa Vaz* a questão, lamento profundamente não ter havido resposta, acima de tudo a execução da obra para a acessibilidade junto ao edificado, não estou a ver o local, mas de qualquer forma vou falar de imediato com o Chefe de Divisão responsável, no sentido de saber pormenores relativamente à execução desta rampa de acesso para o edifício no exterior, porque no interior dos prédios é competência dos privados. Vamos ver a situação, lamento profundamente não ter havido a execução da rampa de acesso, no entanto, desconheço o processo, mas vamos resolver a situação. Lamento a ausência de resposta e naturalmente que vamos avaliar e entraremos em contacto consigo na segunda-feira.

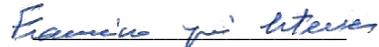
----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Vamos concluir assim os trabalhos desta Assembleia Ordinária, agradecendo a todos o vosso esforço e contributo e desejando a todos os Senhores Deputados, Executivo, público em geral, um excelente fim-de-semana para todos. Muito obrigado.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 18 horas e 45 minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal;

  
Francisco José Esteves

A Primeira Secretária;

  
Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário;

  
José António Costa Ferreira